



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA  
LINHA DE PESQUISA: PSICOLOGIA, SOCIEDADE E SAÚDE.

RAFAELE HABIB SOUZA AQUIME

**Pro Paz nos Bairros:** tensões entre a doutrina da situação irregular e a proteção integral em nome da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes

Belém/PA

2015

RAFAELE HABIB SOUZA AQUIME

**Pro Paz nos Bairros:** tensões entre a doutrina da situação irregular e a proteção integral em nome da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani

Belém/PA

2015

RAFAELE HABIB SOUZA AQUIME

**Pro Paz nos Bairros:** tensões entre a doutrina da situação irregular e a proteção integral em nome da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes

Data do exame de defesa: 29 de Abril de 2015

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani - Orientador  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Gonçalves Vicentin - Membro Titular Externo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Chaves Lima- Membro Titular Interno  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Cristina Silveira Lemos- Membro Suplente  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA**

---

Aquime, Rafaele Habib Souza, 1989-

Pro Paz nos bairros: tensões entre a doutrina da situação irregular e a proteção integral em nome da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes / Rafaele Habib Souza Aquime. - 2015.

Orientador: Pedro Paulo Freire Piani.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2015.

1. Assistência a menores Pará. 2. Crianças e violência Pará. 3. Adolescentes e violência Pará. 4. Violência Política governamental Pará.  
I. Título.

CDD 22. ed. 362.76098115

Aos que contribuíram com esta pesquisa e a todos que lutam pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.  
Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,  
Que puxa válvulas, que olha o relógio,  
Que compra pão às 6 da tarde, que vai lá fora,  
Que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.  
Perdoai. Mas eu preciso ser outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.  
("Retrato do artista quando coisa", Manoel de Barros).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me mostrar a cada dia que posso alcançar meus sonhos, superando as adversidades, segurando a minha mão sempre. Obrigada, Deus, por me desvelar caminhos possíveis e propiciar oportunidades tão potentes para mim;

Aos meus pais, Regina Aquime e Michel Aquime, agradeço imensamente por serem meus alicerces e me ensinarem o valor da humildade e perseverança. Obrigada por tudo: esta conquista é de vocês também. Minha eterna gratidão!

Ao meu irmão, João Rafael Aquime, tão querido e tão presente em todos os momentos, agradeço pelas palavras de incentivo, pela amizade e por trazer leveza a minha vida. A você, meu amor imenso e minha alegria por estarmos juntos sempre!

Ao meu noivo Sávio Lemos, meu amor, meu amigo, meu parceiro. Aquele por quem nutro os melhores sentimentos. Aquele que está ao meu lado e me mostra a importância das “inutilidades da vida”. Salve, Manoel de Barros! Obrigada por ser esse “ser-pássarinho” e por estar neste voo comigo!

Ao meu orientador, Pedro Piani, agradeço pelas sugestões valiosas, pela liberdade proporcionada na arte de inventar e reinventar a escrita, por ser essa pessoa disponível e solidária. Agradeço por este encontro, que me possibilitou um crescimento profissional e pessoal;

À Professora Flávia Lemos, agradeço muitíssimo por ter me mostrado uma nova Psicologia, transversalizada a outros saberes e com um compromisso social e político mais eloquente! Muito obrigada pelas indicações de leituras, pela sua solidariedade, pela sua presença marcante em minha formação;

Às Professoras Lúcia Lima e Maria Cristina Vicentin, agradeço pela participação na banca de avaliação, pelas sugestões valiosas no momento e por toda atenção e disponibilidade;

Aos meus amigos, pela alegria com a qual colorei a minha vida. Agradeço em especial a Raphaella Loureiro, pelos anos de amizade, pelas conversas confortantes. Obrigada por me deixar fazer parte da sua vida e obrigada por fazer parte da minha;

À Loren Martins, pela presença-ausência; mesmo de longe, seu afeto chega até mim e compreendo que nossa amizade supera os muros da distância;

À Gabriela Machado, pelo carinho de sempre e pela sua cumplicidade;

À Evelyn Ferreira: juntas, seguramos uma a mão da outra e seguimos este percurso, aprendendo muito e trocando nossas experiências. Com certeza, estes momentos ficarão marcados no meu coração;

À Daiane Gasparetto: Dai, você foi uma das boas surpresas no Mestrado, suas sensibilidades artísticas inspiram! Agradeço pela sua amizade, você é muito especial!;

À Carolina Malcher, companheira nas orientações, companheira de leituras, agradeço pela parceria construída!;

À Fernanda Neta, Thais Nogueira, Leila Almeida, Ellen Silva, Bruna Cruz e Fernanda Bengio, pelas alegrias compartilhadas: vocês são muito queridas!;

Ao Grupo Transversalizando, pelas trocas propiciadas, pelas discussões, debates... os encontros trouxeram muitas contribuições para este trabalho;

Ao Grupo de Trabalho Infância e Juventude do Conselho Regional de Psicologia PA/AP, por possibilitar inquietudes e reflexões sobre o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes e pela atuação crítica e transversal;

Ao Núcleo Pará do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, coletivo que muito colabora para pensar a lógica da patologização em diversos setores da sociedade. Obrigada por permitir outras racionalidades;

Ao Laboratório de Redes da Infância, pelas amizades e pelas ajudas mútuas. Agradeço pela disponibilidade dos amigos e fico feliz com os caminhos que percorremos juntos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), pelo ingresso no Mestrado, pela acolhida de uma forma tão afetuosa e pelos ensinamos absorvidos com as disciplinas, eventos, reuniões. Com certeza, foram práticas importantes, pelas quais lhe sou muito grata;

À turma de Mestrado de 2013: desde o início, formamos uma rede solidária, e é muito bom presenciar todas essas conquistas. Obrigada, turma, e parabéns a todos!;

À CAPES: fui bolsista do Mestrado e, seguramente, esse investimento me auxiliou muito nos estudos e a caminhar junto com a Psicologia brasileira, cada vez mais inserida no fazer pesquisa ético, político e crítico;

A Tânia, Shirlene e Tarsila, pela atenção e cordialidade com as quais sempre me atenderam na Secretaria do PPGP;

A todos, que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho. Os coletivos, as redes construídas tornam este momento da pesquisa mais interessante e desafiador.

## RESUMO

Este trabalho analisa os objetivos e atuações da política pública Pro Paz nos Bairros. Por meio do diálogo com documentos disponibilizados pelo Programa, os quais apresentam as ações, a equipe, o público atendido e todo o fluxograma, partimos de investigações acerca da continuidade e rupturas com práticas envolvendo a doutrina da situação irregular presente no Código de Menores de 1979, bem como a doutrina de proteção integral, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ou seja, pautamo-nos na hipótese de uma hibridez nas práticas discursivas, sustentada por tais doutrinas na execução dessa política pública, endereçada, conforme se encontra nos escritos, às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco. O referido programa social propicia atividades relacionadas à arte, esporte e lazer como forma de prevenir a violência, reduzir as desigualdades sociais e promover uma cultura de paz. As noções de vulnerabilidade social, risco, prevenção à violência e cultura de paz foram problematizadas e questionadas em um campo crítico, uma vez que as crianças e adolescentes inseridos estão, em sua maioria, em situação e pobreza e são residentes em bairros da periferia. Esses conceitos foram analisados pelo parâmetro da política do medo, visando à segurança social. Há, portanto, justificativas preventivas, demarcando ilegalidades na situação de pobreza. Tomando como base a linguagem enquanto interação social, buscamos realizar uma pesquisa no cotidiano, no contato com os documentos e toda a polifonia no fluxo discursivo, potencializando inquietudes, estranhamentos e reflexões. Consideramos interessante um estudo sobre o Pro Paz nos Bairros, pois traz em seu bojo peculiaridades regionais, e o modo como opera o distingue de outras políticas, apesar de reverberar ecos discursivos em uma dimensão do tempo longo, isto é, de ecoar saberes produzidos em outros cenários políticos, sociais e históricos, como a noção de situação irregular no modo de vida dos pobres.. Finalizamos, destacando uma iniciativa importante do Pro Paz nos Bairros ao propor garantir tais direitos, mas também sinalizamos igualmente um discurso pautado pelo prisma da irregularidade e da minoridade. Aliás, pontuamos lacunas no próprio ECA, legislação na qual o Programa se ancora, quanto à continuidade de práticas com essa doutrina da situação irregular, pela noção de negligência e governo da vida dos pobres. Contudo, afirmamos o ECA quanto aos seus inegáveis avanços e luta política pela igualdade e equidade de direitos.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes. Doutrina da Situação Irregular. Doutrina da Proteção Integral. Pro Paz nos Bairros.

## ABSTRACT

This work analyses the objectives and acting of public policy Pro Paz nos Bairros. Through of dialogue with documents available by program, that presente actions, the staff, the attended public and all flowchart, started of investigations about continuities and breaks with practices involving the doctrine of irregular situation, presents on Minor Code of 1979, and the doctrine of full, on Child and Adolescent Statute. In other words, we based on hypothesis of a hybridity on analyzed discursive practices by these doctrines on executions this public policy, addressed, as the written, for children and adolescentes in situation of social vulnerability and risk. This program providing activities associated art, sport and leisure, in order to prevent the violence, reduce social inequalities and promote a culture of peace. The notions social vulnerability, risk, prevent the violence and culture of peace were problematized and questioned in critical field on systematization of program Pro Paz nos Bairros, because children and adolescentes inserted are, mostly, poors and are residents in periphery neighborhoods. These concepts were analysed by polict of fear, seeking a social security. There is a preventive justification to a demarcation of the ilegalities on poverty's situation. On the basis the language as social interaction, we made a search in daily, in contact with the documents and all polyphony in the discursive flow, leveraging concerns, strangeness and reflections. We consider interesting a study about the Pro Paz nos Bairros, because bring in its wake regional peculiarities and the how it operates is diferente of anothers policies, although echoes reverberate in a dimensiono of long time, in the words, echo knowledge produced in other political, social and historical scenarios, articulated those produced in this program in all your singularity like a doctrine of irregular situation on poor's life way. So, the Pro Paz nos Bairros is a importante initiative because proposes to ensure such rights too, and focus a speech guided by through the prism of irregularity and minority too. Otherwise, to detach gaps on Child and Adolescent Statute, legislation this program based too, permanence of practices too with this doctrine of irregular situation by notion of negligence and government of poor's life. But, we affirm the Child and Adolescent Statute, how much incontestable advance and political struggle for equality and equal rights.

Key-words: Child and Teenagers. Doctrine of Irregular Situation. Doctrine of Full Protection. Pro Paz nos Bairros.

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	13
1.1- Inquietações e os Percursos de Investigação .....	13
1.2- Apresentando as legislações .....	18
1.3- Percursos pessoais, acadêmicos, profissionais.....	22
CAPÍTULO I - CAMINHO METODOLÓGICO .....	24
1.1- Linguagem enquanto interação social.....	24
1.2- Práticas discursivas e documentos de domínio público .....	27
CAPÍTULO II- PROCESSUALIDADE HISTÓRICA DAS POLÍTICAS INFANTOJUVENIS NO BRASIL NO DECORRER DO SÉCULO XX .....	31
2.1 – As políticas clientelistas para as duas infâncias e o disciplinamento higienista no período da Primeira República .....	31
2.2 – A promulgação do Código de Menores de 1927 e as intervenções direcionadas à delinquência ...	36
2.3 - O Estado Novo e a Política de assistência federal: centralizadora e intervencionista .....	39
2.4 - Ditadura militar e o exercício da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor .....	41
CAPÍTULO III - O CÓDIGO DE MENORES DE 1979.....	45
3.1- A situação irregular do menor infrator e a transição de doutrinas.....	45
3.2- A Política de Assistência no Pará aos “menores infratores” .....	46
3.2.1- O Educandário Nogueira de Faria, na Ilha de Cotijuba, no Estado Novo e Ditadura Militar.....	44
CAPÍTULO IV - TENSÕES ENTRE A DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR DO CÓDIGO DE MENORES DE 1979 E A PROTEÇÃO INTEGRAL DO ECA NA ATUALIDADE.....	49
4.1- O Estado social mínimo e a sociedade de consumo.....	49
4.2- ECA: avanços e continuidades de práticas .....	53
4.3 - A punição disciplinar normalizadora e o Programa Pro Paz.....	60
CAPÍTULO V - DISCUSSÕES SOBRE O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PÚBLICO INFANTOJUVENIL .....	67
5.1- O SUAS e os níveis de Proteção Social.....	67
5.2- Pro Paz nos Bairros e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes no Estado do Pará .....	70

5.2.1- Vulnerabilidade Social .....	70
5.2.2 Cultura de Paz.....	72
5.2.3- Prevenção da Violência .....	75
5.3- Atividades do Pro Paz nos Bairros .....	77
CAPÍTULO VI - TRAÇANDO PISTAS POR MEIO DO DIÁLOGO COM OS DOCUMENTOS .....	80
6.1- A Aproximação com a equipe do Pro Paz nos Bairros e com os documentos .....	80
6.2- Investigando as práticas discursivas por categorias analíticas .....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	110
ANEXOS.....	122
RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ .....	123
PRO PAZ – Por uma Cultura de Paz.....	123
PRO PAZ nos Bairros .....	124
RELATÓRIO GERAL PROPAZ.....	127
RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	145
Relatório Anual 2012.....	151

## **1- INTRODUÇÃO**

### **1.1- Inquietações e os Percursos de Investigação**

No cenário atual, são recorrentes os intensos debates relacionando os adolescentes e jovens à criminalidade. Na realidade, determinados adolescentes e jovens são classificados a partir de sua cor, sua condição financeira, como ameaças à segurança da sociedade e, portanto, há toda uma construção que colabora para um sentimento de medo em relação a esses atores sociais. As diversas fontes midiáticas, por exemplo, noticiam diariamente atos infracionais protagonizados por adolescentes, e diversos segmentos da sociedade clamam por práticas mais punitivas, favoráveis à redução da maioria penal.

Norteados pela legislação em vigência, o ECA, em seu artigo 2º, delimita que criança é a pessoa até doze anos incompletos e adolescente é aquele entre doze e dezoito anos de idade. O ECA dispõe primordialmente pela proteção integral a crianças e adolescentes, como conta em seu artigo 1º (BRASIL, 1990).

Apesar de o ECA preconizar esses princípios, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi e a Revista *Carta Capital* (2013), 89% dos 2.200 brasileiros entrevistados, de 207 municípios, são favoráveis à alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que se refere à imputabilidade no cometimento de atos infracionais, defendendo a alteração do artigo 228: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988).

Nessa lógica, diversas Propostas de Emendas à Constituição (PECs) tramitam no legislativo, objetivando essas alterações, como a PEC 171/1993, PEC 37/1995, 68/1999, 272/2004, dentre outras. A respeito da PEC 33/2012 e de todos os movimentos favoráveis à alteração do ECA para a redução da maioria penal, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou contrário a esse pedido de desconsideração da inimputabilidade penal para maiores de 16 anos e menores de 18 anos, alterando o artigo 228 da Constituição Federal, quando caracterizado o discernimento do jovem no cometimento da infração (CFP, 2015).

O CFP defende que o critério de discernimento vai de encontro ao Estatuto da Criança e do Adolescente, em sua doutrina de proteção integral, a qual garante os direitos baseada na condição peculiar de desenvolvimento do adolescente, articulada às dimensões sociais, políticas e

econômicas. Além disso, antes de violarem direitos de outrem, a maioria desses adolescentes têm seus direitos violados, o que justifica uma análise mais ampla dessa realidade, que não é a da mídia sensacionalista, a qual os apresenta como perigosos e ameaçadores à ordem social (CFP, 2015). O Conselho representativo dos Psicólogos também enumera dez razões contrárias à redução, dentre as quais, destaco:

A violência não é solucionada pela culpabilização e pela punição, antes pela ação nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que a produzem. Agir punindo e sem se preocupar em revelar os mecanismos produtores e mantenedores de violência tem como um de seus efeitos principais aumentar a violência; Reduzir a maioridade penal é tratar o efeito, não a causa. É encarcerar mais cedo a população pobre jovem, apostando que ela não tem outro destino ou possibilidade; Reduzir a maioridade penal isenta o Estado do compromisso com a construção de políticas educativas e de atenção para com a juventude. Nossa posição é de reforço a políticas públicas que tenham uma adolescência sadia como meta. (CFP, 2015, s/p).

Contudo, as fontes midiáticas, no geral, pouco discutem sobre as taxas de homicídios na população jovem do Brasil terem aumentado, nos últimos anos. Uma pesquisa realizada em parceria do Instituto Sangari com o Ministério da Justiça aponta que os jovens representam 18% da população total, mas o número de homicídios nessa faixa etária se encontra em 36% do total de casos (WAISEIFISZ, 2013).

No Pará, especificamente, de 2001 a 2011, houve um aumento de 232,1 % em números de homicídios da população juvenil. Em um grupo com mais de 100 municípios com população acima de 20.000 habitantes, a pesquisa apontou que os maiores números de assassinatos aos jovens, entre 2009 e 2011, ocorreram nos municípios de Ananindeua, Marituba e Marabá, na 3ª, 10ª e 11ª posição, respectivamente.

O Estado do Pará subiu da 16ª posição, em 1998, com taxa de 24,1% (em 100 mil habitantes, na população de 15-24 anos), para a 8ª posição em 2008, com 71,3% (WAISEIFISZ, 2011). No que se refere à raça e cor, verifica-se que, de 2002 a 2008, houve um aumento nas taxas de homicídio de 13,4% na população branca e de 44,9% na população negra. Quanto ao sexo, no ano de 2008, 93,8% dos casos de homicídios aconteceram no sexo masculino, enquanto, no feminino, foi de 6,2% (WAISEIFISZ, 2011).

De acordo o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD, 2007), do total de ilícitos penais cometidos no Brasil, apenas 10% são protagonizados por adolescentes. Logo, percebe-se que as infrações cometidas por adolescentes não são superiores aos dos outros segmentos sociais, o que exemplifica que é

totalmente irreal a afirmação de que a violência juvenil é mais grave, de sorte que a alternativa da redução da maioria somente intensificará o encarceramento.

Bocco (2008) repercute essa constatação, pois discute sobre a identidade construída socialmente do personagem jovem-autor-de-infração, aquele que recebe as intervenções penais mais severas. É justamente o jovem pobre, negro e do sexo masculino. Tal criminalização dessa parcela da juventude brasileira nos cega diante do quadro de homicídios dessa população. Um genocídio, omitido por muitas mídias. O Pará encontra-se em um crescente, nesse aspecto, estando situado entre os primeiros lugares em nível nacional.

O ECA é a legislação infantojuvenil em vigência, caracterizada pela doutrina da proteção integral e prioridade nas políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes. Anteriormente, o Código de Menores, promulgado em 1979 e vigente até o final da década de 1980, era embasado pela doutrina da situação irregular, a qual, segundo Faleiros (2009), era identificada como ausência das condições essenciais de saúde e educação às crianças pelos responsáveis, ou por serem vítima de maus-tratos, colocando essas crianças e adolescentes sob tutela do Estado.

No ECA, essa situação é modificada por meio do *status* de sujeitos de direitos e, assim, por serem de fato ouvidos e suas falas consideradas nos processos judiciais e administrativos, enfatizando sua condição peculiar de desenvolvimento. No artigo 3º, há a caracterização da doutrina da proteção integral, fundamentando as perspectivas do ECA:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 1990).

Tais considerações e, apesar das mudanças de doutrinas e outras perspectivas nos direitos infantojuvenis, chamam-nos a atenção às violações de direitos de crianças e adolescentes, principalmente na realidade do Estado do Pará. Portanto, é de suma importância discutir o cenário atual das políticas públicas no Brasil e no Estado.

Nesse âmbito das políticas, é importante expor também o Estatuto de Juventude, que delimita como jovens pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Essa legislação dispõe, dentre outros dispositivos, sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude (BRASIL, 2013),

as quais Carrano (2011) analisa, recortando-as nas últimas décadas e pensando principalmente nos jovens pobres e negros, muito deles marcados pelas desigualdades sociais.

E no que se referem às políticas públicas em vigência no Pará, destaca-se o Pro Paz, um Programa do Governo do Estado, implantado em 2004, voltado para a difusão da cultura de paz e redução da desigualdade social e violência. O Programa reúne, em seus projetos, ações destinadas principalmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, conforme está exposto em seu documento oficial (PRO PAZ, 2013).

Há vários projetos que integram o Programa Pro Paz, quais sejam: Pro Paz Cidadania, Pro Paz nos Bairros, Pro Paz Juventude, Pro Paz nas Escolas, Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (MOVER), Pro Paz Comunidade, Unidade Integrada Pro Paz (UIPP), Pro Paz Integrado, Fabricação de Ídolos, Pro Paz Infra, Pro Paz Arte e Cultura (PRO PAZ, 2014).

Este trabalho se debruçou especificamente em um dos Programas do Pro Paz, o Pro Paz nos Bairros, uma vez que atua prioritariamente em ações destinadas à infância e à adolescência considerada em “vulnerabilidade social”.

As ações giram em torno de esporte, arte e lazer, e voltam-se para a infância e a adolescência e possuem, como objetivos: garantir direitos, prevenir a violência e disseminar a cultura de paz, conforme consta em suas propostas (PRO PAZ, 2014). Dentre os profissionais da equipe, há: assistentes sociais, psicólogos, professores de educação física, de dança, arte, e há um cronograma de dias e horários das atividades, as quais o público participa de todas.

O Programa Pro Paz nos Bairros engloba cinco polos de ações distribuídos pela Região Metropolitana de Belém e os documentos que se referem aos Relatórios anuais de atividades de um desses polos foram analisados nesta pesquisa.

O Relatório Geral Pro Paz de 2014 é um dos documentos analisados, e dentre as informações contidas, destaca-se que 29% do público é constituído de crianças de oito a dez anos, 40% de onze a treze anos, 28% de quatorze a dezesseis anos 3% acima dos dezesseis, logo, são crianças, adolescentes e jovens, de acordo com os parâmetros do ECA e Estatuto da Juventude (BRASIL, 1990; BRASIL, 2013).

É importante um destaque aqui sobre as reflexões em torno dos conceitos de adolescência e juventude. Bocco (2008) prefere utilizar esta última, por ser uma terminologia que vai além da

homogeneização, universalização e dos estereótipos que o conceito adolescência carrega e, dessa forma, foca não em uma faixa etária pré-definida, mas em uma intensidade, ao invés de identidade, e de forças mais que de formas.

Referendando a autora, a adolescência carrega essas noções e é problematizada nesse aspecto. Neste trabalho, essa terminologia é adotada pela sua presença significativa nos documentos analisados do Programa Pro Paz nos Bairros e por ser a noção que se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A adolescência é problematizada frente à homogeneização e padronização, levando em consideração as particularidades desse público inserido no Programa. Além disso, pelas faixas-etárias entre os adolescentes (12 a 18 anos de idade) e jovens (15 a 29 anos de idade), destacamos a presença desse cruzamento e trazemos a potência do conceito de juventude e sua intensidade, principalmente nas resistências com relação aos estereótipos pela cor e classe social, nas investigações analíticas construídas, ou seja, a noção de juventude dá conta de uma maior participação política.

Neste percurso, esta pesquisa buscou problematizar as propostas e as frentes de ações do Pro Paz, uma vez que essa política pública, em tese, deveria estar embasada pela doutrina da proteção integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela garantia de direitos, de acordo com sua própria redação oficial no Relatório Psicossocial de 2013 (PRO PAZ, 2013).

Ao discutir os objetivos e as intervenções do referido Programa, a pesquisa analisou as ressonâncias das práticas discursivas do Código de Menores de 1979, no que se refere prioritariamente à doutrina da situação irregular, bem como aos paradigmas do ECA e à doutrina da proteção integral, problematizando a continuidade de práticas e tensões entre essas legislações, em nome da proteção social de crianças e adolescentes “vulneráveis” e em “risco”, como define o Pro Paz nos Bairros, em seus documentos oficiais.

Desse modo, a pergunta norteadora desta dissertação foi: de que forma as ressonâncias e transições das práticas discursivas das doutrinas que norteiam o Código de Menores e o ECA se inscrevem na política pública estadual do Pro Paz, especificamente no projeto Pro Paz nos Bairros?

## 1.2- Apresentando as legislações

No que concerne à legislação vigente, o ECA, alicerçado na Constituição Federal de 1988, a qual foi resultante de intensas e significativas mudanças políticas, legitimou os adolescentes como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. “O Estatuto da Criança e do Adolescente, que nasce no bojo dos novos movimentos sociais emergentes nos anos de 1980, afirma a criança e o adolescente de qualquer segmento social como sujeitos de direitos” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 8).

Essa legislação trouxe avanços com relação ao Novo Código de Menores, o qual focalizava as intervenções no dito “menor”, que era pertencente de uma classe menos favorecida econômica e socialmente. O ECA amplia essa perspectiva para que todos os adolescentes, independentemente de classe social ou quaisquer outras diferenciações, fossem garantidos em seus direitos fundamentais, como acesso à saúde, educação, assistência social, dentre outros.

Segundo Bocco (2008), embora o ECA tenha sido inovador quanto à doutrina da proteção integral em detrimento da situação irregular, buscando articular junto à sociedade civil às políticas públicas nessa área, ainda são notórias as violações de direitos de crianças, adolescentes e jovens pobres, no país. Os discursos são dirigidos a eles como “menores”, os quais deveriam ser direcionados às instituições que os privam de liberdade, ou seja, a justificativa repressiva e punitiva encontra-se atrelada à condição de pobreza, subjetivada pela noção de periculosidade.

Essa discussão é sinalizada por Coimbra e Nascimento (2009), ao apresentarem um histórico das legislações associadas a crianças e adolescentes no século XX. O Código de Menores de 1927 já utilizava o termo “menor” para aqueles pertencentes à classe pobre:

Esta marca, presente nas subjetividades dos brasileiros, se impõe até hoje, mesmo quando, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) retira o conceito de “menor” de seu texto legal. Infância e juventude, crianças e adolescentes, são as designações que deverão ser utilizadas em substituição à categoria “menor”. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009 p. 6).

No Código de Menores reformulado em 1979, a qual se baseava na doutrina da situação irregular, ainda ficava clara a disciplinarização das crianças pobres. Essa lei colocava as famílias pobres no campo da imoralidade, anormalidade, justificando a “proteção” de crianças e adolescentes às propostas de retiradas do pátrio poder por essa condição de pobreza. Nessa

perspectiva, intensificavam-se as adoções e encaminhamentos às instituições (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009).

Nessas discussões envolvendo o aparato jurídico e social nas reverberações da doutrina da situação irregular e na dificuldade ainda presente da inserção do ECA enquanto legislação que garante os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, ao invés do que muitos acreditam, de promover a impunidade, muitas linhas de forças se cruzam e formas de poder perpetuam práticas estigmatizantes.

E, diante dessa constatação, cabe destacar Foucault (1995), o qual em sua construção teórica, não buscou analisar o fenômeno do poder em si, mas conhecer por meio das relações de poder suas incidências sobre os diferentes modos de subjetivação na cultura. Nesse sentido, para esse autor, não há um poder, mas relações de poder diversas. O poder, para Foucault (1995), era analisado através das relações de forças entre sujeitos ou entre grupos, sendo exercido por “uns” sobre os “outros”.

Na obra *A ordem do discurso*, Foucault (1970 [2012]) discute as práticas discursivas e as formas de poder que as perpassam e considera, para analisar as condições e as ressonâncias dos discursos, os princípios: da inversão – reconhecer o que é negado em um recorte, o que é cercado pelas formas de exclusão; da descontinuidade, ou seja, “[...] os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram e se cruzam” (FOUCAULT, 1970 [2012], p. 50). Outro princípio é a especificidade, a qual está pautada em reconhecer o discurso não como cúmplice de nosso conhecimento, porém, como uma prática, pois é nesta que os acontecimentos encontram o princípio de sua regularidade.

Com relação à regra, há o princípio da exterioridade, ao se analisar o discurso a partir dele próprio e suas possibilidades externas, além da dimensão do pensamento e da significação. Em linhas gerais, o discurso não serve apenas ao nosso conhecimento: é uma prática conduzida por jogos de poderes (FOUCAULT, 1970 [2012]).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> “As noções fundamentais que se impõem agora não são mais da consciência e da continuidade (com os problemas que lhes são correlatos, da liberdade e da causalidade), não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com os jogos de noções que lhes são ligadas – regularidade, casualidade, descontinuidade, dependência, transformação; é um por um tal conjunto que esta análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como a história ‘viva’, mas com o trabalho efetivo dos historiadores” (FOUCAULT, 1970 [2012], p. 50).

Essas são algumas noções trabalhadas por Foucault, no seu modo de fazer análise, de sorte que ensaio uma instrumentalização de algumas dessas noções, pautando-me principalmente nas condições de produção do discurso, pensando os efeitos dessas práticas e sua descontinuidade.

Confirmando as inquietações explanadas por Foucault e trazendo-as para uma discussão das práticas discursivas, envolvendo o planejamento das ações do Pro Paz nos Bairros, alguns de seus documentos oficiais foram analisados: o Resumo dos Projetos do Pro Paz, 2014; Relatório Geral Pro Paz 2014, Relatório Psicossocial de 2013, Relatório de Atividades de 2013 e Relatório Anual de 2012 da equipe psicossocial desse polo.

A aproximação com a equipe ocorreu após envio de ofício para a sede administrativa. Por conta da demora na resposta com relação à solicitação dos materiais para o estudo (Relatório Anual do Pro Paz nos Bairros), entrei em contato com a coordenadora de um dos Polos do Programa Pro Paz nos Bairros e desse modo pude conhecer a estrutura física e os profissionais da equip. De modo atencioso, os profissionais disponibilizaram tais relatórios mencionados acima e se mostraram interessados na pesquisa por acreditarem que esta política pública precisa ser discutida por não terem conhecimento de outro estudo sobre o Pro Paz nos Bairros.

Todos esses documentos são referentes às execuções dessa política pública em um dos polos do Programa Pro Paz nos Bairros. As informações detalham o fluxograma das atividades, a equipe desse polo, o público atendido, as dificuldades e resultados percebidos pela equipe, já que foram os profissionais que construíram tais documentos.

De posse desses documentos, ressalto que a análise não foi problematizada de forma contínua; pelo contrário, a descontinuidade aliada à inversão, a especificidade e a exterioridade me auxiliaram a reconhecer não apenas o que é dito, mas também como e por que é dito por determinada lógica, além das lacunas, o que está na via do não-dito, o que não é considerado pertinente, o que é silenciado por meio dos embates de força presentes nas práticas sociais. Em acréscimo, reconhecer como esse poder de coerção dos discursos legitimados em nossos dias mantém o *status* de “perigoso” e classifica como “vulneráveis” determinadas crianças e adolescentes.

Com base nas contribuições de Foucault, propus estabelecer diálogo com outros autores, como Zygmunt Bauman (1998), o qual discute sobre as mudanças funcionais do Estado, partindo

do bem-estar social para uma lógica privativa, que não privilegia o seguro coletivo e foca nas forças individualistas para conviver no espaço capitalista da competição e do consumo.

Para Bauman (2000), quando o Estado reconhece a prioridade e a superioridade das leis de mercado sobre as leis da *polis*, o cidadão transforma-se em consumidor, e o consumir demanda mais proteção do que participação no governo do Estado. Logo, “[...] o consumo é uma atividade inteiramente individual, ele também coloca os indivíduos em campos opostos, em que frequentemente se atacam” (BAUMAN, 1998, p. 54).

Outras conexões teóricas foram construídas, discutindo-se práticas discursivas e propondo-se debates sobre os instrumentos jurídicos e sociais no processo de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes enquanto processo múltiplo e complexo, a partir dos objetivos da política pública estadual do Pro Paz nos Bairros.

A imersão nesses documentos somente se deu, dentre outros aspectos, situando os diálogos mantidos com os documentos do Programa Pro Paz nos Bairros, disponibilizados pela equipe técnica de um dos polos.

Portanto, ao compreender a linguagem enquanto produção de sentido no cotidiano, conforme Spink e Medrado (2013) nos sugerem, propus sair do processo de objetivação da realidade, focando as práticas discursivas e suas produções, a partir de uma construção coletiva da realidade com acordos firmados pelas interações sociais.

Tal articulação foi de suma importância para pensar a interação com os documentos e sentidos instaurados por esses diálogos, bem como pelas descobertas promovidas nesse processo e assim pela forma que esse estudo tomou.

Seguindo, destaco que a relevância social deste trabalho está pautada em apresentar uma análise das práticas discursivas da política pública estadual do Pro Paz nos Bairros, por meio de documentos disponibilizados pelo Programa, no que se referem às justificativas para sua elaboração e aos objetivos de suas atuações.

A pesquisa ainda propôs potencializar as discussões sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes, no Brasil, alinhando-se às produções teóricas de alguns estudiosos brasileiros sobre essa temática.

Em suma, o objetivo principal desta dissertação foi a investigação das práticas discursivas do Programa Pro Paz nos Bairros, a partir das tensões entre a doutrina da situação irregular que embasava o Código de Menores de 1979 e a doutrina da proteção integral que norteia o ECA.

### **1.3- Percursos pessoais, acadêmicos, profissionais...**

O interesse na análise discursiva das legislações construiu-se em função das experiências durante a graduação do curso de Psicologia. Ao entrar em contato com a disciplina Psicologia Jurídica, pude conhecer melhor algumas demandas jurídicas que envolviam o adolescente em conflito com a lei. A partir disso, desenvolveu-se uma indagação a respeito de como as medidas socioeducativas seriam operacionalizadas, de como se davam as relações entre os profissionais e os adolescentes, no cumprimento dessas medidas, e de como era para esses adolescentes estar nessa situação.

O interesse em continuar discutindo sobre o sistema de garantia de direitos com respeito à infância e à juventude e desnaturalizar binômios envolvendo o adolescente em conflito com a lei como criminoso e ameaça à sociedade, permaneceu na forma de inquietações e inconformidades. E, dessa maneira, ingressei no Mestrado com essas proposições.

A formação em Psicologia me mostrou como é fundamental a articulação da política com a nossa atuação. E, com o Mestrado em Psicologia na UFPA, essa constatação se intensificou ainda mais, com a inserção no grupo de estudo “Transversalizando”, o qual reflete a propósito de temáticas por uma via transversal, possibilitando trocas de experiências e aprendizados, durante o processo da pesquisa e além desse momento, pelos vínculos que são construídos e solidificados. A inserção também no Laboratório de Redes da Infância, um grupo que, além de discutir os percursos das pesquisas, é igualmente um coletivo de parcerias firmadas no trajeto da Pós-Graduação.

O Núcleo Pará do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e o Grupo de Trabalho Infância e Juventude do Conselho Regional de Psicologia no Estado do Pará/Amapá também são coletivos que enriquecem uma atuação pautada em uma Psicologia mais ética e política e transdisciplinar, nos debates sobre a medicalização e a patologização da vida, em diversos âmbitos da sociedade.

É essa articulação que pretendi fortificar, neste trabalho. Experimentar uma lente que dialogue com outras temáticas e contribua de alguma maneira para uma maior ampliação do debate envolvendo o processo de garantia dos direitos infantojuvenis, na sociedade.

Pretendi potencializar esse debate na investigação, levando em consideração as condições sociais e econômicas da Amazônia, especificamente do Estado do Pará. Nesse sentido, o objetivo foi ultrapassar os muros acadêmicos e levar todos os aprendizados e parcerias construídas durante o Mestrado para a atuação profissional, em uma dimensão ética e política.

É pertinente ressaltar ainda que, nesta pesquisa, não almejei buscar respostas definitivas, mas apresentar uma postura de inquietação, problematizando “verdades” instituídas sobre crianças e adolescentes pobres. Considero mais importante não tentar responder a perguntas, todavia, esboçar reflexões produzidas pelo contato com outras reflexões e questionamentos, alcançando outros colegas, em uma composição de forças envolvendo pesquisas sobre as políticas públicas infantojuvenis.

## **CAPÍTULO I - CAMINHO METODOLÓGICO**

### **1.1- Linguagem enquanto interação social**

A respeito do caminho metodológico que pretendi percorrer, durante a elaboração da pesquisa, situo que falo do lugar da Psicologia social crítica, ou seja, almejo lançar debates sobre os objetivos e as ações do Pro Paz nos Bairros, em um campo de inquietações, investigando as práticas discursivas em nome da garantia de direitos de crianças e adolescentes atendidas por esse Programa.

Enfatizo a importância da criticidade no campo da Psicologia e me coloco nesse lugar para pensar possibilidades além das cristalizações. Muitas vezes, por meio de justificativas técnicas, acaba-se adentrando no campo das normalizações. A história da Psicologia traz serviços a essa lógica normalizadora, mas também reações àquilo que é defendido pelos parâmetros técnico-científicos, lançando novos olhares, novas perspectivas e novas contribuições dessa ciência e profissão em um compromisso social mais amplo e problematizador.

E busco me afinar a essas reações, pensando e construindo coletivamente uma Psicologia inserida nesses embates. Esta pesquisa focalizou, dessa maneira, debates norteados pelas possíveis ressonâncias da doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral, tensionadas por um olhar crítico e transversal nos documentos oficiais do Pro Paz.

Dentre outros importantes teóricos que contribuíram e contribuem para o enfoque desta investigação, os quais consideram a linguagem como prática social, é de suma relevância destacar a figura de Mikhail Bakhtin. Segundo Bezerra (2011), Bakhtin apresentou-se em um primeiro momento como um teórico do campo literário, o qual considerava a criação estética um importante exemplo de relação humana; afinal de contas, entre o autor e o personagem, haveria uma construção semântica, “[...] uma multiplicidade de pontos de vista: os da personagem e o do autor que lhes é assimilado, e eles não conhecem nem privilégio, nem hierarquia [...]” (BEZERRA, 2011, p. 21 e 30).

Ao longo de suas produções teóricas e escolhas filosóficas, vale mencionar suas considerações a respeito da literatura e a crítica pela perspectiva dialógica. No que tange à estética literária, Bakhtin intensificou sua análise, articulando-a aos discursos culturais:

Mais do que construção ou arquitetônica a obra é acima de tudo heterologia, pluralidade de vozes, reminescência e antecipação dos discursos passados e futuros; cruzamento e ponto de encontro [...] Bakhtin reencontra a transtextualidade, no sentido de um pertencer à história da cultura. (BEZERRA, 2011, p. 30).

A respeito da dimensão crítica na relação dialógica, a qual trouxe importantes contribuições para as ciências humanas, Bakhtin enfatiza que a crítica é a atividade mais importante do pesquisador, pois, através da interpretação dialógica entre os discursos, privilegia-se o sentido e assim a liberdade do sujeito, já que o sentido é construído no encontro de dois sujeitos, “[...] o sentido é liberdade e a interpretação o seu exercício” (BEZERRA, 2011, p. 32). Em outras palavras, a linguagem e o pensamento são tomados como intersubjetivos: o ser humano e o mundo estão interligados por construções de sentidos (BEZERRA, 2011).

A partir de suas pistas linguísticas, Bakhtin (2011) referenda que o uso da língua era viabilizado por meio de enunciados heterogêneos, no campo da atividade humana em que é proferido e pelo estilo linguístico. Ademais, cada campo acaba por produzir tipos de enunciados estáveis, o que Bakhtin denominou gêneros do discurso. Estes, por sua vez, são variáveis, porque se diversificam em função da situação, lugar social e das relações entre os sujeitos da comunicação.

O enunciado é “[...] a real unidade da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 274). Por conseguinte, um discurso existe apenas na forma de enunciado que lhe é peculiar e pertencente a um sujeito do discurso, de modo que o limite de cada enunciado se concretiza pela mudança de falante. Ao expor seu enunciado, o falante cede a palavra ao outro sujeito e a sua consequente compreensão responsiva, sendo o diálogo um exemplo básico dessa relação discursiva (BAKHTIN, 2011).

Ainda de acordo com Bakhtin (2011), o enunciado se caracteriza, *a priori*, pelo seu teor semântico-objetual, ou seja, a escolha dos gêneros linguísticos se baseia na tarefa do sujeito do discurso direcionada ao objeto e seu sentido. Além dessa configuração, há também o aspecto expressivo, a intersubjetividade emotiva do sujeito com o objeto do enunciado. Nessa conjuntura, cada enunciado se encontra refletido em outros enunciados, reverberam ecos de outros precedentes, confirmando, rejeitando, transversalizando em suas posições:

Por mais concentrado que esteja em seu objeto, não pode deixar de ser em certa medida também uma resposta àquilo que foi já dito sobre dado objeto, dada questão [...] porque a nossa própria ideia- seja filosófica, científica, artística- nasce e se firma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de

encontrar seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento. (BAKHTIN, 2011, p. 298).

Com base nos construtos de Bakhtin, percebe-se que a linguagem enquanto ação social está relacionada à produção de sentidos no cotidiano, enquanto uma atividade social e dialógica. Seguindo esse percurso, Brait e Mello (2005) destacam que a noção de enunciado é importante nas compreensões de linguagem por Bakhtin, visto que esta se encontra vinculada ao campo histórico, social e cultural, incluindo em seu processo analítico a comunicação efetiva entre os sujeitos e os discursos a ela vinculados.

Conforme Íñiguez (2002), falar é construir o mundo, pois o uso da linguagem é uma forma de ação. Através da linguagem, como processo interativo, podemos elaborar nossos conceitos, construir nossas emoções (ÍÑIGUEZ, 2002).

Almejei nesta pesquisa, portanto, no diálogo com os documentos, investigar as diversas construções de sentidos que eles trazem, ao serem articulados em uma dimensão social, política e histórica.

Para Bakhtin, o sentido é construído nessa relação dialógica, e nas práticas discursivas dos documentos há essa afecção, dizendo-nos muito sobre as atuações em nome da proteção de crianças e adolescentes em “vulnerabilidade social” e “risco”, segundo se observa nos objetivos do Programa. O que é estar em vulnerabilidade? O que é estar em risco? Discutir se os objetivos do Pro Paz nos Bairros estão de fato direcionados para a efetivação dos direitos sociais desse público infantojuvenil e/ou se alcançam outros interesses sociais e políticos, e se ainda há hibridismos nesses atravessamentos, foram percursos de investigação analisados.

A partir do lugar em que me encontro, enquanto Psicóloga, mestranda na linha de pesquisa Psicologia Social e participante de grupos que discutem e se inquietam diante de violações de direitos de muitas crianças e adolescentes, ressalto que, para Bakhtin, a intersubjetividade está presente no enunciado, com relação ao documento; logo, tais impressões das práticas discursivas encontradas nas linhas narrativas dos planejamentos do Pro Paz nos Bairros e seus focos de atuação me tocaram de e isto poderá ser reverberado naqueles que lerão esta escrita e se debruçarão sobre essas vibrações linguísticas.

## 1.2- Práticas discursivas e documentos de domínio público

Segundo Spink (2010) a linguagem é investigada a partir de seus aspectos performáticos, isto é, quando, em que condições, com que intenção e de que modo, assim como pelas condições de produção e, assim, pelo contexto social e interacional. Logo, “[...] o trabalho com linguagem em ação focaliza as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas” (SPINK, 2010, p. 27).

A respeito da análise das práticas discursivas, Spink e Medrado (2013) destacam que são divididas em três tempos históricos: o tempo longo, o tempo vivido e o tempo curto. O primeiro é marcado pela cultura, sendo definido pelo histórico da civilização: “[...] esses conhecimentos antecedem a vivência da pessoa, mas se fazem nela presentes por meio de instituições, modelos, normas, convenções, enfim, da reprodução social” (2013, p. 32).

Para Menegon (1998), o tempo longo, também denominado tempo histórico, diz respeito a saberes produzidos em formações discursivas de épocas distintas, os quais incluem diferentes campos do conhecimento, como senso comum, filosofia, religião, arte, política, literatura e tantos outros. Esses saberes inserem-se no imaginário social e nós os acessamos pelas interações verbais construídas dia a dia.

Complementa que o imaginário social, inscrito no tempo longo, é processual, porque é um conjunto de conhecimentos que foram e são produzidos socialmente e culturalmente:

Tem no dinamismo a fonte de sua existência, sendo alimentado e ao mesmo tempo alimentando vários campos de domínios do saber, entre eles a produção científica, e as práticas sociais que se expressam nas interrelações do cotidiano das pessoas. (MENEGON, 1998, p. 42).

Já o tempo vivido é o que referenda sobre os conteúdos linguísticos aprendidos no processo de socialização, ou seja, são as ressignificações na vida da pessoa a respeito desses conhecimentos construídos durante a história. Por fim, tem-se o tempo curto, que é caracterizado pelos processos de diálogo. Em outras palavras, é na interação social, justamente para captar as estratégias linguísticas utilizadas, que se observam as cristalizações nos contextos discursivos institucionalizados, estabelecendo-se produções de sentidos (SPINK; MEDRADO, 2013).

Na dimensão das práticas discursivas, há também o conceito de pessoa, com direcionamento para o diálogo, quer dizer, trata-se de um posicionamento contrário à dicotomia

sujeito-objeto e indivíduo-sociedade, pensando a pessoa inserida em uma interessoalidade, no jogo no espaço social, envolvendo trocas simbólicas. “A produção de sentido é sempre concomitantemente uma produção discursiva de pessoas em interação” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 36).

Esses conceitos estão articulados entre si e são construções teóricas, as quais potencializam o fazer pesquisa em uma lógica de produção de sentidos. Seguindo essa trajetória, Spink e Lima (2013) assinalam que a análise da pesquisa se inicia pela imersão no conjunto de dados, informações, constatações apreendidas. Dito de outra forma, antes de formulação de categorizações, o pesquisador se confronta com sentidos que foram construídos com base no referencial teórico e com aqueles decorrentes da investigação do objeto da pesquisa e as interpretações percebidas. É nesse embate que as categorias são estruturadas.

Seguindo essa linha de pensamento e modo de pesquisa, há um distanciamento do que se denomina pesquisar *o* cotidiano, conforme indica Spink (2007), porque, assim, estaremos permanecendo na separação clássica entre sujeito e objeto; propõe pesquisarmos *no* cotidiano, já que, nessa racionalidade, seremos participantes dessa interação social, partes da comunidade, de modo a estabelecermos espaços de convivência, privilegiando os conhecimentos locais, produzidos em uma ação social, refutando os conhecimentos universais.

Diante do que foi discutido, as práticas discursivas vão além dos discursos impressos nos documentos, são saberes produzidos em um campo de intersubjetividade e dimensão histórica, podendo ser ecoados em outros momentos e contextos discursivos. As produções de sentidos construídas são dinâmicas e envolvem as relações dialógicas no jogo social, pois a linguagem é encarada enquanto ação social. Dessa maneira, almejei conhecer as produções de sentidos sobre a política pública Pro Paz nos Bairros, pois ao discutir essas estratégias linguísticas pode-se analisar também efeitos dessas construções na garantia dos direitos infantis e juvenis.

O tempo curto é o processo dialógico e, com os documentos, permite provocar discursos cristalizados e promover novas construções de sentidos. Logo, é uma ferramenta importante para investigar a referida política pública e os seus mecanismos no governo de vidas, sendo este um dos caminhos percorridos neste estudo, em uma narrativa que apresentou os cruzamentos de linhas de forças neste campo.

Aludindo às práticas discursivas na análise de documentos, Peter Spink (2004) expõe que os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, uma vez que há o sentido de tornar público esse documento, e como conteúdo, que se relaciona ao que está impresso em suas páginas. São componentes relevantes do cotidiano e também complementam e competem com a memória e com a narrativa. Sendo públicos, são ainda produtos da intersubjetividade, articulados via ação social, e são eles próprios ação social.

Os documentos enquanto práticas discursivas envolvem diversos autores, em relações de negociação e enfrentamento, as quais provocam impactos em diversas atividades humanas (MÉLLO, 2002):

As fontes documentais foram incorporadas ao próprio cotidiano da cultura letrada e são instrumentos que divulgam e debatem esse cotidiano e até buscam a sua normalização. Assim, a pesquisa que toma como base de análise fontes documentais faz com que elas saiam da sombra, deixem de ocupar o lugar de “fontes secundárias”. (MÉLLO, 2002, p. 47).

Peter Spink (2004) acrescenta que a história tem muito a contribuir com os psicólogos sociais que pesquisam documentos. Primeiramente, porém, é preciso deixar de lado a visão de que a História somente dá conta de acontecimentos que ocorreram, ou seja, que ficaram no passado e que obedecem a uma causalidade simples. Pelo contrário, busca-se compreender as diferentes vozes e elementos que se entrecruzam, e como isso é relatado. Os historiadores podem cooperar nesse espaço interdisciplinar com

[a] variedade de maneiras de acessar o sentido em produção, quanto à discussão sobre o olhar de analisar; versões mais densas e assimétricas do tempo; a valorização do que é produzido no fazer cotidiano [...] e os debates sobre textos e narrativas tomadas como discurso. (SPINK, 2004, p. 135).

Segundo ainda Peter Spink (2004), os documentos de domínio público como práticas discursivas podem assumir formas diferentes, como arquivos diversos, diários oficiais, jornais e revistas, dentre outros. Todos esses documentos têm algo a contar. A escolha do documento deve decorrer de uma análise inicial do campo, porém, a investigação na pesquisa é constante: a cada olhar, novos sentidos podem ser produzidos.

Os documentos oficiais pesquisados seguiram uma linha de argumentação analítica e crítica, esquematizando ideias em face dos objetivos e referencial teórico deste estudo. Em se tratando da análise desse documento, é um tipo de domínio público governamental, isto é, constituído por poderes legislativos estaduais, municipais e federais: leis, projetos de lei, medidas

provisórias, cartilhas educativas, estatutos, códigos, estudos teóricos, dentre outros (MÉLLO, 2002).

Conforme o exposto, pontuo que esta pesquisa propôs estabelecer debates através da perspectiva das práticas discursivas na análise dos documentos. Estabeleço diálogos com Spink, Bakhtin, mas também considero algumas contribuições de Michel Foucault, no que concerne à sua analítica do poder e produções de verdade, além dos instrumentos do poder disciplinar e governamentalidade.

De fato, outras interlocuções estão igualmente postas, com autores que interrogam e desnaturalizam práticas, colocando-as em um campo de embates e pensando novos possíveis, na elaboração, execução e toda sistematização de políticas públicas destinadas ao segmento infantojuvenil.

## **CAPÍTULO II- PROCESSUALIDADE HISTÓRICA DAS POLÍTICAS INFANTOJUVENIS NO BRASIL NO DECORRER DO SÉCULO XX**

### **2.1 – As políticas clientelistas para as duas infâncias e o disciplinamento higienista no período da Primeira República**

Nas problematizações de Fraga e Iulianelli (2003) sobre a juventude, destaca-se que, respeitando as particularidades, em quase toda sociedade, ansiedades e expectativas são geradas em torno dos jovens pela crença em seu potencial de transformação social e, por esse motivo, mecanismos de controle são exercidos sobre suas condutas. Cada época imprime funções particulares, porque sua conceituação é uma produção social e também histórica.

Essa produção histórica não é linear, conta com diversos atravessamentos, com ressonâncias de práticas, as quais se atualizam de outros modos, em nome de outros saberes e de outras verdades construídas socialmente. Dessa maneira, a juventude brasileira também foi em diversos períodos históricos manejo de controle e ordem.

É partindo dessa conjuntura que se apresentará uma brevidade das legislações e políticas públicas designadas às crianças e adolescentes brasileiros, no decorrer do século XX, sobretudo, pois nos parece que a história no presente nos diz muito de práticas pensadas e legitimadas em épocas diferentes. Logo, essa produção histórica nos redireciona ao tempo longo, os quais são os saberes produzidos por diversos segmentos como religião, política, arte, filosofia em momentos distintos e que inserem verdades no corpo social.

Nesse sentido, mapeando as primeiras legislações destinadas à infância e juventude, no Brasil, Irene Rizzini (2000) inicia essa incursão histórica, destacando o período do Império, após a independência em 1822, pois nessa época a preocupação com essa parcela da população se restringia, de modo geral, às crianças órfãs, e a maioria era abrigada em instituições denominadas Casas dos Expostos, de cunho assistencialista e mantidas prioritariamente pela iniciativa privada. Aliás, as políticas clientelistas, com troca de favores entre o governo e iniciativa privada, por meio de uma política de privilégios, caracterizaram o período do Império (FALEIROS, 2009).

Antes de sua implementação no Brasil, a instituição Roda dos Expostos foi criada na metade do século XVIII e, de acordo com Donzelot (1986), a filantropia foi se desenvolvendo neste período, objetivando ser um ponto de apoio sobre essas famílias populares, sendo um

laboratório, onde se observam as melhores táticas interventivas sobre a mesma, como forma de reorganizá-las de acordo com os imperativos econômicos e sociais.

Além das crianças órfãs, a prática do abandono era considerada comum ao longo do século XIX. E os principais motivos que levavam ao abandono de muitas crianças nas Casas dos Expostos ocorriam principalmente para manter a honra da família com relação ao filho ilícito, fora do casamento; pelos custos com os filhos das escravas, e também com a esperança que as escravas possuíam de que, colocando seus filhos nessa instituição, teriam mais chances de estes serem livres (ARANTES, 2009).

Nos primeiros anos do Brasil República, a preocupação com a infância foi alcançando, além do campo da assistência e da caridade, o campo jurídico, principalmente sobre a figura do “menor”, pois, norteados pelo ideário nacionalista e progressista, sua imagem foi sendo atribuída a uma ameaça à ordem pública, se o mesmo não fosse investido de educação moral (RIZZINI, Irene, 2009).

Para Oliveira (1996), é no período republicano que se inaugura o conceito de “menoridade”, não mais compreendido na questão etária, mas associado à marginalidade em situações de abandono ou delito.

Desse modo, o novo Código Penal foi promulgado em 1890 e diminuiu a idade penal de 14 para nove anos. Os debates seguiam intensamente e, em 1899, o Dr. Moncorvo Filho criava o Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro, que receberia ajuda do governo a partir de 1904. Esse estabelecimento, por meio de preceitos higienistas, visava a proteger a criança pobre (RIZZINI, Irene, 2009).

É importante destacar ainda os efeitos do regime escravocrata, no Brasil, nesse controle político e social sobretudo das crianças das classes populares, pois esse regime, mantido por mais de trezentos anos, mesmo após a abolição, carregou ainda sua herança no país, nas ações mais repressivas do governo para os pobres (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Paralelamente, alguns movimentos surgidos na Europa, no século XIX, defendiam o controle hereditário da população, porque se acreditava que as misturas de raças gerariam doenças físicas e morais. Essas teorias chegaram com muita força ao país. Diante disso, “[...] o controle das virtualidades exercerá um papel fundamental na constituição de nossas subjetividades sobre a pobreza” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 20).

Com as transformações das cidades e o processo de urbanização, Irene Rizzini (2009) salienta que os discursos do movimento higienista ganhavam força nesse período, no Brasil, principalmente na prevenção de doenças infectocontagiosas. Assim, era preciso intervir sobre a família, para alcançar a sociedade como um todo, e a criança seria essa ponte, pois se acreditava que poderia absorver de forma mais eficaz essa educação, em seu desenvolvimento.

Boarini (2012) descreve que os ideários do higienismo tiveram uma propagação significativa no país, no início do século XX, não se limitando a um setor social, mas em diferentes instituições, como, por exemplo, na saúde e na educação.

Nesse panorama, o processo de industrialização impulsionou o êxodo rural, de sorte que as cidades foram recebendo de forma intensa um contingente populacional cada vez mais significativo. Contudo, essa urbanização se deu de maneira desordenada, pois as moradias eram precárias e faltava saneamento básico. Ademais, a população não mantinha cuidados adequados e necessários de higiene, proliferando-se doenças como diarreias, sífilis, tuberculose, meningite, as quais se tornavam fatais, na maioria das vezes (BOARINI, 2012).

De acordo com Zaniani (2012), nesse período, a pobreza ganhava visibilidade, pois a condição material desfavorável de muitas crianças que passaram a habitar as ruas foi-se tornando problema para a manutenção da ordem social. Vários teóricos, sobretudo médicos higienistas, voltavam-se para problemas como a vagabundagem e o analfabetismo, além de seu desdobramento em outro mal social: a criminalidade.

O “menor”, enquanto um dos principais segmentos sociais a receber as políticas moralistas da corrente higienista, receberia um método defendido pelos juristas, que era a sua observação permanente e individual; o seu tratamento regenerativo ou preventivo da criminalidade deveria ser norteadado pelo amor ao trabalho, porque, desse modo, ele se tornaria um sujeito “válido” economicamente para a sociedade. Algumas escolas correcionais, como a Quinze de Novembro, seguiram esses métodos (RIZZINI, Irma, 2009).

Prosseguindo com as atuações higienistas, cabe destacar sobre a arte de cultivar as crianças, uma política em que o:

[h]igienismo médico se colocou como o melhor aliado do Estado e a ele pode ser creditado, em grande parte, o surgimento do sentimento de infância no Brasil. A criança surge como futuro do homem e da pátria devendo sua autonomia ser desenvolvida. (ARANTES, 2009, p. 187).

Todavia, a rede de assistência à criança pobre não alcançava essa “arte de cultivar as crianças”, destinada apenas às classes mais abastadas. A assistência à infância pobre era justificada para a defesa da sociedade (ARANTES, 2009).

Nesse ponto, é importante sinalizar a diferença entre essas “duas infâncias” (MARCHI, 2007, p. 557-558):

Assim, “duas infâncias” extremamente desiguais foram sendo produzidas ao longo da história: uma associada ao termo “menor” era composta por crianças de famílias pobres que estavam vinculadas às instituições como “orfanato, asilos, prisões, etc.” e outra associada ao termo “criança” estava ligada à família e escola [...] “menor” para um processo de “negativização” ou “estigmatização” que se estabelece na sociedade brasileira sobre as crianças pobres e, mais especificamente sobre o chamado “menor”[...] O “menor”, portanto, como “futuro delinqüente”, como potencialmente perigoso para si e para os outros.

Para prevenir a criminalidade, portanto, o trabalho infantil era uma das justificativas em nome da defesa nacional. Faleiros (2009) comenta que o Estado era complacente com os empresários que detinham essa mão de obra, que era barata, apesar do discurso veiculado de proteção à infância. A infância que receberia uma educação de qualidade e sua proteção era objetivada, não era a mesma que trabalhava nas indústrias, já nas primeiras décadas do século XX.

O ideal nacionalista e republicano da época, conforme Zaniani (2012), visava a desenvolver as futuras gerações e promover o progresso da nação, destoando da criminalidade. Por esse motivo, era urgente promover o sentimento patriota no povo, bem como o estímulo ao trabalho. A criança, nesse aspecto, passou a receber muito dessa intervenção moralista, visto que se tornaria o adulto de amanhã e precisaria estar disciplinada conforme esses princípios.

Diante do que foi discutido, Feitosa (2012) sintetiza que, até os fins do século XIX, o Brasil era um país agrícola, cafeeiro, e sua base de trabalho era escravocrata. Contudo, no início do século XX, houve uma expansão significativa do comércio do café e as rotas marítimas foram ampliadas. Também nessa época a industrialização se desenvolverá intensamente, com o advento da Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente, menor concorrência com outros países.

Ainda, segundo Feitosa (2012), as mudanças capitalistas no fluxo do trabalho, na organização da vida, que impactavam nas condições sociais, foram importantes para os altos níveis de criminalidade entre jovens e adultos. E as maneiras encontradas para conter esse avanço eram repressoras, arbitrárias, atingindo principalmente os pobres.

O saber criminológico e sua crescente expansão analisavam a história desses delinquentes, em suas organizações familiares, o que permitia estabelecer um perfil do delinquente. Sua ação traçou medidas preventivas para que a criança em perigo não se tornasse uma criança perigosa, em uma conjuntura de “risco”, debruçando-se em saberes psiquiátricos, psicanalíticos. Os saberes atuavam para agir antecipadamente contra a ocorrência do crime (DONZELOT, 1986).

No início do século XX, muitos jovens que estavam nas ruas de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, cometiam infrações leves e, apesar de adultos cometerem crimes mais graves, no geral, eram sobre o segmento juvenil as intervenções mais repressivas, sendo encaminhado para diversas instituições que operariam pelo método corretivo (FRAGA; IULIANELLI, 2003).

Pelo que foi exposto, percebe-se que a criança e o adolescente, principalmente da classe pobre, foram se tornando figuras importantes para as intervenções estatais, norteadas pelos ideais republicanos de desenvolvimento e segurança da nação, bem como das reordenações capitalistas e inserções populacionais nas cidades, provocando novos modos de convivência e a crescente criminalização e controle dos pobres.

A mão de obra nas fábricas era cada vez mais demandada; o trabalho, portanto, precisaria ser visto como algo virtuoso e necessário na vida da população. A criminalidade, pelo contrário, deveria ser combatida, pois ela atrasaria e só prejudicaria o crescimento econômico do país. E, no campo jurídico, a figura do “menor” estaria mais presente para receber medidas corretivas, por serem enquadrados desvalidos, muitos delinquentes, os quais não seriam considerados úteis economicamente ao Estado.

Essas medidas repressivas envolvendo a delinquência juvenil foram intensificadas e assumiram novas disposições, nas décadas seguintes do século XX, o que marcará a elaboração de um Código de Menores.

Essa processualidade histórica, demarcada no início do século XX com as políticas menoristas, pode ressoar em outras configurações históricas e sociais, na atualidade, nas políticas públicas em vigência, destinadas ao público infantojuvenil.

Contribui também para pensarmos que as políticas da “menoridade” e as demandas produzidas não são recentes, sendo estas investigadas neste trabalho em torno dos debates a propósito da política pública do Pro Paz nos Bairros, em como alcança o seu público-alvo.

## **2.2 – A promulgação do Código de Menores de 1927 e as intervenções direcionadas à delinquência**

Na primeira década do século XX, segundo Faleiros (2009), o Brasil estava em uma forte agitação social, em virtude da crise econômica e, com a greve dos operários por condições dignas de trabalho, em 1917, bem como a criação do Partido Comunista, em 1922. Houve pressões ao governo para a formulação de políticas públicas mais efetivas. No que se refere à infância, em 1920, é realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, discutindo a viabilidade das políticas para esse segmento social.

Tendo em vista esse bojo de discussões políticas, Irma Rizzini (2009) expõe que a temática das raças tomou mais ênfase, na década de 1920, com os estudos da eugenia sobre os fatores que levavam à pureza das raças. Sendo assim, muitos projetos foram criados, em 1926, na Liga Brasileira de Higiene Mental (esta, por sua vez, criada em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel), envolvendo os estudos da eugenia e preservação das raças.

. De acordo com essa autora, os estudos científicos passavam a ter força nas discussões sobre os “menores”, em princípios do século XX, quando as especialidades iniciaram suas atuações, juntamente com os juízes de menores e os psiquiatras. Já havia, nas instituições, divisões quanto à inteligência e aptidão dos “menores”, de sorte que as intervenções se direcionavam sobre aqueles que estavam em condições de pobreza, porque se acreditava que o meio onde viviam potencializava a ocorrência da criminalidade. Um “menor” encaminhado ao juízo deveria passar por exames médico-psicológicos e pedagógicos, investigando-se sobre sua vida, família, situação econômica, “moral”, ou seja, um conhecimento detalhado sobre o “menor” a ser levado ao juiz.

Quer dizer, nesse momento, o “menor” se caracterizaria como um estrangeiro para essa sociedade, representando uma ameaça à segurança de todos e devendo receber, por essa sua periculosidade, intervenções repressivas e punitivas.

Caminhando nesse percurso histórico, Irene Rizzini (2000) aponta que o “menor” despontava entre as principais preocupações governamentais, nos primeiros anos do século XX. Muitos projetos de lei foram elaborados, com o objetivo de controle menorista, por meio de uma organização assistencial. Pelo Decreto 17.943-A, em 1927 o Código de Menores, também chamado de Mello Mattos, nome do primeiro juiz de menores que contribuiu intensamente para as discussões de tal legislação, é promulgado. Continha 231 artigos, elencando uma quantidade

ampla de situações envolvendo os “menores”, um mecanismo de controle, “tutela”, “reforma”, “reeducação”, “vigilância” sobre esse segmento social.

O Código de Menores de 1927 foi, dessa maneira, uma legislação específica para a infância e a juventude que utilizava o termo “menor”, com base no binômio carência-delinquência (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009). Conforme Oliveira (1996, p. 2), “[...] consolida legalmente esta prática de prevenção ligada ao ideário de periculosidade”.

Nessa legislação, como demarca ainda Oliveira (1996), crianças e adolescentes abandonados e delinquentes deveriam ser submetidos a medidas corretivas, implicando a participação de múltiplos saberes: higienista, que interviria sobre a saúde física e mental; o educador, a disciplina e a instrução; jurista, cuja função se assumia nos instrumentos de proteção e assistência. Ou seja, as intervenções menoristas iriam do campo policial e alcançavam as políticas sociais.

O Código de Menores tinha um caráter policial investigativo. Mais precisamente, no Capítulo X, denominado “Da vigilância sobre os menores”, dava amplas liberdades aos policiais na fiscalização nos locais onde se encontrassem “menores”, a fim de realizar as averiguações que considerassem necessárias (RIZZINI, Irene, 2009).

A figura do juiz de menores era considerada muito importante, na operacionalização dessa legislação, uma vez que seus poderes atingiriam amplas situações, abarcando a suspensão do pátrio poder por negligência ou incapacidade dos pais. Poderia igualmente recolher os “menores abandonados”, apreender e providenciar sua vigilância e educação, após passar por investigações, que classificariam sua idade, instrução, saúde e a condição moral e econômica dos pais. Por conseguinte, haveria uma ampla liberdade jurídica e policial, na fiscalização dos “menores” para proceder a ações que pudessem preservar ou reformar sua moralidade (RIZZINI, Irene, 2000).

Feitosa (2012), por fim, analisa que o Código de Menores de 1927 foi uma legislação, assim como outras que a antecederam, que deu seguimento à segregação e punição da criança pobre, e a figura do juiz de menor e seus amplos poderes de atuação não consideravam as desigualdades sociais presentes nesse processo de aplicação da referida lei.

O “menor” era classificado como aquele que vivia “em risco”, propenso à criminalidade, constituindo um problema que deveria ser combatido desde cedo. A família não poderia dar a ele a educação moral, pois era vista como incapaz de lhe oferecer bons costumes, já que ela vivia em

condições indignas. Esse meio era um dos causadores do perfil do criminoso. Isto é, essas construções de sentidos sobre essa figura dos “menores”, que eram as crianças e adolescentes pobres, delimitavam verdades e práticas de exclusão e controle como defesa social.

Nesse sentido, considero importante discutir sobre o conceito de “risco”, pois era desse modo que esse público infanto-juvenil era visualizado com relação ao cometimento de ilegalidade, já nas primeiras décadas do século XX. Scheinvar e Cordeiro (2007) ressaltam que o conceito de risco, historicamente, vem sendo utilizado, mas de modos diferenciados. Ao ser lançado em legislações e programas, hegemonicamente, é associado ao imperativo da proteção, como forma de suprir a falta, a carência e o perigo àqueles que se precisa proteger, muitas vezes no campo da prevenção.

Para os autores, as abordagens com fundamentação no conceito de risco agem prioritariamente no controle das pessoas enquadradas nessa condição e não nos fatores que poderiam contribuir para tal. Isto é, o foco está em “[...] preservar a ordem pública e não de reverter às perversas condições de vida da maioria da população” (p. 5).

A noção de risco é discutida, desse ponto de vista, pela

[c]ondição socioeconômica, o que significa dizer que não todas as pessoas estão enquadradas nessa condição; praticamente só as que têm em comum a pobreza. Assim sendo, ao analisar a condição de risco a pobreza emerge não de forma subalterna, mas determinante (p. 11).

Em suma, vigiar e disciplinar eram estratégias fundamentais durante a vigência do Código de Menores e, na década seguinte, nos anos 1930, adentrando no período do Estado Novo, as preocupações com o segmento infantojuvenil, sobretudo os pobres, continuaram, mas alcançariam o caráter de segurança nacional, porque as políticas de assistência seriam delineadas através de uma intervenção federal, produzindo demandas específicas, em nome do progresso da nação.

Ressaltamos ainda que a história também se faz no presente, as relações de poder constroem verdades. Para Foucault (1995), o poder é relação, e não somente posse, configurando-se em um campo múltiplo de forças. São relações de poder que ocorrem em um modo de ação de uns sobre os outros, logo, o poder só existe em ato, em um diagrama de forças.

Em toda relação de poder se encontra uma resistência, possibilidades de respostas, reações e invenções. Nesse ponto, Foucault (1995) distingue poder de violência, pois, enquanto, na violência, há uma quebra, uma submissão, que fecha as possibilidades, nas relações de poder isso não ocorre, pois o outro é reconhecido e mantido como sujeito de ação, “[...] ele não é em si

mesmo uma violência, que, às vezes, se escondia, ou um consentimento, que implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis [...] onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos” (1995, p. 243).

Nesse sentido, o poder só se exerce sobre sujeitos livres, os quais possuem uma gama de possibilidades de respostas e ações. A estratégia de luta é atraída nas relações de poder, com embate de resistências e adversários (FOUCAULT, 1995).

Em acréscimo, Foucault (1970 [2012]) assinala que as relações de poder carregam produções de verdade, e os critérios de verdade são estabelecidos a partir de como a sua produção é realizada, de quem fala, de como fala. Portanto, nos discursos, há o valor de verdade, sendo este regulado, selecionado e redistribuído em uma sociedade, operado pela relação de poder e saber.

Em virtude do exposto, avalio como pertinente este percurso histórico na análise das políticas públicas como forma de discutir o Pro Paz nos Bairros e as relações de poder com os corpos e territórios que habita e o que produz, com essas demandas específicas, o que nos coube, então, foi percorrer os caminhos de tal política em seus princípios e proposições e formular uma história no presente, carregada de produções de sentidos.

### **2.3 - O Estado Novo e a Política de assistência federal: centralizadora e intervencionista**

Entre os anos de 1930 a 1945, as políticas de educação, saúde e assistência, de acordo com Vicentin (2005), eram direcionadas significativamente para as crianças e possuíam aspectos autoritários, imprimindo princípios construtivistas, defendendo a garantia do desenvolvimento físico e intelectual das crianças para um futuro promissor. Essa lógica seria inserida, anos à frente, na Política de Bem-Estar do Menor, em 1964.

Durante a Era Vargas, o governo tinha um projeto centralizador e intervencionista, delegando interventores entre os Estados. As demandas econômicas e sociais são questões nacionais assumidas integralmente no país, a fim de enfraquecer os poderes regionais. A estratégia era “[...] privilegiar, ao mesmo tempo, a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país” (FALEIROS, 2009, p. 53).

É pertinente delimitar, referendando Perez e Passone (2010), esse período histórico, visto que o Brasil, durante a Era Vargas, se tornava uma sociedade urbana e industrial, e o caráter autoritário e nacionalista do Estado é impresso na Lei de Segurança Nacional, em 1935,

centralizando o poder decisório e administrativo e reprimindo manifestações políticas. As políticas da família e da infância foram significativas e, na década de 1940, criou-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr) destinado à proteção materno-infantil.

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado logo após, em 1941, foi um órgão dirigido especificamente à assistência dos “menores”. Contudo, continuou com o modelo da década de 1920, pois o encaminhamento às instituições permaneceu sendo realizado com os “menores” considerados desvalidos ou delinquentes (RIZZINI, Irene; PILOTTI, 2009).

Em virtude dessa lógica, é fácil identificar uma visão paradoxal da criança. Ela representava o futuro da nação, a esperança de uma sociedade, mas também uma ameaça em potencial, pois deve manter-se afastada da criminalidade e, assim, dos ambientes propícios, como as ruas. As medidas de repressão seriam direcionadas para a criança pobre, porque a pobreza era vista ainda como um pertinente segmento de transformação social, onde o perigo estaria latente. As ações jurídico-assistenciais, por conseguinte, assegurariam à sociedade a ordem almejada.

Durante a vigência do SAM, a demanda por internações cresceu substancialmente. Os estabelecimentos abrigavam “menores” muito mais do que suportavam suas capacidades físicas, exemplificando a clara concepção de punir esses atores para a defendida correção. E, assim, “[...] nos anos de 1937 a 1938, o Juízo de Menores do Rio de Janeiro tramitou 4.546 pedidos de internação, quando, nestes anos, a lotação dos estabelecimentos disponíveis não passava de 2.630 vagas” (RIZZINI, Irma, 2009, p. 245).

Após a queda de Getúlio Vargas, instalou-se um período marcado pela democracia, apesar das tentativas militares de assumir o governo e o crescimento econômico significativo. Nesse momento, houve investimentos voltados para a preservação da saúde da criança (proibição de trabalho aos menores de 14 anos). Associado ao UNICEF, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) propôs a construção de Centros de Recreação e creches, combinando princípios higienistas, assistencialistas e participativos. A internação em massa, para aqueles considerados “perigosos”, permaneceu, bem como o respectivo controle social (FALEIROS, 2009).

Público e privado se mantiveram articulados e verbas públicas continuaram sendo usadas para financiar e manter estabelecimentos privados, apesar das denúncias de desvio de verbas e condições institucionais precárias, como nos educandários e no SAM, que alguns juízes da época situavam como “fábrica de delinquentes” (FALEIROS, 2009).

Em conformidade com o que foi discutido, é clara a regularidade, respeitando as diferentes condições sociais e históricas, da visão estigmatizante a criança e adolescente pobre, visíveis aos olhos do Estado e da sociedade, especialmente pela lógica da vigilância e da punição, como forma de se adequarem a um corpo social que, na realidade, não os inclui e os criminaliza. Permanecem “invisíveis” nas desigualdades sociais e nos seus direitos que são violados.

Continuando nesse percurso, é importante delimitar de maneira mais atenta também o cenário da ditadura militar e como as políticas para crianças e adolescentes foram sistematizadas, com o advento da Política de Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), nos novos ordenamentos sociais e históricos, além da complementaridade de práticas em nome do protecionismo, as quais marcaram esse momento, em uma intervenção ditatorial.

#### **2.4 - Ditadura militar e o exercício da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor**

Com o golpe militar, em 1964, as políticas menoristas foram estabelecidas por meio da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina da Segurança Nacional, criando a Política de Bem-Estar do Menor (PNBEM) e a rede nacional da Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em substituição ao SAM, que seria uma entidade autônoma, administrativamente e financeiramente. Por meio do discurso da integração social, de minimizar a revolta dessa classe marginalizada em uma formação voltada para a produtividade, as políticas favoreceram o maciço encarceramento infantojuvenil, em suas medidas repressivas (RIZZINI, Irene; PILOTTI, 2009).

No começo da sua vigência, o país vivia um momento de intensa urbanização, de pessoas que iam à busca de melhores condições de vida na cidade. Ou seja, a expansão das regiões metropolitanas era concomitante com a expansão da pobreza, da marginalização social. Essas crianças e adolescentes eram encarados como marginalizados e marginalizantes, pois havia a crença de que, ao serem criados nesse meio, poderiam trazer prejuízos à sociedade, tanto do ponto de vista econômico, pela riqueza que não era gerada, quanto político, porque poderiam se voltar contra o regime político (VOGEL, 2009).

Isto é, percebe-se que, novamente com o processo de urbanização acelerado, os efeitos quanto ao desordenamento urbano foram inevitáveis, com a instalação de moradias precárias. Permaneceu também a associação da pobreza com a criminalidade, sendo necessário conter a inclinação dos jovens pobres para a prática do delito.

A FUNABEM era permeada fundamentalmente, segundo Bolleta de Oliveira (1988), por uma política de institucionalização do “menor” abandonado, carente e autor de infração, que, por sua vez, era embasada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e a Lei de Segurança Nacional. Defendia-se, nesse aspecto, que as crianças advindas das classes populares deveriam receber uma educação adequada, uma vez que não recebiam essa educação de suas famílias, por elas se encontrarem em risco e não serem, desse modo, o local ideal para o desenvolvimento da criança, conforme se defendia. Reformatórios, portanto, foram criados, com estímulo para a internação.

Com efeito, para o repasse de verbas nos Estados, foram implantadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), as quais precisariam estar afinadas com as propostas do órgão nacional, pois seu planejamento envolvia o controle social. Entretanto, Vogel (2009) destaca que as propostas de prevenção e de descentralização de atividades não obtiveram os resultados desejados, visto que o processo de marginalização não havia sido reduzido, os seus efeitos eram cada vez mais preocupantes e o intenso processo de urbanização aumentava proporcionalmente as condições de pobreza de famílias brasileiras, levando à falência do seu modelo.

Por seu turno, Scheinvar e Cordeiro (2007) destacam que, quando jovens são visualizados como em risco social, isso repercute na execução de políticas públicas, porque passam a vislumbrar o jovem como objeto de atenção e sua adequação à ordem social. As dificuldades encontradas para essa adequação social estão direcionadas sobretudo ao adolescente e jovem com condição econômica desfavorável, e os Programas são delineados em um ordenamento de “ressocialização” e ocupação do tempo, através de uma pedagogização da “arte”, “esporte”, “dança”, “lazer” e profissionalização para o mercado de trabalho.

Tomando como base esse conceito de risco associado a essas crianças e adolescentes, no período da ditadura militar, Becher (2011, p. 5) sinaliza que a gestão da segurança nacional era definida

[c]omo a garantia dada pelo Estado para a conquista (ou a defesa) dos objetivos nacionais. Ou seja: a capacidade que o Estado fornece à Nação para a imposição dessas metas. E é precisamente a sua indefinição que molda sua consistência enquanto teoria: o inimigo comunista poderia estar em toda a parte. O mesmo deveria acontecer com o Estado, que se tornaria onipresente e impiedoso contra essa ameaça. O desejo da segurança tenderia a ser ilimitado, afetando todas as esferas da sociedade e sendo uma tarefa patriótica de todos os cidadãos. Num clima de insegurança crescente, criam-se as condições para que a população, cada vez mais amedrontada, submeta-se aos que lhe dizem ter em mãos as soluções.

Partindo desse ponto de vista, FUNABEM e FEBEMs sustentaram o internamento, com amplas denúncias de tortura e superlotações. Em meados da década de 1980, muitas discussões sobre a FUNABEM giravam em torno de uma reforma radical, desativando internatos por outros estabelecimentos institucionais, com formação profissional (VOGEL, 2009).

O governo investia considerável quantidade de verbas públicas nessas instituições, o que provocou uma crise interna por conta dos altos custos investidos. O Estado então diminuiu o repasse de verbas na política menorista, repassando os serviços de atendimento para a sociedade privada, estimulando uma política clientelista, para apoio político (BOLLETA DE OLIVEIRA, 1988).

Em 1968, segundo Perez e Passone (2010), o Fundo das Nações Unidas para Infância firmou um acordo com o Brasil, a respeito das políticas públicas e garantia de direitos à população infantojuvenil, conforme a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959. Apesar do acordo afirmado, o terreno da ditadura militar conservou uma atuação por meio da institucionalização e não favorecimento dos vínculos familiares e comunitários.

As políticas do governo ditatorial tinham um caráter autoritário e repressivo e almejavam a coesão, integração social e sujeição de todos. Porém, além do instrumento da repressão, investia em várias formas de convencimento social, colocando na justificativa da ordem pública um salto importante para o crescimento econômico. Afinal de contas, na década de 1960, assim como na década de 1950, a economia brasileira passava por grandes transformações e crescia vertiginosamente (BECHER, 2011).

A respeito da legislação menorista vigente, o primeiro Código de Menores, promulgado em 1927, foi norteado pelos princípios higienistas e uma dimensão moralista, a qual era focalizada em famílias pobres e sua potencial vulnerabilidade para a criminalidade. Mesmo com as tentativas de reformas do SAM para a FUNABEM, as medidas viabilizadas permaneceram corretivas e punitivas.

Em 1979, um novo Código de Menores é promulgado, outros repertórios e práticas são inseridos, com uma reformulação do Código de Menores, a qual discutiremos no próximo capítulo. Será igualmente discutido sobre o período de efervescência internacional e nacional, na década de 1980, sobre os direitos infantojuvenis e a promulgação de outra legislação que pudesse enunciar crianças e adolescentes, independentemente de classe social, cor, gênero, como sujeitos de direitos e prioritários nos Programas assistenciais do país.

Sinalizamos ainda Rosemberg e Mariano (2010) sobre o debate a respeito da categoria analítica de infância, asseverando que essa denominação implicou diversos períodos e ainda reverbera atualmente. Há uma predominância do modelo desenvolvimentista da Psicologia, por exemplo, que coloca na fase adulta o momento em que a racionalização será de fato definida. Isso estrutura uma hierarquização e uma dominação adulta sobre as crianças. Contudo, a criança, enquanto ator social é uma perspectiva que vem sendo bastante usada, ganhando força principalmente na década de 1990.

Logo, adotam como categoria de análise as relações de idade para o debate sobre a produção e sustentação das desigualdades sociais, uma vez que as delimitações das etapas da vida também são uma construção social do ocidente contemporâneo, configurando o adulto como ápice da pirâmide em relações de dominação (ROSEMBERG; MARIANO, 2010).

Com base nesses debates, podemos destacar a visibilidade política das crianças e adolescentes, durante o período da Ditadura Militar, sobretudo daqueles classificados como “menores”.

Os investimentos as políticas públicas infantojuvenis pareciam estar instauradas em nome do poderio econômico que o país almejava possuir. Para isso, medidas repressivas eram colocadas na agenda, justificadas pela insegurança propagada à população, por conta daqueles que, na realidade, eram considerados em sua “dita ameaça social” e desconsiderados nos diversos modos de desigualdades sociais com as quais viviam.

Nesse aspecto, relações de dominação pareciam estar presentes, pois se pensava em nome da “segurança da sociedade”, de sorte que as intervenções pensadas, em sua maioria, pareciam estar aliadas a uma conjuntura corretiva.

## **CAPÍTULO III - O CÓDIGO DE MENORES DE 1979**

### **3.1- A situação irregular do menor infrator e a transição de doutrinas**

Na reformulação do Código de Menores, em 1979, entra em cena a doutrina da situação irregular, consenso defendido pela Associação Brasileira de Juízes de Menores. Nesse Novo Código, a situação irregular é caracterizada como ausência das condições essenciais de saúde e educação às crianças ou por serem vítima de maus-tratos (FALEIROS, 2009).

No Código de Menores de 1979, as famílias pobres são colocadas no campo da imoralidade, anormalidade, justificando a “proteção” de crianças e adolescentes nas retiradas do pátrio poder por essa condição de pobreza (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009).

Oliveira (1996) sinaliza que o Código de Menores de 1979 manteve a relação do abandono e da pobreza com a marginalidade, contudo, não se limitou às atuações corretivas, porque implantou uma política de segurança nacional baseada em uma prática institucional viabilizada por meio da Política de Bem-Estar do Menor (PBM).

Quanto ao exposto, Nascimento (2012) destaca que, pela justificativa de proteção, pelo Poder Judiciário, muitas crianças e adolescentes eram retirados de suas famílias, por conta da condição de pobreza.

Vicentin (2005) também discute que o período em vigência da FUNABEM/FEBEM foi caracterizado pela institucionalização, e as crianças direcionadas para essas instituições eram aquelas que já tinham seu caminho traçado para a criminalidade, pela sua condição econômica e social, mas que, na verdade, foram vitimizadas por esse processo de institucionalização.

Seguindo suas pistas teóricas, Vicentin (2005) expõe que sua pesquisa realizada com adolescentes autores de atos infracionais, na FEBEM, compreendeu a infração juvenil como um desafio social e não um dano social, ou seja, problematizou os processos de resistência desses jovens, por meio das rebeliões articuladas nessa instituição, analisando-as enquanto fenômeno associado aos processos singulares de subjetivação dos adolescentes que conviviam na FEBEM e que sofriam com maus-tratos e torturas.

Todavia, com relação a essa situação de violações de direitos, as preocupações internacionais com a juventude foram intensificadas, no decorrer da década de 1980, e estavam

diretamente associadas com a preocupação das gerações futuras, de sorte que os jovens deveriam estar mais ativos nas transformações sociais, conforme salienta Iulianelli (2003).

O ano de 1985 foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Juventude. Em contrapartida, na década de 1980 no Brasil os investimentos eram insuficientes para que a juventude pudesse ter um desenvolvimento social, principalmente as pertencentes as classes populares por conta dos problemas sociais alarmantes. Obviamente, esse maior destaque à juventude vai proporcionar nos anos à frente maiores investimentos dos organismos multilaterais sobre as políticas sociais (IULIANELLI, 2003).

Logo, desde a promulgação do Código de Menores de 1979, segundo Oliveira (1996), muitas críticas envolviam tal legislação, sob a primazia da “situação irregular”, de maneira que, durante a década de 1980, essas discussões iriam se localizar na garantia de direitos que uma legislação específica infantojuvenil deveria alcançar.

Porém, não se pode deixar de mencionar igualmente que, na segunda metade da década de 1980, muitos movimentos sociais estabeleceram questionamentos sobre as políticas infantojuvenis, além do caráter policial e voltado para a educação. Essa abertura política e intensos debates sobre os direitos das crianças e adolescentes, em nível internacional, provocaram debates amplos em face de uma nova legislação, promulgada em 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (IULIANELLI, 2003).

Com isso, percebe-se que, pela lógica da irregularidade do menor, ampliou-se a criminalização da pobreza e não os debates envolvendo as violações de direitos de crianças e adolescentes. Nesse panorama, no próximo tópico, seguem as investigações sobre a política menorista no Estado do Pará pela instituição Educandário Nogueira de Faria.

### **3.2- A Política de Assistência no Pará aos “menores infratores”**

#### **3.2.1- O Educandário Nogueira de Faria, na Ilha de Cotijuba, no Estado Novo e Ditadura Militar**

Este tópico pretende refletir a respeito do Educandário Nogueira de Faria, o qual atravessou diferentes períodos históricos, no Estado do Pará. Primeiro, em 1933, após o declínio da borracha e a alarmante crise econômica, constatou-se um aumento da criminalidade infantojuvenil.

Por conta de estatísticas apresentadas e insegurança veiculada, foi criado, na Ilha de Cotijuba (uma das 39 ilhas ao redor da capital, Belém), o Educandário Nogueira de Faria, instituição que tinha como objetivo abrigar os “menores abandonados” e que cometiam infrações (HISTÓRIA DE COTIJUBA, 2012).

O Estado era administrado pelo então governador Magalhães Barata e, com a implantação desse educandário, Cotijuba se caracterizou pelo isolamento dos “menores” advindos de Belém. Torturas, fugas, perseguições e outras diversas formas de violências também estiveram presentes, nesse estabelecimento (HÜFFNER, 2011). E a escolha da ilha se deu devido “[...] a sua distância em relação à metrópole, a ausência de transporte contínuo e conseqüentemente pelo seu isolamento” (MELO, 2010, p. 79).

Segundo Melo (2010), a criação da instituição em Cotijuba se encontrava em conformidade com os acontecimentos políticos e sociais no Brasil, nesse período, abrigando e “corrigindo” os “menores abandonados” que viviam nas ruas de Belém. Em 1934, conforme relata o jornal *O Imparcial*, todo menor de idade que estivesse vagando pelas ruas era visto como um potencial “delinquente” e, assim, era recolhido pela polícia e encaminhado ao Educandário, para receber algum ofício e prevenir contra a criminalidade.

Melo (2010) destaca uma passagem do jornal *O Imparcial* sobre o recolhimento dos menores de idade: “Rumo a Colônia Agrícola de Cotijuba. Deve seguir, hoje (15.07.1934), os seguintes ‘menores’, que andam pelas nossas ruas sem destino certo: A. M. R. da S., A. M. S., M. D., R. P. da C., W. L. e R. F. M.” (O IMPARCIAL, 1934).

Vale ressaltar ainda que, em 1963, o educandário passou por reformas e, em 1968, foi criada uma penitenciária na ilha: a Colônia Reformatória de Cotijuba, no governo de Alacid Nunes, a qual coexistiu por pouco tempo com o educandário. Quando este último foi extinto, Cotijuba se transformou em ilha-presídio, recebendo presos políticos, condenados, tanto “menores” quanto com a manutenção de uma administração vertical e arbitrária (HISTÓRIA DE COTIJUBA, 2012).

No governo de Aloísio da Costa Chaves, entre os anos de 1975 e 1978, a colônia penal foi desativada em Cotijuba e, no último ano de seu mandato, foi construída a penitenciária Fernando Guilhon, na Vila de Americano, na Região Metropolitana de Belém (MELO, 2010).

O funcionamento do educandário e depois o presídio em Cotijuba durou algumas décadas, incluindo o Estado Novo e a Ditadura Militar. Essa instituição foi marcada, assim como outras instituições brasileiras, por diversas formas de violência, e que, desde sua origem, foi pensada como um lugar de ostracismo a esses jovens.

Ao traçar brevemente os modos de funcionamento dessa instituição e os objetivos de manter uma estrutura caracterizada por diversas formas de violência e pela racionalidade do isolamento, pensamos em promover uma reflexão sobre a política menorista, em nosso Estado, em suas materialidades específicas, de maneira a nos ajudar a debater sobre as políticas públicas em vigência na atualidade.

## **CAPÍTULO IV - TENSÕES ENTRE A DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR DO CÓDIGO DE MENORES DE 1979 E A PROTEÇÃO INTEGRAL DO ECA NA ATUALIDADE**

### **4.1- O Estado social mínimo e a sociedade de consumo**

Bocco (2008), em seu livro *Cartografias da Infração Juvenil*, lança um debate sobre a figura do jovem pobre e negro, que é o que sofre mais com violações de direitos. Também destaca que esse jovem é visualizado como um perigo, um estranho para a sociedade neoliberal e consumista na qual vivemos, por não se adequar a esses padrões, sendo inserido em um processo de exclusão social.

As fontes midiáticas contribuem para a construção e manutenção da imagem desse jovem como um estranho à sociedade, mas o Estado igualmente potencializa esse estereótipo. Nesse aspecto, Bauman (1998), no livro *O mal-estar da pós-modernidade*, discute as mudanças referentes a essas funções estatais, uma vez que o Estado foi passando de uma função social para a privatização desse seguro, antes coletivo. Reflete sobre a denominada sociedade de consumo, na qual vivemos, na atualidade, e descreve as características dessa sociedade, marcada pelo consumo exacerbado, pelo sistema de competições, pela individualização e pela busca de sucesso.

A respeito dessa sociedade de consumo em voga, Vicentin (2005) sinaliza que, nos jogos de poder do consumismo, grande parte da juventude brasileira se vê excluída por conta da sua condição material, porém, há também o que denomina de “desapropriação simbólica” consigo mesmo, por não alcançar esse padrão de vida tão enaltecido, mas tão distante.

Portanto, para Bauman (1998), aqueles que não se adaptam a esse sistema são marginalizados, mas paralelamente objetivam retornar a ele, usando de diferentes estratégias para isso. Ser considerado bem-sucedido é poder consumir, enquanto fracassados são os que não correspondem a esse padrão.

Os jovens pobres são os “indesejáveis”, caracterizados principalmente por não estarem inseridos nessa lógica capitalista, pois o “[...] constante convívio da sociedade com o crime, não apenas os mais jovens e mais pobres, parece indicar que essa é também uma forma de inserção no mundo do consumo” (FRAGA; IULIANELLI, 2003, p. 12).

Na obra *Em busca da política*, Bauman (2000) aborda mais detalhadamente as premissas desse papel do Estado, nas últimas décadas, de um modo geral, a partir da lógica neoliberal, sendo flexível para a fluidez do mercado financeiro e inflexível para as políticas sociais. O mercado prospera nas incertezas, na competitividade e na desregulamentação. Em suas palavras:

As autoridades do Estado nem mesmo fingem que são capazes de ou desejam garantir a segurança dos que estão sob sua responsabilidade; políticos de todas as colorações deixam claro que, dada a severa exigência de competitividade, eficiência e flexibilidade, já “não podemos nos permitir” redes de segurança coletiva. [...] Os poderes estatais podem ainda ser usados para fechar fronteiras aos imigrantes, para endurecer as leis de asilo e residência, para perseguir e deportar estrangeiros indesejados [...] podem exercitar-se no combate aos criminosos, ser “duros com a criminalidade”, construir mais prisões, colocar mais policiais nas ruas, tornar mais difícil o perdão aos condenados e mesmo- apelando aos sentimentos populares- seguir o ditado “pau que nasce torto morre torto” (BAUMAN, 2000, p. 47 e 58).

Na obra *As prisões da miséria*, Wacquant (2001) alude ao papel do Estado e destaca que este está se tornando mais policial e menos social, seguindo a lógica das penalidades neoliberais. As classes populares são os alvos da polícia, como se ocorresse o controle dos miseráveis pela força.

Conforme Wacquant (2001), o Estado mascara as mazelas sociais, torna invisíveis os problemas dessa ordem, por meio da dominação racial e da criminalização da miséria. Essa forma de governar recebeu sobretudo a influência norte-americana para vários países da Europa e da América do Sul, nas décadas de 1980 e 1990, o que estimulou significativamente a economia do sistema carcerário. Nesse cenário, a política “Tolerância Zero”, idealizada por William Bratton na cidade de Nova York, foi viabilizada e consistia na judicialização de condutas sociais.

As punições voltavam-se substancialmente para as classes populares, porque eram indivíduos vistos como aqueles que traziam mais ameaças, por estarem mais propensos em promover a desordem social. Então, desvios que antes não eram judicializados, passam a ser. A tolerância zero, portanto, funciona pela lógica da defesa do território, pela presença de um inimigo (WACQUANT, 2001).

Essa política movida pela insegurança e busca do “inimigo”, segundo Coimbra e Nascimento (2003), esteve também presente na década de 1980, materializada pela presença gradativa do sistema neoliberal no Brasil: o Estado mínimo, competitividade, desestatização da economia, privatização, dentre outras medidas. Concomitantemente, é crescente a produção da insegurança e do medo, alinhada aos altos níveis de desemprego, miséria e pobreza. Por sua vez, a

juventude pobre, quando consegue fugir do extermínio, não consegue muitas vezes se inserir no mercado de trabalho formal.

É evidente que não há somente o poder na figura do Estado e nem é a única forma de governar. Foucault (2014) discutia sobre as múltiplas práticas de governo, como o pai de família, o professor, o superior do convento; enfim, o governante do Estado é apenas uma modalidade de governo de condutas. Contudo, todas essas artes de governar estão inseridas na sociedade.

Nesse aspecto, há “[...] o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política” (FOUCAULT, 2014, p. 412).

A partir de tais análises, Foucault (2014) investiga a história da governamentalidade, desde o século XVI, e as novas artes de governo que foram incorporadas. Para esse autor, a governamentalidade é um conjunto de análises, procedimentos, cálculos, táticas para exercer o poder, que tem como alvo a população, aumentando sua riqueza, saúde, duração de vida, taxa de natalidade, por exemplo. E, para dirigir os fluxos da população, tinha-se a família como instrumento desse alcance, considerada como um importante segmento populacional para obtenção de determinados comportamentos, administrados por um saber econômico e controlada por dispositivos de segurança, já no século XVIII.

Por conseguinte, Foucault (2014) enfatiza que, desde o século XVIII, vivemos no processo de governamentalidade, que são essas táticas de governo. Ele está no campo micropolítico, na microfísica do poder e determina quais são as funções do Estado em cada momento, o que é e o que não é estatal, definindo seus limites de atuação e o que determina a sua sobrevivência:

Gerir a população significa geri-la em profundidade [...] a ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. (FOUCAULT, 2014, p. 428).

Nessa arte de governar, os dispositivos de disciplina e soberania estarão presentes, de forma minuciosa, alcançando a família e utilizando as leis impressas como táticas de governo, em prol da gerência da população, alvo desse estado de governo e desse modo de condutas das vidas.

Assinala Lemos (2012, p. 3):

Governamentalidade foi um conceito que implicou um olhar mais refinado de pensar a realidade compósita nos procedimentos de governo dos corpos, concomitantemente na individualidade (disciplina) e na totalidade (biopolítica) em que o governo das condutas

se daria não apenas pelo Estado, mas também pelas famílias, pela escola, pelo trabalho, pelos amigos, pelo Exército, por diversos equipamentos do terceiro setor, em uma complexa e dinâmica rede de relações de saber-poder-subjetivação, formando um dispositivo político e histórico.

Diante do exposto e trazendo a discussão dessa forma de governar para as considerações dos autores sobre as funções estatais na atualidade, estas se encontram em menor grau diante gerências de bem-estar social, e limitam-se bem mais às leis do mercado, não privilegiando o coletivo e potencializando o consumo, o que implica um não fortalecimento do laço social e uma competitividade cada vez mais acirrada, no convívio social. O governo gere uma população em prol de mais produtividade e acúmulo de riquezas.

Nessa lógica, os modos de governar se concentram nas leis de mercado, toda sua fluidez carrega uma maior preocupação com a economia e as políticas sociais são colocadas em segundo plano. À margem está quem não se inclui no espaço do consumo e da acirrada competitividade. Sentir-se incluso nessa sociedade afigura-se como um imperativo a muitos que estão em condição financeira desfavorável.

Em acréscimo, a governamentalidade é um conceito que corresponde a diversos modos de governar, além do Estado. Os modelos de governo se afirmam na disputa de poderes, nas inúmeras lutas travadas. Os modos de governo dos corpos se operam em uma complexa rede de atravessamentos, em nível micro e macrossocial e político.

Nesse campo, pode-se considerar a operacionalização das políticas públicas e os modos de governo sobre os corpos, pois, de acordo com Vicentin (2005), em muitas, as possibilidades de existência dos adolescentes não são levantadas e a moralização da juventude é exaltada nesses programas que buscam restringir os riscos sociais do adolescente, precisando receber intervenções preventivas e/ou repressoras, afastando-os das ruas, da ociosidade e, dessa maneira, da criminalidade.

Não se pode deixar de mencionar o percurso histórico dessas políticas públicas, porque, conforme salienta Oliveira (1996), na história do Brasil República, seja em períodos ditatoriais, seja em democráticos, o ideal de desenvolvimento estava presente e se inseria nos Programas sociais de bem-estar e nas políticas de segurança nacional<sup>2</sup> destinadas às crianças e adolescentes.

---

<sup>2</sup> “É provável que o limite democrático repouse em seu limiar com a mentalidade punitiva, quando defende o bem para todos, o bem comum para a maioria e a ordem pública como melhor tradução da benevolência para as minorias

Conforme discutimos, pontuamos que de fato, mudanças precisam ser destacadas, principalmente com o advento do ECA e consequente responsabilização do Estado, família e sociedade, na proteção social infantojuvenil, mas também é fundamental demarcar e tensionar esse campo de práticas na atualidade levando em consideração essa lógica da sociedade de consumo e modos de governo.

#### **4.2- ECA: avanços e continuidades de práticas**

Tendo em vista o percurso histórico do Código de Menores de 1927, sua reformulação, de 1979 até a vigência do ECA, em 1990, Coimbra e Nascimento (2009) salientam que a produção de desigualdades em infâncias e juventudes se constituiu por todo o século XX, sobretudo no escopo das internações para solucionar os problemas advindos das desassistências aos jovens pobres. A internação começou pela criação do Juizado de Menores, posteriormente com o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), no Estado Novo em 1941 e pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, durante a ditadura militar. Eram verdadeiras “instituições-depósitos” onde, com a finalidade de prevenção à criminalidade, se justificavam os maus-tratos.

No que se refere à passagem da legislação menorista para o ECA, Lemos (2007) aponta a Constituição Federal de 1988, a qual estabelece uma transição para o regime democrático após o período ditatorial. Nos artigos 227, 228 e 229, é conferida às crianças e aos adolescentes a condição de cidadãos e a doutrina da proteção integral. Dessa forma, a doutrina da situação irregular do Código de Menores deu lugar a essa nova concepção de direitos e deveres da doutrina da proteção integral.

Segundo Rosemberg e Mariano (2010), a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança inspirou o artigo 227 da Constituição de 1988, bem como a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A convenção foi ratificada pelo Brasil, em 1990, e é considerada inovadora por reconhecer à criança todos os direitos da Declaração dos Direitos Humanos, como os direitos de liberdade, até então reservados apenas aos adultos.

Os autores discutem as particularidades da Convenção, documento legal, que como frisado, norteou o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em suas análises, destacam que os

---

de toda sorte, diversificando cotas de bem-estar nos estilhaços de diversidade que é capaz de suportar enquanto espelhos de si mesmas” (OLIVEIRA, 1996, p. 7).

direitos de liberdade e participação são reconhecidos à criança, por conta da sua identidade com o “homem”, e também os direitos de proteção são reconhecidos, em virtude da sua especificidade em ser criança e seu caráter peculiar de desenvolvimento. Ocorre que, nesse momento, estaria colocada uma de suas incongruências: a convivência entre o direito de proteção e de liberdade.

Ao referendar outros analistas, como Marchi (2009), Rosemberg e Mariano (2010) asseveram que, na atualidade, parece haver, de um lado, uma proteção e homogeneização das diferenças individuais e, de outro lado, a liberação e a individualização. Ou seja, o modelo de liberdade/individualização estaria adentrando no campo da infância normalizada e na ideia de infância em risco.

Assim, em nome da proteção e de uma padronização do que seria uma infância dentro de uma zona de normalidade, classificam-se os que estão nesse patamar ou não, e justificam-se intervenções como forma de retirar essa infância da zona de risco.

A partir dessas costuras, Rosemberg e Mariano (2010) continuam seu debate sobre a Convenção no Brasil e lembram que, além de a Constituição Federal de 1988 e o ECA terem absorvido muitos dos princípios da Convenção, como principalmente a condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes, centraram-se em combater a doutrina da situação irregular, presente no Código de Menores de 1979, contrapondo-a com a doutrina da proteção integral, que orienta o ECA.

Situando as discussões envolvendo a mudança da legislação para as infâncias e juventudes brasileiras, destaco que, de acordo com Faleiros (2009), em 1989, o então presidente Fernando Collor recebeu pressões de muitos movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, de ONGs, entidades de direitos humanos que já vinham se articulando e lutando pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, em compasso com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (1989) e outras discussões internacionais. A Igreja Católica, através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), levantava a bandeira desses direitos, em especial aos órfãos e abandonados, no tocante à proteção social e educação.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua fomentou debates na sociedade para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, junto com juristas, intelectuais e políticos. Dessa maneira, em 1990, com o ECA, extingue-se juridicamente o Código de Menores

e a FUNABEM. Foi uma articulação com a sociedade civil na viabilização das políticas públicas e descentralização de serviços de atendimento, com a criação dos Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, além da absoluta prioridade no acesso às políticas sociais (FALEIROS, 2009).

Porém, Lemos (2007) analisa que o princípio concebido no ECA vai além da preocupação com o cumprimento da lei e possui uma vertente preventiva, através de uma gestão de riscos e de disciplina dos corpos. Nesse aspecto, a proteção integral visa não só às crianças e adolescentes cujos direitos foram violados, mas também engloba articulações com o Poder Público e ONGs para aqueles que podem ter seus direitos violados.

Nos discursos do texto legal do ECA, a condição de pobreza é retirada no que se refere à proteção de crianças e adolescentes, contudo, é produzida a noção de negligência, e a família pobre passa a receber esse novo *status* e continua a ser penalizada por meio de intervenções racistas, de acordo com as considerações de Nascimento (2012).

Riva e Romanelli (2005) conceituam negligência como a ação ou omissão de cuidados básicos dos pais ou responsáveis, da comunidade como um todo ou do Estado às crianças e adolescentes, prejudicando seu desenvolvimento físico, emocional e social, quando são privados de alimentação, higiene, educação formal.

A negligência está presente no ECA, no art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Conforme Nascimento (2012), dessa forma, para existir a condição de negligência, há antes um modelo de proteção, e um desvio a esse modelo é ser negligente. Logo, a negligência é colocada enquanto um problema social a ser solucionado, não pode ser problematizada de maneira isolada, mas pelo par proteção-negligência. Estar protegido é estar como uma boa higiene, boa alimentação, bem cuidado, ou seja, são parâmetros construídos historicamente, a partir de um enquadramento capitalista. Em nome do modelo de tal proteção é que se define quem é ou não negligente.

O conceito de negligência, segundo essa autora, passa a ser produzido nas atuações jurídicas e sociais com a retirada do poder familiar, colocação em abrigos de forma apressada para adoção por uma “família estruturada”, já que a família pobre é vista, em muitas situações,

como “desestruturada”. Em outras palavras, a negligência serve, em nome da segurança da sociedade, por uma lógica de governo da vida dos pobres.

Cunha (2007, p. 105) acrescenta:

Quando o “abandono, a negligência e os maus-tratos” não são contextualizados, enquanto efeito da política econômica e social do capitalismo globalizado, culpabilizam-se os indivíduos e suas famílias pela condição de miséria, colocando-os como únicos responsáveis.

Nesse cenário de culpabilização pela situação de negligência, as avaliações a atuações são pautadas em individualizações e criminalização da família pobre, por não se adequar ao sistema capitalista em voga. Cunha (2012) ressalta que tais famílias são inseridas por muitos técnicos e especialistas no campo da imoralidade, pela maneira como elas se organizam, como a inexistência de certidão de nascimento ou vacinação dos filhos e o número de companheiros, como no caso das mães. É importante romper com esses estigmas e com a naturalização, criminalização e penalização dessas situações rotuladas como negligência e abandono relacionadas às famílias pobres, porque são experiências de vida complexas, com múltiplos atravessamentos.

Arantes (2012) reitera que, no ECA, crianças e adolescentes são representados como sujeitos de direitos, deixando de lado as antigas representações, como objeto de assistência, controle, disciplinamento e repressão. Contudo, na vida social, essas simbolizações ainda se fazem presentes, em outras conjunturas, obviamente, porém, ainda persiste a ideia de proteção com medidas assistencialistas e corretivas, aliadas às condições de vulnerabilidade de grupos específicos, os quais justificam práticas mascaradas de proteção.

Portanto, os debates sobre a infância, no geral, são ambíguos e contraditórios, pois a criança, de um lado, é vista como vítima, por estar em risco, mas, de outro lado, a criminalidade é potencializada por conta dessa vulnerabilidade.<sup>3</sup>

E, ampliando a discussão sobre as discontinuidades entre o Código de 1979 e o ECA, Oliveira (1996) aborda em primeiro lugar a política de atendimento, uma vez que, na antiga

---

<sup>3</sup> “Por um lado, dizemos que as crianças têm direito à educação, à vida, à saúde. Por outro, observamos uma medicalização generalizada das crianças em nome de sua adaptação escolar e familiar, para conter suas agressividade e hiperatividade ou para, simplesmente, prevenir supostos e hipotéticos riscos de se tornarem delinquentes [...] por um lado dizemos que as crianças têm direito à convivência familiar e comunitária e, por outro, dizemos que o lugar mais perigoso para a criança é a sua família e que é importante empoderarmos as crianças, ensinar-lhes que os direitos para que elas possam denunciar seus pais” (ARANTES, 2012, p. 55).

legislação, havia um direcionamento para a instituição, a qual promoveria a ressocialização, suprimindo as falhas do convívio em uma família dita desestruturada.

O ECA, por sua vez, defende que o convívio familiar e o caráter educativo precisam ser privilegiados na família. Outro ponto importante de divergência é romper com a condição econômica para compreender a situação de crianças e adolescentes, ou seja, problematizando a condição de pobreza no processo de exclusão social e medidas estatais assistencialistas (BOCCO, 2008).

Outra diferença importante entre o ECA e o Código de Menores de 1979 é, pela discussão de Raniere e Maraschin (2013), a distinção que o ECA realiza entre Medida de Proteção e Medida Socioeducativa, porque, no Código, uma mesma medida poderia ser aplicada a todos os adolescentes pela justificativa de proteção:

*Das Medidas de Assistência e Proteção*

#### CAPÍTULO I

*Das Medidas Aplicáveis ao Menor*

Art 13. Toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sóciofamiliar.

Art 14. São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária:

I - advertência;

II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;

III - colocação em lar substituto;

IV - imposição do regime de liberdade assistida;

V - colocação em casa de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado. (BRASIL, 1979).

Não se pode negar que o ECA promoveu mudanças, conforme consta nessa exemplificação. Contudo, a luta para sua concretização legalizada ainda é fundamental pelas altas taxas de violência, como os casos de homicídios que assolam muitos adolescentes e jovens, em nível nacional e também no Estado do Pará.

Na primeira década do novo milênio, como pontuam Fraga e Iulianelli (2003), em detrimento dos investimentos sociais, a sociedade privilegia o acúmulo de capital e, desse modo, as consequências para essa faixa-etária giram em torno da exploração do trabalho infantil e da sua exclusão ao acesso à educação e também ao mercado de trabalho:

A maioria dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais é negada a esse segmento. A educação é pouco adequada à realidade juvenil, o acesso ao trabalho- e aos meios legais de geração de emprego e renda- lhe é vedado, e a produção cultural juvenil é pouco estimulada. (FRAGA; IULIANELLI, 2003, p. 10).

Segundo Iulianelli (2003), a década de 1990 foi marcada pelo aumento assustador do número de mortes entre os jovens de 15 a 24 anos, principalmente os negros e os pobres, por conta da violência. O crescimento da população no Brasil havia, no geral, estagnado, entretanto, a dos jovens crescia significativamente. Esse fato, aliado aos altos níveis de desemprego e afastamento do Estado de bem-estar social, levou a uma situação alarmante. Com poucos investimentos sociais, como educação e mais políticas repressivas, os jovens estavam inseridos nas estatísticas de violência como vítimas e promotores de atos violentos:

Os jovens são considerados delinquentes, sobretudo, quando não estão integrados aos sistemas educacionais, aos mecanismos de inserção no mercado de trabalho e s estratégias públicas de esporte, cultura e lazer [...] os jovens são, também, considerados uma espécie de reserva ética das sociedades. Eles são o ponto de virada da história social [...] os analistas deixam a juventude em duas situações incômodas: delinquentes e/ou responsáveis pelo destino do gênero humano (IULIANELLI, 2003, p. 61).

Arantes (2009) problematiza, nesse sentido, o fato de que os debates que envolvem o ECA não representam as melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes pobres, mas projetos de leis que objetivam um maior agravamento das medidas socioeducativas e redução da maioria penal, pela crença de que o Estatuto promoveria uma impunidade. Tais propostas punitivas podem levar o país a uma regressão, porque marcariam a divisão entre criança/adolescente e “menor”, justamente o contrário da luta dos movimentos sociais para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes, independentemente de classe social.

É pertinente salientar que essas reverberações punitivas estão intimamente descritas no Código Penal, de 1940, que vigora até hoje, regendo a prática judiciária, vislumbrando o ato infracional como crime e a medida socioeducativa como pena, de maneira que a perspectiva penalizadora é enaltecida e as práticas punitivas justificam as internações aos adolescentes, em detrimento do caráter pedagógico previsto no ECA (OLIVEIRA, 1996).

Interessante expor que os aparelhos punitivos, na atualidade, continuam reafirmando o encarceramento como uma forma de defesa da sociedade dos “perigos sociais”. O que se quer é o isolamento desse jovem, e assim não há visibilidade para a violação de seus direitos. Segundo Augusto (2013), hoje, vivemos um controle democrático, combatendo uma suposta impunidade por meio de maior presença policial nas ruas, identificando crianças, adolescentes e jovens miseráveis, abandonados e pobres, como objetos principais desse combate.

A maior presença do Estado na segurança pública é conclamada pela sociedade e diversas fontes midiáticas e, de acordo com Augusto (2013), há uma proliferação de ONGs (Organizações Não-Governamentais), PPPs (Participações Público-Privadas) e institutos de pesquisas que focam suas atuações em grupos específicos os quais promovem a insegurança e o terror no corpo social.

Em linhas gerais, encontra-se presente, nesse caso, a velha política da segurança coletiva em nome do bem comum. Em virtude disso, cabem as contribuições de Foucault (1999) quanto a sua analítica do poder, pois, para ele, em qualquer sociedade, as relações de poder constituem o corpo social e funcionam através da produção e circulação dos discursos verdadeiros, porque o poder só se exerce por meio da produção de verdade.

Os interesses desse autor estavam relacionados ao funcionamento das relações do poder, através de dois eixos: o direito e suas regras, pois delimitam o poder, os efeitos dos discursos de verdade que o poder produz e reconduz na sociedade. Nesse aspecto, somos classificados, julgados, seguindo os discursos de verdade, verdade enquanto norma, estabelecendo modos de viver e morrer.

Referendando esses construtos de Foucault (1999), os discursos de verdade são legitimados por relações de saber-poder e, a respeito do adolescente, garantido nos discursos do ECA como sujeito de direitos, na realidade, isso não está presente para todos os adolescentes, visto que as diferenças sociais e econômicas ainda excluem do sistema garantia de direitos.

Além disso, Fajardo (1999) tensiona a doutrina de proteção integral, no concerne ao conceito de proteção, pois a proteção age sobre a infância desamparada, incluindo dispositivos de repressão e prevenção, pressupondo uma assimetria na relação entre protetor e protegido. Essa assimetria se reforça pelo conceito de discernimento, colocando a incapacidade infantil nesses moldes. Ainda nessa discussão conceitual, Fajardo (1999, p. 90) argumenta:

A mudança conceitual (do ECA) desloca, pois, a criança dentro de um mesmo campo de controle social e de intervenção estatal sobre a sociedade em geral. A condição de sujeito de direitos não lhes isenta da condição de objeto de proteção. A família em risco a infância desamparada é representada dentro de famílias em situação de risco vistas, construídas e enfrentadas pelo Estado através de suas facetas normativas e de ação pública que, no Brasil, se apoiam num princípio de corresponsabilidade entre Estado, sociedade e família. A família é constantemente redefinida socialmente enquanto distintas formas de relações íntimas e reaproveitada politicamente enquanto apoio para políticas mistas entre o Estado e a sociedade para dar conta do risco crescente de exclusão social dos indivíduos, decorrente de um processo de dolorosas transformações no mundo do trabalho e suas conseqüências no Estado de Bem-estar social [...]. As famílias pobres foram, quase sempre, associadas à ignorância, negligência, incapacidade, vícios, abandono, promiscuidade, imoralidade e, definitivamente, foram locus

privilegiado das políticas de proteção, pelo menos, no Brasil, desde a chamada fase higienista até a atualidade.

O ECA, em suma, coopera com a continuidade de práticas com relação ao Código de Menores, porque, a conceituação de negligência, por exemplo, com a culpabilização das famílias pobres na criação das crianças e dos adolescentes, permanece, em outras configurações, obviamente, mas se atualiza levando a condição material e financeira a um patamar de omissão de cuidados e justificativa de colocação em outro ambiente de convivência.

Contudo, o ECA propõe também a garantia de direitos a todo o público infantojuvenil, independentemente de condição social, financeira, cor, gênero, orientação sexual; compactuamos com essa luta, afirmando políticas que vão ao encontro dessa efetivação.

É evidente que nos cabe um olhar atento à sistematização dessas políticas públicas, principalmente no Estado do Pará, destinadas a esse público e suas atuações a favor dessa efetivação dos direitos sociais, problematizando as ações em nome da proteção de crianças e adolescentes.

É nesse percurso e construindo outros cruzamentos que o próximo tópico questionará a figura de determinados jovens, em nossa sociedade, os quais são criminalizados pela sua cor e respectivos modos de vida, sendo colocados como objetos em práticas delineadas pela lógica neoliberal.

#### **4.3 - A punição disciplinar normalizadora e o Programa Pro Paz**

Como exposto até aqui, já no início do século XX, com o método higienista, os “menores” eram distribuídos conforme suas aptidões, isto é, com um olhar individual e de cunho preventivo. Posteriormente, com a maior solidificação do saber jurídico e as especialidades nos encaminhamentos dos “menores” considerados abandonados e desvalidos, os exames médico-psicológicos atuavam sobre sua situação familiar, econômica e moral. As avaliações e exames focavam na história do adolescente e em justificativas na sua “personalidade”, que o levariam à criminalidade.

Essa vertente tecnicista e individualista permeou igualmente a atuação de psicólogos e outros profissionais, durante a vigência do Código de Menores de 1979, e, nos dias atuais, ainda o psicologismo se faz presente na atuação de muitos psicólogos, porque, de uma forma geral, junto

com o juiz, a equipe valoriza o internamento, de modo que a família e o meio social em que o adolescente vive ainda são sinalizadores para a ocorrência da infração.

A respeito dessas constatações, cabe potencializar as problematizações de Foucault (2010) sobre a técnica do exame, que foi apropriada pelo direito penal moderno, sendo uma das suas vertentes do poder disciplinar com a classificação minuciosa das condutas.

Foucault (2010) incorpora a técnica do exame como um dos pressupostos do poder disciplinar, mais intensamente no século XIX, com reverberações no século XX, associado a outras mecânicas do poder.

Para ele, no sistema disciplinar, funcionavam “infrapenalidades”, que qualificavam um conjunto de comportamentos em ausências, negligências, falta de zelo no desempenho das tarefas. Penalizavam-se os desvios mínimos de condutas, os quais deveriam ser corrigidos. A punição disciplinar, por conseguinte, era um exercício que passava pelo arrependimento do sujeito, não pretendia ser repressiva, pois relaciona os atos em conjunto, comparando-os, diferenciando-os, hierarquizando-os e atravessando todos os pontos de seu controle (FOUCAULT, 2010).

Através das disciplinas, aparece o poder da norma e, desse modo,

[o] Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação de escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais (FOUCAULT, 2010, p. 177).

Nesse instrumento do exame, há a combinação de técnicas da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora, porque qualifica, classifica e também pune, em seu estabelecimento de verdade. Em seus campos de saber, como na escola, a era examinatória contribuiu maciçamente para o desenvolvimento da pedagogia enquanto ciência, assim como o exame hospitalar na medicina, pois “[...] o exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 179).

O exame capta os indivíduos em um processo de objetivação, porque se insere sobre a individualidade, constituindo um arquivo minucioso, um registro detalhado do indivíduo descritível e analisável. Esse instrumento permitiu o desenvolvimento das ciências humanas (FOUCAULT, 2010).

Não se pode negar que Michel Foucault discute sobre esse instrumento do exame inserido no poder disciplinar, em outro cenário e período, contudo, respeitando essas particularidades, a conexão do saber produzido pelo exame pode ser aplicada ao delineamento e execução de políticas públicas infantojuvenis, pois parece haver efeitos desse sistema de infrapenalidades no Pro Paz nos Bairros.

Por outras conexões e relações de poder, esse instrumento do exame pode estar presente na execução desse Programa social que prima pela conquista de direitos e também pela prevenção da violência. Esta pode ser uma das linhas de ação da política pública do Pro Paz, já que, a partir das informações constantes no *site* do Programa (2014), o Pro Paz é uma política administrada pelo Governo do Estado do Pará, possuindo como objetivos fomentar e articular políticas públicas para a infância e adolescência “em situação de vulnerabilidade social”, visando à difusão da cultura de paz, prevenção da violência e a garantia de direitos. As ações são viabilizadas pela parceria com entidades governamentais, não-governamentais e a sociedade.

Os projetos que fazem parte do Pro Paz são: Pro Paz Cidadania, Pro Paz nos Bairros, Pro Paz Juventude, Pro Paz nas Escolas, Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente (MOVER), Pro Paz Comunidade, Unidade Integrada Pro Paz (UIPP), Pro Paz Integrado, Fabricação de Ídolos, Pro Paz Infra, Pro Paz Arte e Cultura, conforme o site do Programa (2014).

O projeto Pro Paz nos Bairros, especificamente, pretende reduzir os índices de violência, difundindo a cultura de paz, por meio de ações preventivas direcionadas a crianças e adolescentes consideradas “em situação de risco”, por residirem em locais com altos índices de violência (2014).

Esse projeto desenvolve estratégias pautadas em temas como valores, respeito, disciplina, afeto, amor e diálogo, em que a principal meta é reestruturar o padrão de comportamento, fortalecer a convivência familiar e reduzir os casos de violência. Oferece serviços de complementação escolar no contraturno, com reforço escolar, arte, esporte, cultura e lazer, além de atendimento nutricional, odontológico e enfermagem (2014).

Os espaços para a operacionalização do projeto são compostos por quadras poliesportivas, piscinas e salas para aulas de dança e de informática. O Programa reforça que o

atendimento é focado em crianças e adolescentes “em situação de risco”, que “viviam nas ruas”, alguns envolvidos com o crime e as drogas (2014).

Seguindo essas informações sobre as atuações desses projetos, defende-se que a cultura de paz aproxima a compreensão antropológica das diferenças, contribuindo para que as diferenças as quais aparentemente nos afastem possam se tornar “[...] instrumentos ímpares na conjugação de um novo tempo [...] que está na simples troca de um olhar com contraditoriamente estranho, mas humanamente semelhante. Na vontade de encontrar a paz”, ainda de acordo com as informações no *site* do Pro Paz (2014, s/p).

Em suma, essas são algumas construções e propostas atinentes ao Pro Praz e Pro Paz nos Bairros, em suas diversas intervenções, almejando a concretização de uma cultura de paz e situando o risco social na vida de determinadas crianças, adolescentes e jovens que residem na periferia.

A situação familiar, social e econômica do público-alvo dessa política é analisada por meio dessa técnica minuciosa das condutas, avaliando-as e classificando-as em face de uma normalização no convívio social, pois há a exposição, nos documentos, da necessidade de esse público absorver outras visões de mundo, reestruturando seus comportamentos com as atividades no campo da arte, esporte e lazer, a fim de que exerçam sua cidadania de forma plena.

Continuando o exame dos escritos de Foucault (1999) sobre o poder disciplinar, destacamos suas análises acerca do que denominou mecanismos da disciplina e mecanismos da regulamentação, na passagem do século XVIII para o século XIX. Ele assinala que ambos não se excluía, mas se articulavam, exemplificando com as orientações sobre a higiene das famílias, a escolaridade, a procriação, dentre outras, paralelamente às da Medicina, pois atuavam sobre os corpos individualizantes, porém, igualmente regulamentando a vida da população.

De fato, Foucault (1999) questiona como os mecanismos de regulamentação objetivavam aumentar a vida da população, mas também deixar morrer. Nessa sua discussão, introduz o racismo de Estado pela política do biopoder, ou seja, seria uma seleção entre o que deveriam viver e os que deveriam morrer pelo domínio biológico, pela hierarquia das raças – “[...] quanto mais os outros morrerem, mais estarei seguro, viverei mais”. Esses outros são pertencentes às raças hierarquizadas como inferiores, o perigo biológico, como os criminosos, os quais deveriam morrer ou ser conduzidos ao ostracismo.

Portanto, essa mecânica do poder, a biopolítica, atinge a população enquanto problema político e biológico, regulando-a para auferir um equilíbrio por meio de mecanismos globais e regulamentadores. É uma tecnologia do biopoder, porque opera em como viver, como aumentar a vida, alcançando a população em estados globais de regularidade dos processos biológicos da espécie humana (FOUCAULT, 1999, p. 298).

A biopolítica se centra não no corpo individualizado, mas na vida, no corpo inserido nos procedimentos biológicos da coletividade. Contudo, é fundamental ressaltar, conforme Foucault (1999), que o biopoder é uma tecnologia correspondente tanto à biopolítica quanto à disciplina, já que esta é colocada enquanto analítica do poder sobre a vida.

Na disciplina, no entanto, o corpo é individualizado, e na biopolítica, o enfoque está sobre os corpos inseridos coletivamente em seus processos biológicos, pela via da regulamentação da população. Uma ilustração da articulação entre essas duas gerências do biopoder é a atuação da medicina, que perpassava os corpos individualizantes, mas também intervinha no controle da sociedade.

E trazendo essa problematização para a realidade brasileira, resguardando as diferentes e peculiaridades históricas, sociais e culturais nas análises de Foucault, sublinhamos a instrumentalização das políticas públicas infantojuvenis no Estado do Pará, como é o Pro Paz nos Bairros, no que se refere às estratégias do biopoder para alcançar a população e os corpos, individualmente.

Essas problematizações são imprescindíveis, haja vista que o Pro Paz nos Bairros é uma política pública, sendo relevante questionar o que precisa ser ampliado e/ou modificado. As lentes analíticas de Foucault são investigadas com uma lente móvel e, ao discutirmos sobre as instituições políticas, podemos experimentá-las por este cuidado.

O Pro Paz nos Bairros possivelmente atua por meio de práticas de proteção dos corpos, mas também sua gestão se dá por mecanismos de regulamentação, fazendo viver e aumentando a vida, além de demarcar um território pela presença de um governo atuante nas necessidades dessa coletividade. Ao readequar as condutas para efetivação da cidadania, estabelece-se também um movimento dos corpos em uma extensão individualizante.

No caminho dessa argumentação, referenda-se Acácio Augusto (2010), porque, quando aborda a prática de polícia, ele pontua que as pessoas são monitoradas, redimensionadas em um

espaço delimitado, produzindo novas formas de subjetivação pela polícia da vida; sendo equivalente a uma técnica de poder biopolítico, policial não é apenas uma estratégia repressora ou punitiva, todavia, engloba práticas atuais em cuidado, controle e ordenamento, de sorte que o Pro Paz nos Bairros, ao se destinar às pessoas classificadas como “vulneráveis”, tem suas estratégias parecendo ir nessa direção de docilização e polícia de condutas.

Todavia, na contramão desse mapeamento, controle e estratégias de normalização, é pertinente ressaltar as resistências que estão presentes nessas linhas de forças, conforme nos expõe Vicentin (2005). Os jovens pobres têm-se mostrado resistentes quanto aos estigmas e processos de exclusão social os quais enfrentam, porque não há respostas que sinalizem a busca das garantias de seus direitos. Desse modo, os jovens evidenciam relações de revolta, protesto, que muitas vezes revelam um limiar tênue com a delinquência e a violência, como forma de fuga, de estratégia de subjetivação: “[...] conflito e criminalidade, violência e protesto compõem, muitas vezes, fronteiras indiscerníveis” (VICENTIN, 2005, p. 19).

Pela ilustração, vemos as amplas possibilidades de resistência, mesmo diante de uma ferramenta que pretende capturar esses sujeitos. E há vários caminhos para essa resistência, como o instrumento da arte e as organizações coletivas.

No final do ano de 2013, o movimento de resistência, que ficou conhecido como “rolezinho”, esteve em voga em vários Estados do Brasil, como no Pará. Foi uma forma de resistir às divisões da cidade, relativamente aos lugares onde determinadas pessoas, sobretudo pobres, não podem circular, como os *shoppings*, pois recebem intervenções discriminatórias e muitas vezes chegam a ser expulsos, por conta de suas condições sociais e financeiras.

Foi um ato com a participação maciça da juventude, especialmente da periferia, reivindicando mais lugares de lazer na cidade, de maneira que encontraram nessa reunião uma forma de ocupação dos espaços de interação na cidade e direito de ir e vir.

Os jovens expressaram suas críticas, reivindicaram e se depararam, nesses dias de ocupação, segundo os dois jornais de maior circulação de Belém, com um *shopping* com mais seguranças, viaturas da polícia, algumas lojas fechadas e mesas da praça de alimentação retiradas, em função do medo que se instalou diante dessa manifestação. Nas reportagens, não se discutiu o objetivo político de tal encontro, preferindo-se destacar a organização de segurança no dia (DOL, 2014; ORM NEWS, 2014).

O documentário “Hiato” também retrata uma ocupação de um *shopping*, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, por pessoas que residiam na periferia, tendo uma grande repercussão na imprensa nacional. O documentário apresenta imagens da manifestação do coletivo e a reação assustada dos funcionários e outras pessoas que faziam suas compras, como se aqueles fossem estranhos a esses espaços e não deveriam estar ali (SANTAFÉ, 2012).

Enfim, assim como enfatiza Foucault, em uma relação de poder, há resistência e possibilidade de contrapoderes. O sujeito não está oprimido, os poderes se operam em relações de forças e há várias possibilidades inventivas, por serem sujeitos ativos.

Dessa forma, crianças e adolescentes inseridos em políticas públicas carregam resistências nos modos de assujeitamentos, e a autonomia pode ser um caminho efetivado através da ocupação desses espaços, com participações e legitimação de escuta, cooperando para um pensar coletivo e intersubjetivo.

## **CAPÍTULO V - DISCUSSÕES SOBRE O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PÚBLICO INFANTOJUVENIL**

### **5.1- O SUAS e os níveis de Proteção Social**

A Constituição de 1988 trouxe mudanças na concepção de Assistência Social, no Brasil, pois essa concepção ficou atrelada à noção de bem-estar social, no que concerne ao papel do Estado, passando a fazer parte da Saúde e Previdência Social, tríade que constitui a base da seguridade social. Isso quer dizer que se deixou de pensar a Assistência Social pelo viés da caridade e da ajuda, transpondo-a para a questão do direito e da cidadania do cidadão e dever do Estado, por meio da articulação de políticas públicas de proteção social (CRUZ; SCHIEFFERDECKER, 2011).

Desse modo, de acordo com Vanzetto (2005), as políticas públicas de Assistência Social foram firmadas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8742, de 1993. No ano de 2004, Cruz e Schiefferdecker (2011) destacam a criação do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Sua elaboração pautou-se nas discussões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003.

Para a sua operacionalização, o PNAS possuía uma estrutura baseada na territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação e recursos humanos. A execução do PNAS é garantida pela Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), formulada em 2005, que, por sua vez, materializa as diretrizes pensadas na LOAS, no sentido da articulação das políticas públicas em favor da garantia dos direitos do cidadão (CRUZ; SCHIEFFERDECKER, 2011).

O SUAS estabeleceu dois níveis de atenção para a política de assistência social: o primeiro, direcionado à Proteção Social Básica (baixa complexidade), objetivando a prevenção e a inclusão social de famílias em condição de vulnerabilidade social. Em se tratando de prevenção, nessas situações, ainda não aconteceram violações de direitos, de forma que se ofertam projetos, serviços e benefícios. O segundo nível é a Proteção Social Especial (média e alta complexidade), em que famílias e indivíduos já se encontram em situação de risco, como abandono, uso de drogas, abuso sexual, ou seja, seus direitos foram violados (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, Costa e Pallotti (2011) explicitam que o SUAS prevê a criação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) para a proteção básica e especial, respectivamente.

O CRAS é uma unidade pública da assistência social, de base municipal, designada a prestar serviços socioassistenciais, visando à proteção básica às famílias, prevenindo situações de vulnerabilidade, através da promoção dos vínculos familiares e comunitários, da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, com o desenvolvimento da autonomia social da família. Disponibiliza, desse modo, serviços socioassistenciais de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2005).

A proteção social especial de média complexidade é coordenada e articulada pelo CREAS, uma unidade pública e estatal que presta orientação e apoio especializados de maneira continuada a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos infringidos, envolvendo um conjunto de profissionais, dentre os quais, minimamente, deve haver um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um educador social, estagiários, um advogado, conforme a definição da equipe técnica. Vale ressaltar que esses profissionais precisam ter conhecimento da Constituição Federal de 1988, LOAS, PNAS, SUAS, ECA, Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dentre outros documentos (BRASIL, 2005).

Com tal exposição, percebe-se uma política de assistência social voltada, dentre outros públicos, para a infância e juventude no Brasil, buscando promover a garantia e os regates dos direitos desse público e de sua família e comunidade. As legislações indicam os poderes federais, estaduais e municipais, para que financiem, viabilizem e administrem toda a estrutura de tais políticas, com enfoque de um controle e participação da sociedade.

Quanto às políticas sociais específicas para a juventude, Diógenes e Sá (2011) entendem que a construção de uma agenda de políticas públicas voltadas para os jovens, pautada em uma maior participação desses em suas formulações, considerando as adversidades, enfrentamento das desigualdades sociais, enfim, pensando e sistematizando política pública de Estado e não somente ações pontuais, constituiu uma perspectiva que atravessou as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI.

Diógenes e Sá (2011) consideram que, a partir de 2004, começa uma discussão mais direta do governo com os movimentos sociais e debates, em torno de um desenvolvimento de uma política de juventude. Em 2005, foi criada a Política Nacional da Juventude e Secretaria Nacional da Juventude.

Segundo os autores, as políticas de juventude na área da segurança pública se estabelecem de modo geral em torno do binarismo que seria atuar em territórios, a fim de diminuir os índices de violência e proteger os atores sociais vitimizados, além do temor em reforçar a associação do

jovem morador de periferia como delinquente, já que é um senso comum enraizado no cenário brasileiro (DIÓGENES; SÁ, 2011).

Ademais, situações de conflito com jovens, sendo estes vítimas ou protagonistas, tendem a repercutir de forma maciça em âmbitos midiáticos, policiais e jurídicos, o que leva ao debate sobre a segurança pública, um campo marcado por criminalização, rótulos e estigmas (DIÓGENES; SÁ, 2011).

Essa é uma das dificuldades encontradas pelos pesquisadores, na atualidade, pois, ora os jovens são colocados como vítimas preferenciais nas situações de crime, ora facilmente padronizados como protagonistas principais de diversos modos de violência; na verdade, “[...] o enredo é encenado como se a sociedade estivesse no fogo cruzado da insegurança pública devido às práticas de violência protagonizadas pela juventude da periferia” (2011, p. 153).

De forma geral, “[...] as análises sobre a violência juvenil voltam-se bem mais para o epicentro das manifestações, para o impacto do acontecimento em si, e dão muito pouca atenção ao potencial de linguagem que ali se revela” (DÓGENES; SÁ, 2011, p. 150).

Assim, Carrano (2011) considera que as políticas públicas para a juventude precisam dar conta das desigualdades que perduram no Brasil e que impactam acentuadamente sobre jovens social e economicamente mais desprotegidos, como jovens pobres, negros, moradores de áreas rurais, por conta das injustas relações entre capital e trabalho. Os jovens das classes populares são vislumbrados como aqueles da “vida incerta” e outros, economicamente mais favorecidos, como possuidores de um “futuro garantido”. Essas práticas precisam ser desnaturalizadas:

Como pensar em políticas públicas de juventude desconhecendo que são os jovens pobres e negros as vítimas preferenciais das forças policiais e grupos de extermínio? Que são esses também que carregam a pesada herança do passado escravocrata que impediu a mobilidade social de seus antepassados, fantasmas da iniquidade colonial que ainda os assombra e interdita caminhos na vida escolar e no mundo do trabalho? (CARRANO, 2011, p. 236).

Logo, além de discutir essa realidade em nível nacional, é de suma relevância investigar a realidade do Estado do Pará, como forma de demarcar as suas particularidades nas políticas pertencentes ao sistema de garantia de direitos. No próximo tópico, será apresentado mais detalhadamente o Pro Paz nos Bairros, focando as noções inseridas em seus documentos e as atividades que o integram.

## **5.2- Pro Paz nos Bairros e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes no Estado do Pará**

### 5.2.1- Vulnerabilidade Social

Em suas práticas discursivas, o Pro Paz nos Bairros utiliza conceitos que embasam suas ações, alguns dos quais serão problematizados neste capítulo. Os conceitos os quais aparecem significativamente, no material estudado, são: vulnerabilidade social, cultura de paz e prevenção da violência. Por meio da leitura dos documentos, observamos que as intervenções, norteadas por esses conceitos, são direcionadas ao público infantojuvenil que mora em alguns bairros da periferia, na Região Metropolitana de Belém.

A condição de vulnerabilidade social está presente nos documentos do Pro Paz, como no que realiza os Resumos dos projetos que integram esse Programa (2014). Discutimos, *a priori*, sobre uma perspectiva mais tradicional em torno desse conceito, porque, de acordo com Gonzalez (2006), a vulnerabilidade de crianças e adolescentes se opera distintamente durante as etapas de desenvolvimento até a fase adulta, já que, conforme o crescimento, a condição de vulnerabilidade vai sendo diminuída paulatinamente.

Crianças e adolescentes vivem em peculiar processo de desenvolvimento, conforme a autora, seja no campo físico, seja no cognitivo, psíquico e social; comparados aos adultos, são mais vulneráveis na reivindicação de seus direitos, o que demanda uma proteção jurídica nesse aspecto, resguardando sua dignidade humana e sua proteção integral, seguindo os parâmetros da Constituição Federal e do ECA.

O autor complementa que a vulnerabilidade se atravessa em condições deficitárias do desenvolvimento pessoal, sendo no meio social mais micro e macro, colaborando para danos ao sujeito: “[...] a partir da sociedade que os “abandona”, expondo-os à exclusão, produzem-se socializações deficitárias e, em consequência disso, estruturas familiares que, não podendo sustentá-los, também os ‘abandonam’” (2006, p. 543).

Gonzalez (2006) cita José Weinstein, autor chileno de livro sobre educação e juventude, na América Latina, em parceria com a UNESCO, o qual destaca a pobreza material e a ausência de oportunidades de educação e emprego, somadas a uma alta vulnerabilidade psicossocial que distancia o sujeito de uma participação mais ativa da sociedade e consequentes “comportamentos-problema”.

A vulnerabilidade, portanto, seguindo tais autores, é uma condição natural das crianças e adolescentes, por não possuírem autonomia significativa em defender seus direitos, se comparados aos adultos. Uma proteção especial precisa agir da família e dos diversos âmbitos da sociedade para seu desenvolvimento até a fase adulta. Estar vulnerável é também um processo de exclusão social, de abandono, o que acarreta, segundo se explicitou acima, sociabilidades destoantes ao que se espera em um sistema capitalista produtivo e concorrente.

Há outros autores que problematizam esse conceito por outras lógicas, visto que há sinais de estar implicado em uma condição material desfavorável e por potencializar uma visão determinista de crianças e adolescentes e padronizá-las.

Nesse aspecto, Castro e Abramovay (2002) investigam essa denominação e asseveram que há várias unidades de análise para esse conceito e diversos condicionamentos de vulnerabilidades:

Vários autores recorrem ao conceito de vulnerabilidades sociais para tentar desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades de acionar atores e atrizes para resistir e enfrentar situações socialmente negativas. Haveria, portanto uma vulnerabilidade positiva, quando se aprende, pelo vivido, a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo e estratégias em comunidade. (p. 4).

Quer dizer, Castro e Abramovay (2002) defendem que o conceito de vulnerabilidade não pode ser debatido no mesmo viés do processo de exclusão e pobreza, como se os jovens fossem excluídos do sistema, ficando como indicadores de posição e não avançando nas discussões sobre os processos e relações sociais. Em acréscimo, sinaliza que, nos tempos atuais, além da ausência de oportunidades de trabalho e opções de lazer, o que marca a vulnerabilidade dos jovens é a violência, por conta dos números alarmantes de mortes.

Além disso, as incertezas com o futuro, a descrença em relação às instituições e política formal, a aderência ao padrão de consumo, mas também resistências ao autoritarismo e “adultocracia” exemplificam posições contraditórias e potencializam vulnerabilidades negativas (pelos obstáculos e fragilidades), porém, igualmente positivas, pelas resistências que podem ser traçadas (2002).

Oliveira (2007), contudo, problematiza a denominação de vulnerabilidade, ressaltando que está relacionada ao conceito de qualidade de vida e paralelamente a uma política de segurança, a qual propõe a limpeza das ruas dos ditos “incivilizados”, como os usuários de drogas, mendigos e as crianças e os adolescentes. Essa política de segurança propõe combater a violência daqueles categorizados como perigosos, em prol da ordem e contra a transgressão. Dentre outras estratégias preventivas sobre aqueles em situação de vulnerabilidade, de sorte que se investe, [...] assim, na formação de jovens que apreciem ver e ter suas vidas governadas. Sejam eles os

covardes obedientes de antemão, sejam eles a expressão da tirania derivada da obediência com sinal trocado. (p. 4).

Para Nascimento (2012), a vulnerabilidade social é uma das variáveis da condição de risco, na contemporaneidade, e afirma que há de fato uma construção subjetiva que posiciona a pobreza como mais exposta as situações de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, as análises dos riscos têm sido direcionadas recorrentemente aos pobres, sinalizando uma correlação destes com a criminalidade.

Por conseguinte, é de suma importância, seguindo as contribuições de Scheinvar e Cordeiro (2007, p. 57), a problematização da categoria risco:

A sua problematização se coloca como um recurso para desconstruir a centralidade do jovem como problema e/ou ameaça, abrindo espaços para desaprisonar esse segmento da população da condição de alvo das mazelas trazidas pela intensificação do grau de exploração econômica e política [...] os sujeitos definidos em risco são o eixo da análise, sem que se explore a produção das faltas, carências, perigos, conflitos, tensões. A produção do chamado risco tem redundado no controle das pessoas, e não nos fatores que determinam tal condição.

A produção dos conceitos de vulnerabilidade social e risco, denominações atravessadas por práticas de proteção social às crianças e adolescentes, na política pública do Pro Paz nos Bairros, é investigada analiticamente, portanto, com base em inquietações quanto ao objetivo do Programa, que se refere à prevenção da violência e criminalidade no oferecimento das atividades.

### 5.2.2 Cultura de Paz

Outra noção instrumentalizada nos documentos do Pro Paz nos Bairros é a cultura de paz, porque as intervenções vão à busca da promoção de uma cultura de paz e, paralelamente, da prevenção da violência onde a política pública está mapeada.

Castro e Abramovay (2002) defendem a tese de que as desigualdades sociais são um importante condicionamento para o aumento da violência, sobretudo em jovens em situação de pobreza, por conta da desesperança sobre o futuro, sustentando igualmente que é necessário o investimento em valores direcionados à cultura de paz, mais do que à prática de tolerância, pois a promoção de uma cultura de paz se refere ao reconhecimento das diversidades, resgatando a autoestima e dignidade.

E há muitos projetos, no Brasil, em parceria com a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, norteados por essa noção, propondo a participação ativa dos jovens e a formação de espaços de esporte, arte, cultura, lazer e educação

para cidadania, como muitos trabalhos, no Brasil, preconizam em parceria com a UNESCO (2002).

De acordo com o documento “Construção e Identidade: as ideias da UNESCO para o Brasil” (2002), a missão de promover uma cultura de paz, é, desde a fundação da UNESCO, há mais de meio século, uma missão que, para ser cumprida, conta com a participação de universidades e instituições de educação superior e pesquisa, por meio de acordos e cooperações.

Para tanto, a UNESCO (2002) entende que a cultura de paz se relaciona intimamente com a prevenção e a resolução não-violenta dos conflitos, sendo uma cultura baseada na tolerância, que respeita os direitos individuais e procura resolver os problemas através do diálogo, da negociação e da mediação, tornando a guerra e a violência inviáveis.<sup>4</sup>

A cultura de paz é um processo que acontece em longo prazo, respeitando os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, sendo fundamental apreendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no cotidiano, em nível micro e macro, do convívio familiar, nas dimensões regionais e nacionais. É um processo sem fim (UNESCO, 2002)<sup>5</sup>.

Nesse sentido, os projetos norteados ou apoiados pela UNESCO, no Brasil, objetivam empoderar os jovens sobre suas próprias vidas e seus futuros, auxiliando-os a perceber a potencialidade de suas participações nas decisões da comunidade. Esses projetos seguem os critérios que almejam a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica (UNESCO, 2010):

Ou seja, insiste-se na equação “cultivando vida e desarmando violências” pelo resgate da dignidade, da auto-estima e do direito à participação dos jovens, e a necessária formação de uma massa crítica, com responsabilidade social e canais de representação dos jovens, como também na importância de espaços de lazer, esporte, arte, cultura e educação para a cidadania (UNESCO, 2002, p. 60-61).

Diante do exposto, a UNESCO demonstra trabalhar com um conceito ideal de cultura de paz, em que outras noções estão intrínsecas a ela. É uma conquista em longo prazo e também constante, já que alcançar uma sociedade nesse nível de solidariedade é uma tarefa árdua.

---

<sup>4</sup> “Mas como fazer da cultura de paz uma realidade concreta e duradoura? No mundo interativo, tudo é uma questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação, em todos os níveis sociais e em todos os países. A elaboração e o estabelecimento de uma cultura de paz requer profunda participação de todos. Cabe aos cidadãos organizarem-se e assumir sua parcela de responsabilidade. Os países devem cooperar, as organizações internacionais devem coordenar suas diferentes ações e as populações devem participar inteiramente do desenvolvimento de suas sociedades” (UNESCO, 2002, p. 177).

<sup>5</sup> O ano de 2000 foi proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Cultura de Paz, com iniciativas mundiais e alianças globais em prol da cultura de paz em ações concretas. E a década 2001-2010, como a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo, reforçando as mobilizações e a UNESCO como instituição responsável por coordenar as atividades do sistema ONU, nesse âmbito.

Nos estudos de Boff (2001), há uma análise da cultura de paz a partir de um contrassenso com o que denominou cultura da violência. Destaca que vivemos em uma cultura da guerra e do medo, porque, de modo globalizado, a guerra foi e é utilizada como meio para conter conflitos, e os heróis da maioria dos países trazem como simbolismo o combate, o guerrear.

Além disso, analisa que vivemos em uma cultura patriarcal, das relações de dominação, que tomava a violência e as guerras como estratégias para resolução dos conflitos. Funcionou como mola propulsora para o estabelecimento e a promoção da cultura do capital, pela lógica da competição e não da cooperação, acarretando desigualdades e injustiças (BOFF, 2001).

Lemos, Galindo e Rocha (2012) problematizam, ao referendarem Foucault sobre os mecanismos disciplinares e biopolítica da população, que, em nome da paz e da segurança, determinadas crianças e jovens, classificados como “perigosos”, “em risco” ou que poderão se tornar “perigosos”, são inseridos em políticas compensatórias e de normalização, colocados como objetos de práticas mobilizadas pelo medo, frente ao perigo que podem transmitir à ordem da sociedade.

Guerra e paz não são lógicas opostas, mas estão atravessadas politicamente, porque a guerra é uma estratégia usada por muitos Estados e sociedades com o objetivo de alcançar a paz social, conforme as autoras, ao referendarem Foucault (1999).

Nessa conjuntura, Lemos, Galindo e Rocha (2012) sinalizam as políticas compensatórias que atuam sobre a infância em perigo, pois as intervenções são estratégias preventivas para não se tornar perigosa socialmente. A gestão da vida atua, portanto, em determinados segmentos da população, por meio de políticas de segurança, em detrimento das políticas sociais e garantia de direitos. Na realidade, as lacunas sobre a situação de vida de crianças e jovens pobres são mantidas, porque essas preocupações não necessariamente serão assumidas:

A biopolítica em um campo de gestão racista entra em cena na ligação entre proteção e segurança pela insígnia de direitos a defender e garantir, produzindo endereçamentos a trabalhadoras e trabalhadores sociais. Noções como capital humano e social, redução da pobreza, desenvolvimento econômico e social, investimento e impacto no PIB, inovação tecnológica, competência e habilidades, comunidade internacional, prevenção e gestão de risco/perigo, educação para a paz, famílias vulneráveis, equidade, iniquidades que tiram oportunidades de se tornar empresário de si são invocadas em práticas de pressão e articulação política (2012, p. 12).

Lemos e Galindo (2012) propõem também reflexões sobre a noção da cultura de paz, no artigo em que discutem a violência escolar, lançando mão de um debate em que focalizam a importância em desnaturalizar o que é denominado cultura de paz e localizar a paz em correlação

com a guerra, interrogando práticas que, em prol dessa paz, fazem tecnologias disciplinares serem viabilizadas.

Tais tecnologias regulam liberdades, pela cifra do neoliberalismo e entrecruzamento dos direitos humanos com a economia política, encontrando-se embasadas pela soberania jurídica do Estado Democrático de Direito, na atualidade, e suas políticas que demarcam territórios e normalizam sujeitos considerados vulneráveis e ameaçadores da segurança social (LEMOS; GALINDO, 2012).

São essas problematizações em direção à desnaturalização do conceito de cultura de paz como um ideal a ser alcançado que são estimuladas na análise neste trabalho, refletindo sobre o que é feito na busca de uma cultura de paz, pontuando principalmente as estratégias preventivas no modo de vida daqueles que se pretende alcançar, na política pública aqui investigada.

### 5.2.3- Prevenção da Violência

A estratégia do Pro Paz nos Bairros se concentra em medidas que previnam a violência, pelo prisma daqueles considerados em risco. A preocupação com a segurança da sociedade está presente, e também na absorção de “valores” por parte das crianças e adolescentes que estão inseridos nas atividades, objetivando uma convivência social mais solidária e a promoção de uma cultura de paz. Ou seja, os conceitos se atravessam e se complementam, embasando as ações do Pro Paz nos Bairros.

Nascimento, Cunha e Vicente (2007) defendem a desconstrução da lógica da criminalização da pobreza, porque não são os locais de moradia, nem seus modos de vida que os estimulam a evadir da escola, que contribuem para a existência dos conflitos familiares, que levam à prática do crime e justificam o recolhimento dos filhos por parte do Estado. A ideia de pobreza não pode estar aliada ao perigo, fracasso, desestruturante, necessitando que o especialista tutele sobre os modos de vida.

Essa tutela sobre as famílias pobres, aliás, esteve presente significativamente nos dois Códigos de Menores (de 1927 e 1979), uma vez que, pelo conceito de menoridade, não apenas se relacionavam à faixa etária, mas, sobretudo, a um sujeito em situação de abandono, possível delinquente e perigo a sociedade, também caracterizado em situação irregular, como descrevia o segundo Código de Menores (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007).

Considerava-se como irregular a situação de uma criança que possuísse uma “família desestruturada”. Tal lógica nada mais faz do que afirmar a ordem familiar burguesa como modelo, colocando no plano da ilegalidade outros modos de existência. Essa construção legislativa possibilitou que o Estado exercesse a tutela das famílias, pois deveria intervir naquelas onde o “poder familiar” estava ausente ou mal exercido segundo os parâmetros estabelecidos, ou colocando isso de outra forma: nas famílias em situação de pobreza. Desqualificar as formas familiares diversas daquela que segue o modelo burguês e classificar as crianças das primeiras como em “situação irregular”, próximas da “situação de delinquência” é uma forma clara de criminalização da pobreza. (2007, s/p).

Apesar de o ECA proclamar a garantia de direitos e defender que a carência de recursos materiais não era justificava para a retirada do pátrio poder, por exemplo, as práticas que puniam as famílias pobres continuaram, havendo uma atualização do discurso da “família desestruturada”, que, nesse momento, recebe um novo adjetivo: família negligente (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007).

Por fim, os autores sublinham que a intervenção estatal não será justificada pela ausência de condições materiais dos filhos, mas pelo não cumprimento da garantia dos direitos fundamentais, como saúde, educação, alimentação, adentrando no campo de violência intrafamiliar, “risco social”. É mais difícil problematizar que essa família é privada desses direitos, que vive em um processo de desigualdade social e que, por isso, muitas vezes não consegue prover as necessidades dos seus filhos.

Passetti (1994) aborda as políticas assistenciais às crianças e aos adolescentes, no advento do Código de Menores de 1927, que buscava regulamentar o trabalho infantil e delimitar o “menor perigoso” advindo da situação de pobreza. O Código de Menores, reformulado em 1979, reviu a pobreza, a partir do conceito de situação irregular na origem da delinquência. O ECA, porém, não considerou essa conceituação e reconheceu os fatores socioeconômicos inseridos no processo infracional.

Respeitando as diferenças, a ilegalidade da condição econômica ainda justifica a existência de uma família que pode contribuir para a evasão escolar das crianças e adolescentes e situações de negligência contra os filhos. Considerar que crianças oriundas de famílias pobres poderão se tornar infratores pelas condições insuficientes, para obtenção de renda, sendo ainda vitimizadas por diversas formas de violência, é legitimar ações estatais burocráticas tanto por políticas sociais quanto repressivas, via ação policial, conforme assinala Passetti (1994).

### 5.3- Atividades do Pro Paz nos Bairros

A partir das informações contidas no documento viabilizado pela equipe do Pro Paz, o Pro Paz nos Bairros segue com atividades sistemáticas, envolvendo esporte, arte e cultura para crianças e adolescentes, como forma de aliar a educação com a cidadania. Segundo os próprios parâmetros do Programa (RESUMO DOS PROJETOS, 2014, p. 8; 9; 10), o Pro Paz nos Bairros se encontra em consonância com a

Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), [que] oportuniza[m] o acesso de crianças e adolescentes a uma educação integral por meio da arte, esporte e lazer ao promover o reencontro de crianças, adolescentes e jovens com suas cidadanias, da participação direta e ativa, do diálogo continuado e horizontal, combinando ações de educação para a cidadania, tendo como eixo norteador o fortalecimento das famílias e da comunidade, bem como dar assistência e formação para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que se encontra em situação de violação de direitos, na perspectiva da inclusão e promoção de direitos humanos.

A realização desta proposta proporciona às crianças, adolescentes e suas famílias a oportunidade de conhecer a diversidade cultural presente no mundo ao proporcionar momentos de construção do conhecimento como um instrumento de inserção social, integrando o conjunto de ações governamentais de proteção à criança e ao adolescente a garantir o acesso aos bens culturais e políticas públicas de educação não formal.

O Projeto PRO PAZ nos Bairros vem como forma de ampliar a participação, não somente na esfera pública e política, mas o sentido de ampliar estende-se ao seu público, à efetivação do papel de provedor do Estado e de reciprocidade e retribuição social. Dentro da proposta de articulação do Programa PRO PAZ, devem se integrar ao PRO PAZ nos bairros como parceiros, pela importante contribuição que podem dar à formação para cidadania de crianças e adolescentes nas práticas de rotina, sejam com monitoramento de indicadores.

Considerando que a proposta está atenta para a função e importância da família, visando o bom andamento do trabalho, a equipe realiza encontros com os pais, buscando parcerias, a fim de estimular o desenvolvimento de seus filhos. São repassadas algumas informações necessárias para que eles possam conhecer o trabalho desenvolvido pelo PRO PAZ. É estabelecido neste momento o compromisso mútuo, informando sobre responsabilidades, direitos e deveres de cada criança e adolescente matriculados no PRO PAZ.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se, também, os encaminhamentos para o CRAS, Conselho Tutelar, Casa Mental da Criança e do Adolescente, CCDQ (Centro de Cuidados de Dependentes Químicos) e PRO PAZ Integrado. Além destes, realizam-se também os acompanhamentos individuais e em grupos, visitas domiciliares e institucionais, e anamneses com os responsáveis pelas crianças e adolescentes. Palestras socioeducativas, com temas que giram em torno de saúde alimentar, educação sexual, afetividade e orientações quanto aos cessos aos Programas sociais.

Para atender ao público específico nos Pólos, localizados por bairros, foi montada uma grade de oficinas e atividades que propiciam o contato dos alunos com as diversas formas de expressão, a fim de que eles possam ampliar o seu repertório cultural. Os Pólos funcionam em dois turnos, das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta. As crianças inscritas devem participar de todos os cursos oferecidos [...] 1) Oficina de Arte: A Metodologia dos cursos segue os princípios da ludicidade, criatividade, fantasia e experimentação, despertando nas crianças, a curiosidade para descoberta de si mesma e do mundo que a cerca. Os professores realizam atividades interdisciplinares quando da realização de projetos culturais propostos pela equipe dos Polos ou ligados ao calendário cultural. Nestes casos, as crianças e adolescentes podem exercitar e por em prática o aprendizado de cada linguagem na construção coletiva de espetáculos, coreografias, cenários, concertos musicais e exposições de desenhos que estimulem o exercício de um

rico processo de vivências que promovem a integração e o desenvolvimento da sua sensibilidade; 2) Visitas monitoradas / Passeios culturais / Participação em espetáculos internos e externos: Visitas e encontros com os grupos existentes na comunidade e fora possibilitando identificar os recursos existentes e fomentando entre as famílias a participação na comunidade e fora desta com autonomia, exercendo e exigindo direitos e deveres. Apresentações culturais com a participação ativa das meninas e meninos dos grupos de hip-hop, percussão e dança contemporânea; 3) Prática de Esporte: Este componente deve contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial, por meio da prática esportiva, elevando a autoconfiança e sociabilização, oferecendo referências de respeito para com os colegas e professores a fim de que o mesmo alcance a plena cidadania. O esporte deve ser um elemento agregador, proporcionando a inclusão social, valorizando cada aluno individualmente, independentemente de sua etnia, sexo, religião e classe social.

Atualmente contamos com cinco polos [...].

De acordo com o exposto, o Pro Paz nos Bairros funciona como um Programa em pleno andamento de suas atuações, norteado, conforme preconizam, pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente, no que concerne à promoção dos direitos humanos para as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias que possuem muitos dos seus direitos violados, garantindo suas proteções e marcando a posição de uma esfera estadual como retribuidor social.

Inscrito em todos os cursos oferecidos nos Polos, o público atendido é estimulado a ampliar seu repertório cultural, ao entrar em contato com oficinas de arte, passeios culturais e práticas de esporte.

O *site* Pro Paz (2014, s/p) enfatiza que o Pro Paz nos Bairros:

[f]oi criado em 2011, em busca de garantir a redução dos índices de violência e disseminar a cultura de paz, através de um trabalho de prevenção que atende crianças e adolescentes que moram em áreas de risco. Proporcionando inclusão, interação e integração, o projeto é todo baseado em um trabalho que desenvolve temas como valores, respeito, disciplina, afeto, amor e diálogo, onde o principal objetivo é reestruturar o padrão de comportamento, fortalecer o vínculo de família e reduzir o índice de violência. O projeto é um serviço de complementação escolar, ou seja, funciona no contra turno das escolas, quem estuda de manhã é atendido a tarde e quem estuda de tarde é atendido pela manhã. No espaço ocorrem atividades como Basquete, Vôlei de quadra e de areia, Futebol, Handebol, Tênis de Mesa, Natação, Aula de Informática, Educação Ambiental, Iniciação Musical, Encenação Teatral, Biblioteca Volante com história em quadrinhos, incentivo a leitura e desenho, além de aulas circenses. Os resultados aparecem. Hoje o projeto tem dois grupos de danças, Contemporânea e a Cia de arte hip-hop, que já ganhou vários prêmios.

As intervenções estão concentradas em alguns bairros periféricos de Belém e são visualizadas como estratégias de prevenção e enfrentamento da violência e promoção da cultura de paz, ao almejar desenvolver valores como respeito, disciplina, afeto, amor e diálogo, isso tudo coligado com o fortalecimento dos vínculos familiares desse público infantojuvenil considerado em risco.

Trazendo os conceitos que norteiam a práxis do Pro Paz nos Bairros e ao expor o organograma das atividades desenhadas pelo Programa, as análises serão respaldadas por esses critérios e pelo construto teórico traçado até aqui, tendo como base as ações viabilizadas por essa política pública, como constam nos documentos.

## **CAPÍTULO VI - TRAÇANDO PISTAS POR MEIO DO DIÁLOGO COM OS DOCUMENTOS**

### **6.1- A Aproximação com a equipe do Pro Paz nos Bairros e com os documentos**

Com base na delimitação do objeto de pesquisa, o Programa Pro Paz, entrei em contato com informações presentes no *site* do referido Programa e, em conversa com uma das técnicas a qual fazia parte da equipe administrativa e de planejamento, solicitei o envio de documento(s) que expusesse(m) sobre o fluxograma dessa política pública, ramificado nos Projetos que fazem parte de toda a estrutura.

Essa técnica, de modo atencioso, me enviou o Resumo de todos os Projetos que englobam o Pro Paz. De posse de tais documentos, pude conhecer melhor a respeito do Pro Paz nos Bairros, endereçado ao público infantojuvenil, em que as intervenções são perpassadas pela arte, cultura, esporte e lazer. E, assim, me interessei por tal política pública, porque, como pesquisadora, pensar e discutir sobre a garantia de direitos da criança e do adolescente, principalmente no Estado do Pará, constituem um desafio que muito me instiga e mobiliza.

Com isso, o interesse por tal política foi me mobilizando e, após o momento de qualificação, com preciosas sugestões e questionamentos da banca examinadora, decidi escolhê-lo como problemática central nesta pesquisa, na efetivação dos direitos infantis e juvenis. Nesse sentido, essa escolha me levou a buscar mais informações sobre a sistematização das ações, analisar os objetivos listados nas intervenções e saber se há um critério qualitativo de escuta desses usuários, juntamente com suas famílias, na execução do Programa.

Seguindo essas inquietações, busquei novos contatos com o Pro Paz, com outras pessoas da equipe, e dois técnicos passaram a se comunicar comigo, a partir de um ofício enviado pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará, no início do mês de setembro de 2014, em que eu solicitava documentos que apresentassem de modo detalhado o panorama de ações do Pro Paz nos Bairros. Essa iniciativa possibilitou uma aproximação com a equipe, o que me fez seguir de perto os procedimentos para o despacho do ofício.

Todavia, como estávamos em período eleitoral e o Pro Paz é uma política pública administrada pelo governo do Estado do Pará, por diversas vezes que buscava o contato, era informada de que, por conta de tal período, era preciso que eu aguardasse uma resposta para o

envio do documento com informações e dados mais consistentes do Pro Paz nos Bairros, após esse momento. Depois de um mês do envio do ofício e de ter conversado por diversas vezes, aguardei a finalização das eleições.

O governador que autorizara a elaboração do Pro Paz e o havia retomado, em seu segundo mandato, anos depois, foi reeleito. Findo o período eleitoral, comuniquei-me novamente com a equipe técnica, dias após o resultado dessa eleição. Porém, as dificuldades encontradas anteriormente permaneceram e não obtinha resposta do ofício.

Já no mês de novembro, depois de dois meses do envio do ofício e de várias ligações e idas à sede administrativa da instituição, consegui agendar uma conversa com o técnico que estava em contato comigo, e expus a ele novamente o interesse em ter posse do Relatório Anual de Atividades, já que era nesse documento, pelas informações veiculadas, que de fato encontraria os dados que buscava. Ele me informou que iria verificar essa situação com o Coordenador Geral do Pro Paz, justificativa essa usada em outros momentos, embora acrescentasse que tal coordenador possuía muitas atividades externas e que somente ele poderia despachar o ofício.

Em função dos empecilhos encontrados, resolvi seguir outro caminho e realizar visitas a um dos polos do Pro Paz nos Bairros, localizado no bairro do Guamá, na Região Metropolitana de Belém, para ter acesso a outros documentos que detalhassem mais sobre as atividades dessa política pública.

Realizei a visita após contato com a Coordenadora desse polo e pude então conhecer o espaço e a equipe. Nas duas visitas feitas no mês de dezembro de 2014, conheci a estrutura física do Programa e alguns profissionais.

Em suma, após o envio do ofício, inúmeros contatos e idas à sede administrativa, encontrei nessa equipe desse polo uma abertura mais significativa para a pesquisa. Como participantes de uma política pública, compreenderam a importância do acesso a tais documentos e se colocaram à disposição.

Dessa maneira, pude ter acesso ao Relatório Geral Pro Paz de 2014, Relatório Psicossocial de 2013, Relatório de Atividades de 2013 e o Relatório Anual de 2012, bem como ao resumo dos Projetos do Pro Paz, 2014, o qual já possuía desde o primeiro semestre de 2014, sendo este disponibilizado pela equipe da sede administrativa, quando estabelecera as primeiras comunicações.

Tais documentos foram construídos pelos profissionais que integram essa política pública, o Resumo pela sede administrativa e os outros pela equipe do polo à qual tive acesso. Os Relatórios Anuais eram solicitados pela coordenação geral, que, nesse período, ficava a cargo do Instituto de Artes do Pará (IAP). Ou seja, por serem produzidos pelos parâmetros desses profissionais e por representarem algumas das forças que compõem essa política, contribuíram para a construção de enunciados sobre o modo de participação do público e descrição das atividades realizadas.

Comuniquei à equipe que retornaria ao espaço para dar uma devolutiva do que pude investigar no estudo. Acredito que essa atitude em devolver aquilo que me foi disponibilizado parte da responsabilidade e ética na pesquisa.

Informo ainda que, no final do ano de 2014, o governo do Estado do Pará implementou reformas administrativas, por meio da fusão de alguns órgãos, extinção de outros e transformação do Pro Paz em Fundação, concedendo autonomia administrativa e financeira a esse Programa. O processo de votação na Assembleia Legislativa ocorreu, portanto, em dezembro de 2014, e foi aprovado (AGÊNCIA PARÁ, 2014; ORM NEWS, 2014). As modificações ainda estão no início, de forma que não há informações mais precisas sobre as novas funções do Pro Paz e as mudanças que isso trará.

## **6.2- Investigando as práticas discursivas por categorias analíticas**

Com esses documentos oficiais e públicos do Pro Paz nos Bairros e informações presentes no *site* do Pro Paz, propomos uma discussão analítica sobre esse material disponibilizado. As problematizações foram focadas nas práticas discursivas dos referidos documentos, nas produções de sentidos acerca da garantia de direitos de crianças e adolescentes que estão em condição de “vulnerabilidade social”, conforme descrições presentes nos documentos sobre esse polo do Pro Paz nos Bairros. Pensei também nas referências teóricas que embasam as atuações, investigando os conceitos que perpassam a execução do Programa.

Baseando-se na linguagem enquanto ação social, utilizamos a análise dos discursos nos objetivos do Pro Paz nos Bairros, discutindo principalmente sobre a quem se destinam as ações e os efeitos de saber-poder, no processo de subjetivação das infâncias e juventudes atendidas.

As análises foram organizadas em séries analíticas, debruçando-se, dentre outros pontos, sobre os ecos discursivos a respeito da política menorista na referida política pública, as problematizações em torno dos conceitos de “vulnerabilidade social”, “risco” e “cultura de paz”, os quais são operados pelo programa em suas incursões, as tensionalidades nas práticas e a lógica híbrida na linha garantista e preventiva, enfim, discussões acerca dessas práticas de cuidado e as resistências e potências enquanto possibilidades inventivas nos modos de subjetivação do público atendido nesse polo do Pro Paz nos Bairros.

As problemáticas foram guiadas ainda pela construção teórica deste trabalho, esboçada pelas hipóteses quanto às práticas discursivas que o Programa reverbera, alinhando-se a uma possível continuidade discursiva quanto à política menorista, vislumbrada no Código de Menores de 1979, e tensões e/ou complementaridades com a política de proteção integral presente no ECA, a qual visualiza todas as crianças e adolescentes, independentemente de classe social, cor, como sujeitos de direitos, sendo responsabilidade do Estado, família e sociedade a manutenção desses direitos.

A imersão nas informações, referencial teórico construído e interação dialógica com os documentos possibilitaram as discussões analíticas deste estudo. Nossos olhares sobre o lugar documental em que estamos interagindo se tornam particulares diante das seleções e escolhas que fazemos, o que nos coloca como produtores de sentidos já neste momento.

Há, nesse aspecto, uma dupla via na relação com os documentos pesquisados, porque, apesar dos deslocamentos e compartilhamento de informações nesse encontro, são posições diferentes ocupadas, o que acarreta variadas oportunidades de discussão.

Logo, as possibilidades analíticas foram costuradas por meio de nossas relações dialógicas que nos propiciam ter mais contribuições transversais, de pessoas e das materialidades que compõem esse lugar. Todo esse acervo é impresso em nossos registros analíticos, que, por sua vez, trarão novas contribuições sobre as relações de saber e poder traçadas no Programa Pro Paz nos Bairros.

#### 6.2.1- Documentos de domínio público e como a política se faz pública

Peter Spink (2004) contribui de forma significativa para a discussão das práticas discursivas em documentos de domínio público. Apresenta que tais documentos têm algo a contar

e como gênero de discussão há o sentido de se tornar público por serem componentes importantes de narrativa do cotidiano.

Pontuamos como referência este domínio público, a dificuldade em acessar o material deste polo do Pro Paz nos Bairros o que nos leva a pensar em como a política de fato se faz pública, em como ela se deixa avaliar e se propõe a dialogar. O documento solicitado para a realização desta pesquisa diz respeito às práticas cotidianas na execução desta política pública e como ela estabelece trocas com o público, a fim de alcançar seus objetivos.

Enquanto uma política pública, destacamos o controle social desta, e acreditamos que esta pesquisa também vai nesse sentido. Todavia, apesar das dificuldades iniciais na sede administrativa, destacamos a abertura da equipe do Pro Paz nos Bairros com a pesquisa, contribuindo com os materiais e disponíveis para o diálogo.

#### 6.2.2- A “menoridade”, o seu tempo longo e seus ecos discursivos no Pro Paz nos Bairros

Início destacando Oliveira (1996) a respeito da noção de “menoridade” no período republicano, pois se associava à condição de marginalidade e situações de abandono. Irma Rizzini (2009) frisa que ao “menor” cabia um tratamento regenerativo ou preventivo, com relação à criminalidade, orientado pelo amor ao trabalho. Segundo Marchi (2007), os “menores” eram crianças de famílias pobres, vinculadas às instituições como orfanato e prisões. E, por essa categorização, o “menor” era considerado “futuro delinquente”, potencialmente perigoso a si e aos outros; logo, a assistência se baseava pela defesa da sociedade (ARANTES).

Nas primeiras décadas do século XX, com a promulgação do Código de Menores de 1927, a utilização do termo “menor” se deu pelo binômio carência-delinquência e práticas de prevenção, com a ideia de periculosidade, também submetido a medidas corretivas, passando pelo saber do higienista, educador e do jurista (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009; OLIVEIRA, 1996).

Essa demarcação histórica, do final do século XIX e início do século XX até o primeiro Código de Menores em 1927, colocou a pobreza no campo da pretensa ilegalidade, em um lugar de desordem e perigo. Pensar os efeitos dessa racionalidade e como colaborou na execução de políticas públicas para o segmento da infância e juventude brasileira é um flanco importante para se ampliar o debate.

Respeitando as configurações históricas e sociais, mas pensando os efeitos desse tempo longo, ou seja, dos saberes produzidos em épocas distintas, em diferentes campos de conhecimento, inserindo-se no imaginário social (MENEGON, 1998), exponho que o objetivo primordial da política pública do Pro Paz nos Bairros é, segundo informações do *site* do Pro Paz (2014): fomentar e articular políticas públicas para a infância e adolescência “[...] em situação de vulnerabilidade social”, visando à difusão da cultura de paz, prevenção da violência e à garantia de direitos.

Durante os anos de 2012, 2013 e 2014, foram realizadas pesquisas nas fichas cadastrais das crianças e adolescentes desse polo do Pro Paz nos Bairros, e os resultados foram semelhantes durante esses anos. São, na maioria, do sexo masculino, com idade de 8 a 16 anos, e recebem algum tipo de benefício, como bolsa-família (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014; RELATÓRIO PSICOSSOCIAL DE 2013; RELATÓRIO ANUAL DE 2012). Além disso, “[...] de uma forma geral, a clientela do Pro Paz- Pólo é de baixa renda, mora em área de risco e de grande vulnerabilidade social” (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

Percebemos, no diálogo com os documentos, uma preocupação do Pro Paz nos Bairros em promover garantias legais por situações de violações que podem ocorrer, paralelamente a uma preocupação mais focada no possível protagonismo desse público, nas diversas formas de violências.

A política menorista não é recente, há efeitos desses saberes produzidos em outros cenários, é carregada de ecos, mas também há práticas específicas nos modos de operar a política pública do Pro Paz nos Bairros, ou seja, encontramos efeitos dessa política menorista nesta política pelas medidas preventivas a criminalidade por meio das intervenções oferecidas.

Assim, um discurso existe, segundo Bakhtin (2011), na forma de enunciado, sendo este peculiar ao sujeito que o produz. E esse enunciado encontra-se refletido em outras práticas discursivas. Nessas considerações, é pertinente problematizar ainda o conceito de vulnerabilidade e analisar suas inserções.

### 6.2.3- O conceito de vulnerabilidade social e suas produções de sentidos

Destaco a passagem de Oliveira (2007), que promove a associação da vulnerabilidade social com o de qualidade de vida e política de segurança, combatendo aqueles considerados perigosos em prol da ordem, sendo suas vidas governadas.

Neste ponto, é importante discutir sobre os embasamentos teóricos do Pro Paz nos Bairros, que, de acordo com os documentos oficiais, repousam no ECA, como os direitos ao esporte, cultura e lazer, como no trecho o qual retrata os resumos dos projetos:

O projeto PRO PAZ nos Bairros, em consonância com a Constituição de 1988 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oportuniza o acesso de crianças e adolescentes a uma educação integral por meio da arte, esporte e lazer ao promover o reencontro de crianças, adolescentes e jovens com suas cidadanias, da participação direta e ativa, do diálogo continuado e horizontal, combinando ações de educação para a cidadania, tendo como eixo norteador o fortalecimento das famílias e da comunidade.

A linguagem é uma atividade social e sua performance ancora-se na intenção, no modo e nas condições em que é produzida. Ao expor tais objetivos, pode haver a formulação de medidas preventivas pela condição padronizada de vulnerabilidade social desse público infantojuvenil e não discussões e perspectivas mais complexas, no que concerne às desigualdades sociais e possíveis violações de direitos, como não ter acesso a esporte, cultura e lazer, em seus bairros e escolas.

Acredito que é preciso concretizar igualmente uma reflexão sobre o fluxograma do Programa, sua estrutura, ouvir os usuários sobre avaliações naquilo que pode ser melhorado ou alterado e traçar um novo cronograma para que possam ser inseridas nas ações do Pro Paz nos Bairros. Uma avaliação registrada ocorreu com as crianças e adolescentes, no ano de 2012, pois foi elaborado um questionário sobre as atividades de que o público mais gostava e menos gostava, caracterizando as atividades.

Segue o trecho:

*“Você gosta de vir ao PROPAZ? 10 Sim (x) Não ( ) Por quê? Sete (7) alunos citaram a questão das atividades, como é explicitado nesta fala “Porque eu jogo bola, danço, vou para a piscina, informática e pro tapiri” (M3). Um (1) aluno também citou que vinha porque não tinha “nada para fazer” em casa*

*O que você não gosta do PROPAZ? Por quê? Não gosto muito de artes. Porque não gosto de desenhar.” (M1)*

*Qual é a atividade que você mais gosta no PROPAZ? A atividade de informática foi citada 6 vezes entre as respostas dos alunos. Como exemplo, na frase “Porque a gente fica brincando, jogando online” (M3). A atividade de natação foi citada em 4 respostas, como pode ser visto na resposta “Porque antes eu não sabia nadar, e agora eu sei.”*

*Qual é a atividade que você menos gosta no PROPAZ? Foram citadas as atividades de arte (2), educação física (2), dança (2), como no exemplo “Porque eu tenho vergonha”.*

Além disso, o Relatório Geral Pro Paz de 2014 é um documento de caráter avaliatório, como retrospectiva das atividades durante o ano, com *feedback* do que foi feito e do que não foi possível realizar, assim como o Relatório Anual de 2012 e o Relatório das Atividades de 2013.

Ou seja, são iniciativas que pensam essa questão da avaliação, contudo, nos documentos disponibilizados, não percebemos uma presença mais significativa das contribuições do público e seus familiares, na estrutura desse polo do Pro Paz nos Bairros.

Durante todo o semestre, o psicossocial realizou *palestras, dinâmicas e sessões de filmes*, com as seguintes temáticas: sexualidade, violência e drogas. Estas atividades foram desenvolvidas pela equipe técnica do polo e profissionais da área (DATA<sup>6</sup>), com o objetivo de resgatar valores, esclarecer dúvidas e levar a refletir sobre comportamentos passíveis de levar ao adoecimento social, emocional e físico. (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Ainda durante o semestre aconteceram momentos de intervenção em todas as turmas, junto com os estagiários, trabalhando temas como: violência, sexualidade, respeito, *bullying*, regimento interno, família, drogas e cidadania, para fomentar o bom desenvolvimento psicossocial dos alunos. (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Em setembro, foi trabalhado com os alunos o tema “Bullying” com todos os alunos do polo, através do filme “O Corcunda de Notre Dame”, sendo dividido por turmas. (RELATÓRIO PSICOSSOCIAL DE 2013).

Na execução das palestras, orientações e conselhos, as temáticas se concentram em torno da sexualidade, violência e drogas. É evidente que são importantes momentos para promover reflexões e debates, mas, mesmo sendo uma demanda percebida pela equipe, outras temáticas podem ser mais discutidas. Convivemos com a situação alarmante dos casos de homicídios da juventude negra e pobre, em nosso país e no Estado do Pará, constituindo relevantes espaços de discussão sobre isso e sobre as políticas sociais para a infância e a juventude.

As crianças e adolescentes, ao serem inseridos no Pro Paz nos Bairros, nesse polo pesquisado, precisam participar de todas as oficinas, por regra do Programa, seguindo um cronograma diário com horários para cada atividade, conforme consta nos Resumos dos projetos do Pro Paz: “As crianças inscritas devem participar de todos os cursos oferecidos” [...] Oficina de Arte; 2) Visitas monitoradas / Passeios culturais / Participação em espetáculos internos e externos; 3) Prática de Esporte”.

A equipe descreve as dificuldades em realizar as visitas pela falta de recursos, percebe-se uma discrepância nos números com relação esta, as orientações e as advertências. Há período que quantifica 300 advertências aos adolescentes, número maior que orientações em alguns momentos. Parece que quando os comportamentos inadequados são identificados, a sala da

---

<sup>6</sup> Divisão de Atendimento ao Adolescente, a qual faz parte do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente do Pará. O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA) compõe-se dos órgãos do sistema sócioeducativo no Estado do Pará, conforme preconiza a Lei nº 8.069/1990. Os órgãos são: Defensoria Pública, FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará), Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Civil e Polícia Militar. Nesse Centro é realizado o primeiro atendimento ao adolescente que comete ao infracional.

equipe psicossocial é onde as crianças e adolescentes são direcionados, bem como quando ocorrem as reincidências.

Um locus de punição por outros meios, pois pela noção do conceito de cultura de paz, busca-se retirar os conflitos, com uma ótica negativa dos conflitos, como se estes não fizessem parte das relações interpessoais. Pelo contrário, essas sociabilidades são punidas, suspensas e normalizadas. E por conta dessa retirada, a agressividade pode ser muito mais produzida, pois não encontra um canal de manifestação e debate em torno dos modos de subjetivação produzidos. Em outras palavras, uma psicologização dos conflitos sociais.

E, como se lê no documento público que apresenta as atividades realizadas em 2013 pelo Pro Paz nos Bairros, “[...] a clientela do Pro Paz é de baixa renda, mora em área de risco [...] o PRO PAZ é de grande importância para formação dessas crianças e adolescentes, haja vista que enquanto elas frequentam o espaço do Programa, os mesmos não se deixam influenciar pelo meio em que vivem”.

Essas produções de sentidos a propósito dessas crianças e adolescentes e os lugares onde residem carregam efeitos em uma dimensão social, política e histórica, já que são lugares considerados “de risco”, por serem habitados por aqueles que são “ameaças” à ordem social, logo, muitos defendem que suas vidas precisam ser governadas.

Segundo os profissionais, essas crianças e adolescentes, em sua maioria, não são criados pela mãe e pelo pai, mas pelos avós e tios, e, portanto, descritas como carentes de amor, respeito e atenção, conforme o trecho do documento que relata as atividades do Pro Paz nos Bairros, em 2012: “A partir da carência emocional destas crianças, é mais facilmente possível a criação de um laço afetivo ou empatia, ou até relações de confiança entre funcionários e as crianças que frequentam o polo [...] pode-se perceber que a grande maioria era formada por mães e avós, cuidando de uma considerável quantidade de filhos, normalmente solteiras”.

A linguagem é um modo de ação no mundo, de sorte que, no seu processo interativo, elaboramos nossos conceitos e emoções (ÍÑIGUEZ, 2002), o que possivelmente ocorre no enquadre dessas famílias, as quais são tuteladas moralmente para que modifiquem o futuro de seus filhos “quase certo” na criminalidade, conforme percebi nos fluxos discursivos. É como se constituísse um traço identitário com este “meio social” citado e não uma condição social. Portanto, é de suma relevância demarcar além deste, outros efeitos dessa racionalidade menorista e os efeitos dessas práticas, na política pública do Pro Paz nos Bairros.

#### 6.2.4- As racionalidades das políticas menoristas e os efeitos nos pactos sociais estabelecidos na atualidade

Por meio de uma política de institucionalização, o sistema FUNABEM, por exemplo, defendia que as crianças advindas das classes populares deveriam receber uma educação adequada, uma vez que essa educação não era oportunizada em suas famílias, por elas se encontrarem em risco e não serem, desse modo, o local ideal para o desenvolvimento da criança (BOLLETA DE OLIVEIRA, 1988).

Logo, durante o período ditatorial, conforme exemplificação, essa racionalidade permeou as instituições destinadas à infância e juventude. Em diferentes moldes e efeitos, também esteve presente em outras demarcações históricas, chegando à promulgação do Código de Menores, em 1979.

No Estado do Pará, especificamente, com a implantação do educandário Nogueira de Faria, em Cotijuba, este se caracterizou pelo isolamento dos “menores” advindos de Belém. Torturas, fugas, perseguições e outras diversas formas de violências estiveram presentes nesse estabelecimento (HÜFFNER, 2011).

O Educandário se manteve até meados do final da década de 1970, ou seja, entre os anos do Estado Novo e da Ditadura Militar, foi administrado por diversas autoridades, e o isolamento e violência marcaram o percurso dessa instituição, o que refletia a política brasileira, durante muitos anos, dirigida aos classificados como “menores” (MELO, 2010).

A política menorista e os seus efeitos sociais ainda são muito atuais, ao classificar e restringir a pobreza e criminalidade a um só campo. O Pro Paz nos Bairros, portanto, coloca que “[...] o projeto é todo baseado em um trabalho que desenvolve temas como valores, respeito, disciplina, afeto, amor e diálogo, onde o principal objetivo é reestruturar o padrão de comportamento”, conforme informações no *site* do Pro Paz (2014) e no Relatório de Atividades de 2013, alude a “[...] palestra com os alunos sobre: ‘Educação, valores, boas maneiras, comportamento, respeito’; ‘Oficina de arte’: a metodologia dos cursos segue o princípio da ludicidade, criatividade, fantasia e experimentação, despertando nas crianças, a curiosidade para descoberta de si mesma e do mundo que a cerca” (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Conforme o exposto, possivelmente repercute neste momento também essa racionalidade, porque defende a absorção de valores e conhecimentos pelas atividades do Programa como instrumentos para o desenvolvimento biopsicossocial da infância e juventude, como se, ao serem inseridas nessas aprendizagens, têm suas sociabilidades enquadradas nesse modelo de cidadania defendida no Pro Paz nos Bairros. Pelo prisma dos comportamentos inadequados, há uma continuação dessa faceta da irregularidade, onde o foco parece se concentrar em medidas preventivas.

Não cabe aqui associar a política do Pro Paz nos Bairros a outros percursos históricos e instituições, como o Educandário Nogueira de Faria, porém, debater sobre as lógicas que sustentavam tais saberes e os seus possíveis efeitos, na atualidade. Afinal de contas, os pactos e os acordos, para Spink e Menegon (2013), são construídos socialmente. E prevenir a violência, no oferecimento de esporte e arte, como forma de “retirar das ruas” crianças e adolescentes, como no trecho: “Dois alunos citaram não ficar mais na rua, como na fala: “Em casa, eu ficava sem fazer nada e agora eu fico no projeto” (RELATÓRIO ANUAL DE 2012), de algum modo repercute uma política baseada na “menoridade”, pois essas atividades cooperam para uma prática de utilitarismo social da arte, esporte e lazer, justificadas pelo discurso embasado na promoção dos direitos sociais.

#### 6.2.5- Resistências e potências frente aos discursos legitimados sobre as crianças e adolescentes inseridos no Programa

Nessas construções analíticas, demarco também as resistências e potencialidades que podem existir desse processo, no que concerne à participação em atividades envolvendo esporte, teatro, música, enfim, permitindo uma vivência capaz de levar essa criança e adolescente a resistir a estereótipos a respeito do lugar onde residem, e da gama de possibilidades que podem seguir, realizando sua própria escolha.

Podem igualmente, através do esporte e da arte, travar lutas em prol de mudanças em sua condição social, no que se refere à busca da garantia dos seus direitos e de seus pares. Em acréscimo, é possível descobrir que não é porque muitos não convivem em uma família nuclear, formada por pai, mãe e irmãos, que pode haver dificuldades na educação oferecida, porque é outra formação de família, entre tantas possíveis.

Ainda nesse ponto, os processos de compreensão do mundo são construídos nas relações sociais, no campo da história e da cultura (GERGEN, 1983). As mudanças são viabilizadas, portanto, nesses processos descritivos, e as resistências contribuem para a legitimação de discursos que antes eram negados e /ou omitidos.

Em sua convivência em família e/ou na comunidade, pode existir a presença do tráfico de drogas ou outros atos ilegais, isto é, uma das diversas situações existentes, assim como em outros bairros. E, mesmo com a ocorrência de situações de violência juvenil, é importante analisar, segundo Carrano (2011), que a linguagem se manifesta nesse acontecimento da violência e não somente se voltar para o epicentro das manifestações. De fato, a violência é uma linguagem, uma ação social que diz das invisibilidades aos direitos sociais dos jovens da periferia e os torna visíveis em potencial, para a taxativa predisposição à ilegalidade.

Definitivamente, a criminalidade não está concentrada na periferia. Sendo assim, a vivência da arte e do esporte podem ser pontos favoráveis para fomentar inquietudes sobre as desigualdades sociais impressas nos pobres, debatendo essa condição e discutindo os atravessamentos existentes.

Exemplifico aqui com alguns trechos da avaliação realizada com o público atendido, em 2012, registrada no Relatório Anual desse ano, caracterizando brevemente as vivências nas oficinas: “Eu adoro, por causa das atividades e pelos professores. Gosto de me divertir, brincar com os meus amigos”; “Ela passa ditado de palavras, a gente escreve bastante”; “Aprendi a acessar a internet fora do PROPAZ”.

A aproximação do público com algumas dessas atividades é a potência à qual me refiro, para pensar uma postura crítica nos sentidos que possuem com relação a esse Programa, e principalmente para ocupar esse espaço da política como forma de pensar coletivamente sobre os discursos produzidos sobre eles e com eles.

O movimento do “rolezinho” e a ocupação do *shopping*, como no documentário “Hiato”, são iniciativas de enfrentamento a naturalização em torno da marginalização de jovens pobres ocupando espaços a eles não legitimados por não serem enquadrados como cidadãos-consumidores.

Esses modos de ocupação são importantes para pensarmos a construção do Pro Paz nos Bairros dinamicamente e os jovens marcarem suas posições e possuírem participações ativas,

colaborando para a promoção das suas autonomias e respeito à identidade e diversidade individual e coletiva, conforme preconizam alguns princípios expostos no artigo 2º do Estatuto da Juventude (LEI 12852, 2013).

#### 6.2.6- A lógica híbrida do Pro Paz nos Bairros

A demarcação da criminalidade associada à pobreza funciona, seguindo outro cenário social e histórico, como um alvo daqueles que são vistos como ameaça a sociedade e um combate interno ao inimigo (FOUCAULT, 1999). A associação do “menor” à criminalidade estava presente nas primeiras décadas do século XX com os exames analisados pelo juiz, investigando a vida do adolescente, sua família e situação econômica (RIZZINI, Irma, 2009).

Referendando Coimbra e Nascimento (2009), a produção de desigualdades em infâncias e juventudes, no Brasil, constituiu-se por todo o século XX, utilizando sobretudo os aparatos das internações para resolver os problemas advindos das desassistências aos jovens pobres.

Com tais incursões, percebemos essa preocupação com as infâncias e juventudes no convívio social por diferentes arranjos, seja pelo binômio carência-delinquência no Código de Menores de 1927, seja pelo princípio da situação irregular pelo Código de 1979, seja ainda pelas práticas embasadas no ECA, as quais propõem a gestão das vidas por meio de uma política de risco.

De acordo com a análise construída na relação com os documentos, o Pro Paz nos Bairros se assenta como uma política pública que almeja garantir direitos, segundo suas referências à Constituição Federal, ao ECA, mas também demonstra funcionar em uma lógica híbrida, uma vez que mantém a preocupação restrita dos pobres com a ilegalidade, objetivando prevenir a violência.

O Pro Paz nos Bairros coloca como uma de suas principais fontes a Constituição Federal:

[...] no art. 6º, traz como direitos sociais, dentre outros, a educação, o lazer e a segurança, cabendo ao Estado, de acordo com o artigo 215, garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de, no artigo 217, considerar como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Não obstante, em suas escritas, alude às

[...] pequenas vitórias conseguidas em se tratando de vidas pertencentes, faz-se necessário dizer, a ambientes nada favoráveis a um crescimento pessoal e profissional [...] são essas vidas que compõem o público abraçado pelo Pro Paz, em sua maioria. E a elas que o projeto busca envolver em atividades de esporte, lazer, cultura e aprendizagens profissionais, e assim levá-las a descobrirem-se como pessoas dignas de respeito e capazes de construir o seu próprio destino (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Situa, assim, essas crianças e adolescentes em zonas de “riscos”, sem focar tanto nas desigualdades sociais e na falta de acesso a seus direitos legais perante o ECA, pois isso representaria um “risco” para a garantia de sua dignidade humana, porém, parece haver um enfoque para o classificado “risco” que podem trazer às outras crianças e adolescentes de outras classes sociais e a sociedade como um todo.

Carrano (2011) discute que as políticas públicas para a juventude precisam dar conta das desigualdades que perduram, no Brasil, as quais impactam acentuadamente sobre jovens pobres, negros, moradores de áreas rurais, por conta das injustas relações entre capital e trabalho.

Portanto, Carrano (2011) traz contribuições importantes, porque é esse público que está inserido no Pro Paz nos Bairros. Muito mais do que classificados como “em risco” e promover orientações morais para tornar “seus comportamentos mais adequados”, é fundamental debater sobre práticas naturalizadas a respeito da periculosidade social de crianças e adolescentes, em função de sua situação econômica e/ ou de cor, mas, saindo de rótulos e construindo caminhos para o enfrentamento as desigualdades sociais e mais participação dos jovens nas elaborações e execuções de políticas públicas.

Além do mais, as políticas de juventude na área da segurança pública se estabelecem de modo geral em torno do binarismo que seria atuar em territórios, a fim de diminuir os índices de violência, e proteger os atores sociais vitimizados, aliados ao temor em reforçar a associação do jovem morador de periferia como delinquente, já que é um senso comum enraizado no cenário brasileiro (DIÓGENES; SÁ, 2011).

O Pro Paz nos Bairros demonstra se alinhar a essa dimensão, o que acaba reforçando a imagem dos jovens, ora como vítimas preferenciais nas situações de crime, ora como protagonistas destes, já que “[...] o enredo é encenado como se a sociedade estivesse no fogo cruzado da insegurança pública devido às práticas de violência protagonizadas pela juventude da periferia” (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 153).

Percebi, então, que a equipe e os objetivos do Programa estão pautados em defender que esse público atendido precisa absorver novos valores, novos saberes, diferentes daqueles que possuem, para que o modo como operam suas vidas seja modificado e não se torne uma ameaça à segurança social.

Essa análise parte dos processos de diálogo com os documentos pesquisados, isto é, são efeitos dessa relação no tempo curto, na interação social com o discurso, a fim de captar as estratégias linguísticas e possíveis cristalizações (SPINK; MEDRADO, 2013).

Continuando nessa linha argumentativa, nas intervenções do Programa, as famílias são orientadas por profissionais, de sorte a desenvolverem habilidades em como educar seus filhos, porque, como frisam, quando são inseridos no Programa, carregam uma “carência emocional” e estabelecem confiança com os funcionários. Há mostras de que a família não investe em cuidados e afetos, o que será apenas proporcionado no convívio com as atividades oferecidas por essa política pública.

Ao repercutir essa prática de orientação moral às famílias, o Pro Paz nos Bairros possivelmente lança mão de discursos cristalizados, reverberados de outras condições de produção e em outros momentos históricos e políticos, no entanto, envolvem um campo específico de interação social.

Sinalizo, contudo, que essas atuações dos profissionais possuem como objetivo a proteção desse público, ou seja, suas práticas são direcionadas em incluí-los em uma rede de assistência que fortaleça o convívio familiar e comunitário, quer dizer, são propostas relevantes. Todavia, entendemos que esta pesquisa se propôs pensar sobre essas práticas, levantar questionamentos em nome dessa proteção e inseri-las no debate, sem confrontar ou culpabilizar, mas dialogando e pontuando, como descrito acima, os efeitos da noção de “carência” e “risco”.

#### 6.2.7- A instrumentalização do poder disciplinar no registro, qualificação e avaliação sobre os corpos

Na investigação a respeito das “infrapenalidades” no poder disciplinar, as quais qualificam e classificam um conjunto de comportamentos em ausências, negligências, falta de zelo no desempenho das tarefas, Foucault (2010) salienta o instrumento do exame, um dos caminhos pelos quais se opera o poder disciplinar. Combinando técnicas da vigilância hierárquica com a sanção normalizadora, ele qualifica, classifica e também pune, em seu estabelecimento de

verdade. Objetiva igualmente os indivíduos, pois insere sobre sua individualidade um registro minucioso.

Os efeitos do poder disciplinar com um dos seus instrumentos, o exame, reverberam no poder de normalização. E, refletindo sobre esse estudo de Foucault para outra localidade, podemos discuti-lo a partir do objetivo de defesa social percebido no diagrama da política pública Pro Paz nos Bairros.

Evidencia que, pela viabilização das atividades, há um mapeamento desse território da periferia como perigoso, classificando condutas. A vigilância perpassa essa técnica, para que o sujeito, objeto de sua intervenção, receba medidas preventivas. Acredito que a técnica o exame é desenvolvida, já que a criança e adolescente inseridos no Programa têm seus modos de vida registrados, qualificados e avaliados.

Possivelmente, considera-se que esse público atendido necessita aprender regras, não focando de forma mais decisiva naquilo que já trazem, na maneira com que enxergam o mundo e como compreendem a atuação dos profissionais. Em linhas gerais, compreendo como um processo de normalização, por meio de uma intervenção minuciosa sobre os seus corpos.

Para Foucault (2010), a punição não se manifesta apenas pela pena, ou seja, avalia-se no Pro Paz nos Bairros a relevância dessa inserção como forma de esse público não se “influenciar pelo meio social”. Suas vidas são captadas e suas sociabilidades são modificadas para o alcance de uma cultura de paz.

A política não opera apenas na busca dos direitos sociais, como lazer e cultura, mas pela gestão de riscos, pois nesse território habitados por tal grupo específico, defende a promoção de uma cultura de paz. Nesse aspecto, não se configura uma pena, porém, de algum modo, é punição, porque são inseridos em uma lógica que apreende sua subjetivação pela virtualidade do perigo.

Destaco aqui alguns trechos dos documentos: Resumo dos projetos, *site* do Pro Paz e Relatório Anual de 2012 sobre a perspectiva do Programa em considerar os comportamentos de crianças e adolescentes inadequados, e propor suas mudanças, além da educação das famílias para com eles:

Considerando que a proposta está atenta para a função e importância da família, visando o bom andamento do trabalho, a equipe realiza encontros com os pais, buscando parcerias, a fim de estimular o desenvolvimento de seus filhos”; “onde o principal objetivo é reestruturar o padrão de comportamento, fortalecer o vínculo de família e

reduzir o índice de violência”; “Foi observado, durante anamneses, atendimentos, orientações e conversas com as crianças que participam do PROPAZ, diversos comportamentos adequados e inadequados dentro do polo. Além disso, através de orientações e conversas, a maioria das crianças consegue repensar em seus comportamentos inadequados e passam a reincidir menos na sala do psicossocial.

Ponto que, apesar da avaliação comentada acima, realizada no ano de 2012, com o público, pode-se salientar que não ocorreu ou não foi registrada nos documentos nos anos de 2013 e 2014. Avaliar a atuação da equipe é de suma importância, pois um olhar crítico por parte dos próprios profissionais e de quem recebe essas intervenções possibilita uma observação ampliada e propostas de modificações, uma vez que o Pro Paz nos Bairros não é uma política pública dada e acabada.

Também problematizo aqui o caráter oficial de tais documentos, visto que, de um modo geral, essa descrição oficial parece dar visibilidade aos aspectos favoráveis dessa política, e não expor aspectos de seu cotidiano. Percebi, portanto, que em torno dessa noção de “comportamentos inadequados” há enfoques de como enfrentá-los e não reflexões do que poderiam ser tais comportamentos, de fato, e por que são marginalizados, ao serem padronizados como “inadequados”. Verifico uma noção cristalizada e vertical que não se compõe dessas manifestações subjetivas e dessa linguagem do público, no exercício dessa política pública e de sua avaliação.

#### 6.2.8- Problematizando o conceito de risco nas relações de saber-poder e suas peculiaridades no exercício da política pública

No que se refere aos conceitos norteadores do Pro Paz nos Bairros, comentei acima sobre a vulnerabilidade social. Tal conceito encontra-se articulado a outra noção, a de risco, pois é uma das variáveis da condição de risco na contemporaneidade, situando a pobreza mais exposta a situações vulneráveis (NASCIMENTO, 2012).

A noção de risco repercute em políticas públicas, executadas pelo prisma da proteção e modo de suprir situadas faltas e carências. O jovem se torna objeto de atenção para a ordem social. Dificuldades são delineadas para essa adequação, principalmente em jovens pobres, já que muitos Programas são delineados pelo imperativo de pedagogização pela “arte”, “esporte”, “dança” e profissionalização para o mercado de trabalho, conforme assinalam Scheinar e Cordeiro (2007).

Pela ideia de infância em risco, ocorre uma normalização no campo da infância pelo modelo de liberdade/individualização (ROSEMBERG; MARIANO, 2010). Com a classificação de “situação de risco”, Lemos, Galindo e Rocha (2012) expõem que crianças e adolescentes são inseridos em políticas compensatórias como objetos de práticas baseadas no medo construído em virtude da sua considerada periculosidade.

O Pro Paz nos Bairros se coloca como uma política protecionista, direcionada para aqueles que vivem o processo de exclusão social e “em risco”. Há também uma hibridez nos discursos documentais, no momento em que defende tais crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, todavia, engloba também uma produção de sentido direcionada à dimensão estereotipada, classificando-os como “vulneráveis” e “influenciados pelo meio social” que os cerca, isto é, a pobreza é “vulnerável” e os bairros pobres transmitem essa “vulnerabilidade”.

Apresento ainda a analítica do poder em Foucault (1995), porque, para ele, poder é relação e se configura em um campo múltiplo de forças. É um conjunto de ações sobre ações possíveis entre sujeitos livres, de maneira que, nessas relações, a resistência e contrapoderes estão presentes em variadas possibilidades de respostas.

As relações de saber-poder, de acordo com Foucault (1970 [2012]), carregam produções de verdade, e os critérios de verdade são estabelecidos a partir de como a sua produção é realizada, de quem fala, de como fala, operado pela relação de poder e saber.

Foucault (1970 [2012]) discute as práticas discursivas e as formas de poder que as perpassam, levando em conta, para analisar as condições e as ressonâncias dos discursos, os seguintes princípios: inversão; descontinuidade e especificidade. O discurso e os saberes envolvidos, em suma, devem ser evidenciados através de práticas e seus jogos de poderes.

As verdades a respeito das crianças, adolescentes e jovens pobres, negros e da periferia orientam ações por parte da sociedade como um todo, primando pela sua segurança, por meio dos rótulos carregados. Essa relação de saber e poder, mobilizando tais produções de verdade a respeito desse público, se enquadra nos objetivos das ações do Pro Paz nos Bairros, por conta da forma como este retrata o público, colocando-se como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento físico e emocional:

Tornou-se inegável a relevância do *Pro Paz* dentro de nossa sociedade, a despeito de suspeitas e dificuldades. O projeto já ultrapassou o caráter do que se poderia chamar de ‘experimentação social’ e conquistou seu papel. Seu maior argumento são as pequenas vitórias conseguidas em se tratando de vidas pertencentes, faz-se necessário dizer, a

ambientes nada favoráveis a um crescimento pessoal e profissional. Vidas que já nascem com um *estigma de marginalidade*; um destino senão selado, anunciado, com sabor de *tragédia social*. Vidas que são olhadas com desconfiança, preconceito, cautela, à distância. Até por elas mesmas, e seus pares. (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Concomitantemente, o Programa denuncia esses rótulos e estereótipos e propõe como “[...] eixo norteador o fortalecimento das famílias e da comunidade, bem como dar assistência e formação para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias” (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014), além de se classificar enquanto “inegável relevância”, a fim de buscar mudanças nas rotinas dessas pessoas, por avaliar os ambientes de forma negativa.

Tal discurso produz uma representação que não legitima os saberes dessas crianças e adolescentes, sua família e comunidades. Há uma inversão nesses saberes, um recorte e negação de suas contribuições. As práticas descontínuas não são promovidas, porque, se assim o fossem, seriam averiguadas seguindo o cruzamento da produção dos discursos e seus efeitos.

Assim sendo, nesse lugar de não-legitimação, ao se colocar tais discursos em uma linearidade, classificando-os como “nada favoráveis”, perdem-se de vista as peculiaridades e potências dessas pessoas sobre debater e questionar com suas contribuições e análises o fortalecimento dos outros aparelhos que compõem a rede no sistema de garantia de direitos infantis e juvenis, na sua ocupação territorial, em seu bairro e em sua cidade.

Por serem descritos como “carentes emocionalmente”, as crianças e adolescentes se inserem em um processo de objetivação em que devem seguir regras, como participar de todas as atividades, independentemente de afinidades com algumas, apenas, para se afastarem o quanto podem “das ruas”. Ali, no Programa, apresenta-se a certeza de uma educação moral dentro dos parâmetros por ele considerados adequados.

#### 6.2.9- Pensando as práticas discursivas em nome de uma Cultura de Paz

Outro conceito utilizado é o da cultura de paz:

O PRO PAZ, Programa do Governo do Estado do Pará estabelecido por meio do Decreto nr. 1.046, de 04 de junho de 2004 tem como base a difusão da Cultura de Paz [...] o Estado do Pará reconhece, consolida e institucionaliza a Cultura de Paz e Não-violência como ação de política pública que fortalece as relações humanas a partir do diálogo, da tolerância, do respeito à diversidade humana e cultural [...] Foi criado em 2011, em busca de garantir a redução dos índices de violência e disseminar a cultura de paz, através de um trabalho de prevenção que atende crianças e adolescentes que moram em áreas de risco. (PRO PAZ, 2014).

A respeito dos mecanismos disciplinares e biopolítica da população, descritos por Foucault, Lemos, Galindo e Rocha (2012), tem-se que, em nome da paz e da segurança, determinadas crianças e jovens, classificados como “perigosos”, são inseridos em políticas de normalização.

Desnaturalizar esse conceito, questionando a sua necessidade em territórios mapeados como violentos, é contribuição relevante para pensar práticas em seu nome. Investiguei essas estratégias de cuidado do outro por esse prisma naturalizado da cultura de paz, na estrutura do Pro Paz nos Bairros, visto que, por exemplo, a agressividade não é entendida como uma linguagem que pode manifestar resistências com violações direitos experimentadas, mas como um “comportamento inadequado”, que muda após as intervenções.

Percebe-se essa postura nos seguintes trechos:

Através de orientações e conversas, a maioria das crianças consegue repensar em seus comportamentos inadequados e passam a reincidir menor na sala do psicossocial [...] para a população adolescente, a carência emocional, muita das vezes, é encobrida, e, portanto, a aproximação afetiva e de confiança com o adolescente passa a ser mais difícil. A agressividade e falta de limites e disciplina passam a ficar mais evidente e passa a se agravar entre os adolescentes do polo, já que diversas condutas já estão instaladas no repertório destes adolescentes. (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

Os pais, em grau de estresse elevado devido a condições econômicas e sociais, lançam mão de estratégias que são apropriadas pelas crianças e adolescentes dentro do pólo. As agressões como forma de punição a algo que não foi aceito pela criança, a intolerância e alto estresse dos adolescentes a situações corriqueiras, por exemplo, são apenas reflexos do que os adolescentes vivenciam em suas próprias casas. (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

Há uma visão docilizada da agressividade e das condutas das crianças e dos adolescentes, através das atividades, conselhos e orientações promovidas, uma normalização da infância e juventude, partindo de um modelo de individualização. As ditas agressividades dos adolescentes são compreendidas como atitudes que trazem de sua convivência familiar e comunitária, sendo refletidas no espaço da política pública.

Por conseguinte, é uma linguagem restrita e atribuída ao público, não se pensando nos modos de subjetivação que o Programa também produz e como essa linguagem pode transmitir a vivência dessas crianças e adolescentes, nas atividades propostas ou sobre enfrentamentos das desigualdades sociais presentes que muitos vivenciam. Não podem ser encaradas, nesse sentido, apenas num plano unidirecional e moral, porém, como sentidos produzidos em campo de forças múltiplas, em nível micro e macro.

#### 6.2.10- A hibridez legalista e suas tensionalidades

Outra discussão que considerei pertinente foi à hibridez também analisada naquilo que o Programa declara como um de seus principais embasamentos: o ECA. Como tenho discutido até este momento, pelas construções de sentidos implicadas nas práticas discursivas dos documentos do Pro Paz nos Bairros, percebi uma continuidade com a doutrina da situação irregular.

O poder familiar era avaliado como ausente ou mal administrado pela tutela do Estado, em virtude de essas famílias se encontrarem em situação de pobreza. Por essa situação estava também atravessado o conceito de menoridade, não apenas descrito pela faixa-etária, mas por estar sujeito a uma situação tida como de abandono e possível delinquência (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007).

Pela Lei 8.069/ 1990, essa situação é modificada por meio do *status* de sujeitos de direitos, e, assim, crianças e adolescentes têm suas falas legitimadas nos processos judiciais e administrativos, enfatizando sua condição peculiar de desenvolvimento. No artigo 3º, há a caracterização da doutrina da proteção integral, em que gozam de todos os direitos fundamentais, asseguradas todas as oportunidades para contribuir em seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Porém, Fajardo (1999) tensiona a doutrina de proteção integral, no que tange ao conceito de proteção, já que age sobre a infância desamparada, incluindo dispositivos de repressão e prevenção, pressupondo uma assimetria na relação entre protetor e protegido. A vertente normalizadora e preventiva pela ideia de risco está igualmente presente no ECA, de acordo com as discussões de Lemos (2007), através de uma gestão de riscos e disciplina dos corpos.

Ademais, Nascimento (2012) examina a conceituação de negligência, pois, segundo ela, para existir a condição de negligência, há antes um modelo de proteção e um desvio a esse modelo é ser negligente.

Cunha (2007) destaca, portanto, que esse conceito de negligência muitas vezes não é contextualizado em uma perspectiva de efeito econômico e social do capitalismo globalizado, ativando uma via de culpabilização de sujeitos e suas famílias pela condição de miséria as quais vivenciam.

Nesse cenário, tal noção promove uma continuidade de práticas que leva à condição financeira em uma omissão de cuidados e perda do pátrio poder. Cunha (2012) salienta que tais famílias são classificadas por muitos técnicos e especialistas, no campo da imoralidade, pela maneira como estas se organizam, como a inexistência de certidão de nascimento ou vacinação dos filhos, e o número de companheiros, como no caso das mães.

Seguindo tais questões, as simbolizações que projetam crianças e adolescentes como objetos de assistência e controle permanecem por outras vias, na atualidade. Práticas assistencialistas e corretivas, aliadas à vulnerabilidade de grupos específicos, justificam práticas mascaradas de proteção. Pela situação de negligência, ora a criança é vista no campo da vitimização, ora é vista como provável protagonista de atos ilícitos (ARANTES, 2012).

As famílias do público atendido parecem ser colocadas nessa dimensão de negligência, pois não constatei discussões diretas sobre suas condições de vida, de natureza social e econômica; quando não são colocadas como vítimas, nesse processo, precisam ser orientadas para que não estimulem nessa convivência familiar a ocorrência do ilícito.

Através dos atendimentos, anamneses, aconselhamentos e orientações com os responsáveis, primeiramente pode-se perceber que a grande maioria era formada por mães e avós, cuidando de uma considerável quantidade de filhos, normalmente solteiras. Percebeu-se também que os recursos que os responsáveis usavam para determinados comportamentos inadequados realizados pelas crianças e adolescentes, eram condutas de punição, castigo, retirada de algo prazeroso pela criança/adolescente, violência verbal ou física. Isto apenas confirmava a replicação destes comportamentos pelas próprias crianças nas suas outras esferas de vida (em casa, escola, no Pro Paz). Situações que foram observadas durante os atendimentos com os pais foram negligência e alienação parental (quando há uma disputa em relação ao filho, entre os dois genitores, denegrindo a imagem do outro) (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

De fato, a violência não pode ser um instrumento eficiente nesse campo, mas destaco, nesta discussão, a ideia que gira em torno da organização de muitas dessas famílias atendidas nesse polo, como a presença dos avós na criação, ao invés dos pais, por exemplo. Há o estabelecimento de um alerta moral nessa forma de cuidado pela perspectiva da “ausência”, “falta” de uma educação avaliada como adequada. O Pro Paz se coloca como um protetor nessa relação e, em face desse modelo de proteção, almeja prevenir e normalizar, inserindo novas aprendizagens na vivência das atividades.

Por fim, enfatizo que o ECA contribui com avanços legais, sem dúvida alguma; afinal de contas, essa foi uma conquista após inúmeras pressões e participação da sociedade civil e movimentos sociais, na luta pelas garantias legais às crianças, adolescentes e jovens. Contudo,

representações minoritárias, as quais permanecem implicadas nos efeitos do conceito de negligência, produz, por exemplo, uma visão de possível impunidade do ECA, marcada pela criminalização da juventude pobre e negra, bastante acentuada pela mídia.

#### 6.2.11- Exclusões do jovem negro e pobre pela via das penalidades neoliberais e o governo das condutas no Pro Paz nos Bairros

De acordo com as reflexões de Bocco (2008), o jovem negro brasileiro e em situação de pobreza é colocado como um estranho para a sociedade neoliberal e consumista na qual vivemos, por não se adequar a esses padrões, sendo marginalizado e excluído. São igualmente alarmantes as taxas de homicídios desses jovens, no Brasil e em nosso Estado, mas ainda assim isso não é noticiado pelas mídias, tanto quanto o cometimento de infrações, por exemplo. Todavia, em pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), dos 20.532 jovens cumprindo medidas socioeducativas no país, em 2012, apenas 11,1% correspondem a crimes violentos contra a vida (homicídios e latrocínios).

Em contrapartida, o Pará subiu da 16ª posição, em 1998, com taxa de 24,1% de homicídios (em 100 mil habitantes, na população de 15-24 anos), para a 8ª posição, em 2008, com 71,3% (WAISEIFISZ, 2011).

No Estado, segundo a Secretaria Nacional da Juventude (2014), no período de 2002 a 2012, as taxas de homicídios de brancos foram de 19,5% para 22,0%, enquanto, para negros, saltaram de 37 para 160,0%.

Bauman (1998) sinaliza nessa discussão sobre a denominada sociedade de consumo na qual vivemos, na atualidade, marcada pelo consumo exacerbado, pelo sistema de competições, pela individualização e pela busca de sucesso, pois nos jogos de poder do consumismo, grande parte da juventude brasileira se vê excluída, por conta da sua condição material nessa lógica capitalista, conforme assinalam Vicentin (2005), Fraga e Iulianelli (2003).

Com relação a lógica das penalidades neoliberais, o papel penal do Estado se destaca, mascarando as mazelas sociais e tornando invisíveis os problemas dessa ordem, por meio da dominação racial e da criminalização da miséria.

E a respeito das artes de governo, Foucault (2014) discute sobre a governamentalidade, que são formas de gerir a população, através de estratégias de soberania e desenvolvimento da

disciplina. Lemos (2012) compreende que esse conceito se articula aos procedimentos de governo dos corpos, na individualidade (disciplina) e na totalidade (biopolítica), não apenas na figura do Estado, mas por outros governos de condutas, na família, escola, no trabalho, amigos, em uma complexa e dinâmica rede nas relações implicadas entre saber-poder-subjetivação.

Cabe analisar, assim, as estratégias do Pro Paz nos Bairros por suas atuações destinadas às pessoas ditas “vulneráveis”, pois parecem mantê-las policiadas ao exercer um manejo de controle sobre a “inadequação dos seus comportamentos”, já que, equivalente a uma técnica de poder biopolítico, policiar não é apenas uma estratégia repressora ou punitiva, todavia, engloba práticas atuais em cuidado e ordenamento (AUGUSTO, 2010).

O Pro Paz nos Bairros representa a figura do Estado no governo das condutas dessas crianças, adolescentes e jovens, juntamente com suas famílias e comunidades. Tal modo de governo está implicado em outros modos de governo, ou seja, a relação com a família subjetiva esse jovem, assim como a comunidade, o Programa, à escola, enfim, o sujeito se encontra nessas relações de saber-poder.

Em sua inserção na referida política, suas condutas são classificadas e reordenadas, na relação dessas crianças e adolescentes com seus territórios, o que é colocado como relevante para a promoção de uma cidadania, conforme no trecho:

O projeto PRO PAZ nos Bairros, em consonância com a Constituição de 1988 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oportuniza o acesso de crianças e adolescentes a uma educação integral por meio da arte, esporte e lazer ao promover o reencontro de crianças, adolescentes e jovens com suas cidadanias, da participação direta e ativa, do diálogo continuado e horizontal, combinando ações de educação para a cidadania, tendo como eixo norteador o fortalecimento das famílias e da comunidade (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Nossa sociedade, de uma forma geral, é subjetivada pelos jogos de poder do consumismo. Essa lógica capitalista inclui cidadãos e consumidores, em que poder ter mais e mais é uma condição importante para ser bem-sucedido. Essa condição exclui muitos, principalmente aqueles em situação de pobreza, já que o fator material é preponderante.

E o fluxo do mercado junto com a política econômica são dimensões focadas pela figura do Estado, tornando invisíveis as mazelas sociais pelas penalidades neoliberais. Esse governo torna-se mínimo nos investimentos sociais e criminaliza aqueles nos quais esses investimentos deveriam chegar. Há uma criminalização da miséria e exclusão da lógica capitalista, a eles sendo direcionadas políticas de segurança.

O Pro Paz nos Bairros é uma política pública, administrada pelo governo estadual, que busca, conforme está nos Resumos dos Projetos do Pro Paz (2014),

[...] cultivar uma cultura de Paz como forma de diminuir a desigualdade e a violência e gerar oportunidade de emprego e renda, além de ter acesso a serviços básicos ofertados pelos órgãos parceiros [...] a busca pela integração das Políticas Públicas, com o objetivo de diminuir a desigualdade e colocar em prática os direitos defendidos pela Constituição Federal a todos os cidadãos, através da execução de diversos serviços que são essenciais para a busca da inclusão social [...] à efetivação do papel de provedor do Estado e de reciprocidade e retribuição social.

Nesse sentido, são investimentos sociais para a execução dessa política pública. Cabe destacar que, de acordo com o que foi percebido, essa preocupação em garantir acessos e reduzir as desigualdades sociais está ancorada na Constituição Federal e no ECA. O governo do Estado procura cumprir esse papel, quando embasa o Pro Paz nos Bairros nessas perspectivas. É importante sinalizar, porém, as dificuldades para manter esse Programa, conforme consta em alguns documentos, através do foco dos funcionários, os quais o avaliaram da seguinte maneira:

Durante o segundo semestre, novamente as visitas técnicas ficaram prejudicadas pela falta de disponibilidade de transportes. Sendo todas as visitas (domiciliar e institucional) realizadas com transporte dos técnicos (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2013).

Ao encerrarmos as atividades, sob uma avaliação geral observamos dificuldades, infelizmente, recorrentes: falta de **transporte** para visita domiciliar e institucional; interrupção das atividades físicas com a comunidade devido a **falta de material** e **precária manutenção da piscina** – o que sempre provoca **quebra de vínculo** e a **desmotivação** dos alunos; **falta de manutenção dos computadores**, dificultando a praticidade na elaboração de relatórios, palestras e dinâmicas; **falta de manutenção dos aparelhos de ar condicionado**, o que acarreta situações de **desconforto** no aprendizado e na realização com êxito das mais diversas atividades, em todas as áreas [...] (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Os profissionais que do Polo fazem parte, e se dedicam a ele, **apesar dos percalços e até de certo abandono**, merecem vivenciar uma fase mais digna e respeitosa, onde possam **desenvolver as atividades de sua área de forma mais tranquila e produtiva, à altura de seu comprometimento** (RELATÓRIO GERAL PRO PAZ DE 2014).

Porém, encontraram-se dificuldades em relação às visitas, devido a ausência de transporte que eram agendadas, porém não eram cumpridas (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

Há dificuldades na execução dessa política, com falta de materiais, transporte, o que exemplifica uma presença-ausência do Estado nesses aspectos, levando a prejuízos na atuação dos profissionais, conforme foi descrito.

Outro ponto é que, apesar de os objetivos do Pro Paz nos Bairros estarem colocados em consonância com a Carta Magna, há, como citado anteriormente, verdades produzidas sobre o

público atendido e suas famílias como aqueles que precisam estar inseridos nessa política como forma de inibir as inadequações em suas condutas.

O Programa visa promover a inclusão social, por meio dos serviços oferecidos. No entanto, é importante refletir sobre os efeitos da nossa sociedade capitalista e das exclusões àqueles penalizados pelo sistema do consumo principalmente pela situação de pobreza. Este já é considerado como um comportamento inadequado socialmente. E o Pro Paz nos Bairros ao caracterizar o público “em risco”, dentre outros fatores, pela moradia em bairros periféricos, “pela influência desse meio social”, parece gerir a vida dessas pessoas mudando seus hábitos e atuando pela disciplina e normalização como práticas de cuidado, se enquadrando nessa lógica penalizante capitalista.

#### 6.2.12- A Política Nacional da Assistência Social e seus atravessamentos com o Programa

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS – estabeleceu dois níveis de atenção para a política de assistência social: o primeiro, direcionado para a Proteção Social Básica (baixa complexidade), objetivando a prevenção e a inclusão social de famílias em condição de vulnerabilidade social. O segundo nível é a Proteção Social Especial (média e alta complexidade), em que famílias e indivíduos já se encontram em situação de risco, como abandono, uso de drogas, abuso sexual, ou seja, seus direitos foram violados (BRASIL, 2005).

As unidades descritas são: CRAS (proteção social básica) e CREAS (proteção social especial). Ao entrar em contato com os documentos disponibilizados pelo Pro Paz nos Bairros, deparei-me com a conformidade, em alguns aspectos, com o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), ao propor o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, proteção em estratégias de prevenção para situações avaliadas como vulneráveis e orientações para direitos que não são garantidos.

Além disso, o programa almeja buscar a “[...] integração das Políticas Públicas, com o objetivo de diminuir a desigualdade e colocar em prática os direitos defendidos pela Constituição Federal a todos os cidadãos, através da execução de diversos serviços que são essenciais para a busca da inclusão social” (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Diante do exposto, a execução desse polo do Pro Paz nos Bairros mescla a proteção social básica com a especial, porque, segundo consta em alguns trechos, há crianças e adolescentes

participantes do Pro Paz nos Bairros que já tiveram seus direitos igualmente violados, seguindo o PNAS, como a situação descrita pelo uso de drogas:

Outros dois encaminhamentos foram dados para o CRAS para solicitação de bolsa família e um para CCDQ para um ex- participante do projeto, no qual sua mãe veio pedir ajuda, pois seu filho é usuário de droga, está ameaçado de morte e a melhor solução seria a internação em uma clínica de reabilitação (RELATÓRIO ANUAL DE 2012).

Seguindo com tais aspectos, a PNAS (2004) trabalha com as noções de “vulnerabilidade social” e “situação de risco” e situa as famílias atendidas como vítimas do processo de exclusão. Há a busca de reduzir a taxa de vulnerabilidade pela pobreza. CRAS e CREAS e toda a política de execução da PNAS são importantes ferramentas no enfrentamento das violações de direitos e em sua promoção.

A autonomia e a participação popular nas políticas públicas e autonomia dos entes federados pela descentralização do poder também são defendidas pelo PNAS. Percebo, nesse quesito, uma diferença com respeito ao Pro Paz nos Bairros. Acredito que esse Programa centraliza suas intervenções em oferecer saberes e não contempla em maior grau essa participação na avaliação do público e da comunidade. Disponibilizar atividade e disponibilizar a fala, considerando-a em toda a conjuntura das ações, é fundamental.

Mas, ao se colocar em consonância com o PNAS, em seus instrumentos, o Pro Paz nos Bairros parece atuar pela proteção social básica e especial, salvo diferenças na formulação da equipe, nas atividades e alcances pensados. Portanto, reflito sobre os investimentos a uma rede de assistência social já existente e elaborada pelo PNAS e composta por serviços que seguem uma simetria entre municípios, estados e governo federal.

Pensar no fortalecimento a essa rede, a qual combina ações de proteção social, é de suma relevância; afinal de contas, trata-se de uma política pública contínua, apesar das dificuldades que possam existir para sua manutenção, sendo também articulada a outros dispositivos, como Conselho Tutelar e outros órgãos de defesa de direitos, seguindo as particularidades do território e respeitando a regionalização.

Não é desconsiderar a operacionalização do Pro Paz nos Bairros, mas levar em conta, de fato, a existência desses outros serviços, estruturados em uma conjuntura descentralizada e regionalizada, envolvendo as esferas de poder e, assim, devendo ser fortificados como integrantes do sistema de garantia de direitos infantojuvenis, assim como o Pro Paz nos Bairros.

Sinalizo, porém, as possibilidades de diálogo e integralidade, e esse polo do Pro Paz nos Bairros, por exemplo, realiza encaminhamentos a essa rede, como aos CRAS do território onde está localizado: “Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se, também, os encaminhamentos para o CRAS, Conselho Tutelar, Casa Mental da Criança e do Adolescente, CCDQ (Centro de Cuidados de Dependentes Químicos) e PRO PAZ Integrado<sup>7</sup>” (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Logo, há uma integração do Pro Paz com essa rede na realização desses encaminhamentos. E há também serviços deste Programa realizados pelo CRAS e CREAS na promoção de direitos, como fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Portanto, ambos devem ser solidificados nesta rede, sem ocorrer prejuízo de investimentos, pois também há diferenças pontuais nas estruturas e organização das equipes, bem como inserção em programas assistenciais, como o Bolsa Família, viabilizados pelos CRAS.

#### 6.2.13- As práticas de cuidado e a legitimação da escuta

Também gostaria de enfatizar ainda os debates sobre as políticas de saúde para as crianças. Piani (2012) sinaliza que a legislação brasileira reconhece a criança como sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento, trazendo à tona o conceito de vulnerabilidade social. Nesse âmbito, pensa a autonomia das crianças em espaços institucionais de saúde, na construção de espaços terapêuticos.

O autor referenda a Resolução n. 196/1996, II, 15, do Ministério da Saúde sobre Pesquisa com Seres Humanos, a qual conceitua a vulnerabilidade como um “[...] estado de pessoas ou grupos, que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido” (BRASIL, 1996).

É notória aqui a instrumentalização, pela qual a noção de vulnerabilidade se tornou um conceito norteador de muitos serviços, não só na saúde, mas na assistência, de modo análogo, associada à noção de proteção total da criança.

Consciente de dois campos políticos distintos, contudo, orientados por princípios que objetivam a proteção integral, acredito que o Pro Paz nos Bairros é uma prática de cuidado

---

<sup>7</sup> Um dos projetos que integram o Pro Paz e atua no enfrentamento e atendimento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

interessante, ao propor o enfrentamento a possibilidade de violações de direitos em situações de desigualdades sociais. São ações importantes, pautadas pela participação ativa do Estado, família e sociedade, nas garantias legais.

Nesse sentido, o Pro Paz nos Bairros se apresenta em conformidade:

[...] com o artigo 227 da Lei Magna como dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...] bem como dar assistência e formação para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que se encontra em situação de violação de direitos, na perspectiva de inclusão e promoção de direitos humanos (RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ, 2014).

Baseando-me nas incursões realizadas por Piani (2012), penso que a autonomia é importante para aqueles que têm ou podem ter seus direitos invalidados, logo, situados em situações vulneráveis, como justifica o Pro Paz nos Bairros ao seu público, de maneira que a manifestação da criança auxilia na construção de vínculos nos espaços a ela preparados, opinando sobre o que está sentindo e experienciando, e tendo sua escuta legitimada.

Percebemos uma autonomia do público nessa política pública neste polo do Pro Paz nos Bairros, no momento que descreve a realização das oficinas com crianças e adolescentes e reuniões com familiares, e ainda uma iniciativa avaliativa pelas ações promovidas no ano de 2012.

Contudo, nossas lentes analíticas almejam reflexões, não podemos e não pretendemos estabelecer um olhar como único possível, pelo contrário, pela limitação da pesquisa, e até onde podemos percorrer com os documentos disponibilizados, situamos os questionamentos na legitimação dessa escuta, pois, com a leitura dos conteúdos documentos, na verdade, foi difícil percebermos o uso desse instrumento pelo corpo técnico nas atividades realizadas anualmente e na oportunidade de se pensar coletivamente possíveis aperfeiçoamentos, ou seja, seguindo as autonomias do público, o que foi modificado ou ampliado, enfim, essas deliberações não presenciamos nos documentos.

Diante dessas hipóteses e possibilidades de análise, Mélló (2002) defende que a investigação é constante, porque, a cada olhar, novos sentidos podem ser produzidos na análise da pesquisa. Destaco que os documentos são uma produção intersubjetiva, formados por uma polifonia no discurso. A seleção para uma discussão analítica implica o encontro das

subjetividades impressas nessa escrita, pela posição enquanto pesquisadora em Psicologia Social, assim como pelo referencial teórico construído, o qual muito nos auxiliou nas inquietações e reflexões.

Em suma, buscamos assim provocar debates, sair do que está instituído, pensar nas vozes legitimadas e não legitimadas nas práticas discursivas. Pensamos construir junto com essas vozes, que, aliás, compuseram esta escrita também. Não colocamos aqui respostas definitivas: apresentamos, sim, olhares possíveis, pensamentos que nos estimularam a continuar discutindo sobre a garantia de direitos de crianças e adolescentes brasileiras e as políticas públicas a eles destinadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está associada à produção teórica e à vida cotidiana, de sorte que, seguindo esta pesquisa, reiteramos que as discussões não são definitivas: são móveis, dinâmicas, já que foram construídas a partir dos acontecimentos ocorridos durante todo este percurso. São lançadas para serem dialogadas em outras incursões e tensionadas, a fim de promover novos debates.

O formato desta investigação foi delineado e somente possível pelos encontros traçados, com orientações valiosas, inserções em grupos de estudos, pesquisas e políticos, enfim, por coletivos presentes no modo como nos interrogamos, durante toda a escrita e nas reflexões que essas ações suscitaram.

Buscamos trazer para este âmbito uma política pública situada em nossa região, o Pro Paz nos Bairros, com suas peculiaridades e modos de saber-poder impressos, produzindo verdades e sentidos àqueles colocados como desprotegidos e vulneráveis.

Com a análise, almejamos também problematizar racionalidades envolvendo políticas infantojuvenis históricas, e refletir seus efeitos e suas articulações com políticas atuais. Não estão localizadas no passado, pelo contrário, a dimensão histórica nos ajudou a pensar em continuidades, rupturas e práticas híbridas nos documentos disponíveis pelo Pro Paz nos Bairros.

As propostas analítico-linguísticas nas interações sociais propiciaram estranhamentos na relação dialógica com os documentos e toda sua polifonia. Desejamos produzir questões e não respostas, desestabilizar noções cristalizadas e naturalizadas no cenário social, político e histórico das políticas públicas para infância e juventude.

O Pro Paz nos Bairros, seus embasamentos e frente de ação foram investigados por meio de documentos formulados pela equipe técnica e com base no processo de implicação, produções de sentidos emergiram desse encontro com os escritos.

Nas tensionalidades propostas, as atividades oferecidas pelo Pro Paz nos Bairros objetivam propiciar valores, intervenções morais, minimizar desigualdades sociais, prevenir a violência, promover uma cultura de paz e garantir direitos. Uma prática híbrida, que ainda repercute efeitos presentes, por conta de verdades instituídas durante décadas, com relação à figura do “menor” e toda a política de medo e de normalização promovida.

Tais práticas menoristas se direcionam às crianças e adolescentes pobres, moradores da periferia, que, classificados na lógica do “risco” e “vulnerabilidade social”, possuem suas sociabilidades modificadas a favor da segurança do bem comum. Pelo par da proteção-negligência, a noção de irregularidade permanece pela situação de pobreza, e a normalização das condutas é viabilizada as famílias que se encontram nessa situação econômica e social.

Essas práticas carregam as produções de verdades em torno dessas crianças, adolescentes e jovens, por essa fabricação do “menor” na sociedade e com grande contribuição midiática, tornando-os mais visíveis ao dito perigo social que carregam, restringindo o debate sobre as graves violações de direitos às quais muitos desses jovens brasileiros, principalmente os marcados pela cor e condição econômica, são submetidos. Porém, este trabalho também objetivou apresentar as possibilidades de contrapoderes desses jovens, de resistir ao que está legitimado por meio das conjunturas de forças travadas nas relações de poder.

Debatemos sobre o ECA, dispositivo igualmente detentor de lacunas, de noções que permitem continuidade de práticas de situação irregular. Obviamente, essa legislação é resultante de intensas manifestações, tendo propiciado à infância e juventude brasileira prioridade na “[...] formulação e na execução de políticas sociais públicas” (BRASIL, 1990), de modo que afirmamos o ECA e toda a luta política para a igualdade e a equidade de direitos.

Tentamos evidenciar essas práticas complementares e divergentes, muitas vezes inseridas em um mesmo campo de atuação no Pro Paz nos Bairros, envolvendo a proteção pela via da situação irregular e proteção integral, dando mais visibilidade às lutas que envolvem as políticas as crianças, adolescentes e jovens no Estado do Pará.

Este estudo não finaliza aqui: esperamos que os debates aqui promovidos possam alcançar novas pesquisas sobre a participação social na execução de políticas públicas, sobre os embasamentos e atuações por parte dos profissionais nesse sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, sobre o funcionamento dessa rede, ancorada em diferentes serviços, sobre o genocídio da juventude negra e pobre, marcada por estereótipos racistas e as resistências produzidas por esses jovens em diferentes linguagens, como arte e esporte.

Enfim, o prazer de escrever, porém, os percalços desse ato da escrita, as dificuldades em conseguir os materiais do Pro Paz nos Bairros, mas também as inquietudes e reflexões no contato com estes, os fundamentais encontros, o cansaço, as conquistas diárias são capítulos desta jornada

intensa e significativa. Finalizo para continuar e estabelecer novas trocas, novas interrogações e novos diálogos sobre o direito das infâncias e juventudes brasileiras.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Alepa começa a votar projeto de reforma administrativa proposto pelo executivo.** Disponível em: << [http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id\\_ver=107693](http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=107693)>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Direito da Criança e do Adolescente: um debate necessário. **Psic. Clin.**, v. 24, n. 1, p. 45-56, 2012.

AUGUSTO, Acácio. Anarco-abolicionismo penal: uma proposta para estancar a mentalidade punitiva. **Núcleo de Sociabilidade Libertária- Nu-Sol.** Disponível em: << <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=21>>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma de uma perspectiva. In: \_\_\_\_\_. **Em busca da política.** 1. ed. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI. **Anais...** São Paulo, julho/2011. Disponível em: << [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619\\_ARQUIVO\\_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846619_ARQUIVO_FrancieleBecher-SimposioANPUH.pdf)>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BEZERRA, Paulo. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BOARINI, Maria Lúcia. A infância higienizada. In: \_\_\_\_\_. **Higiene Mental: ideias que atravessam o século XX.** Maringá: Eduem, 2012.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil.** Porto Alegre: ABRAPSO- Regional Sul, 2008.

BOFF, Leonardo. **Cultura de Paz.** 2001. Disponível em: << <http://www.leonardoboff.com/site/vista/2001-2002/culturapaz.htm>>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BOLLETA DE OLIVEIRA. Uma visão crítica da política do menor. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 8, n. 1, 1988. Disponível em: << [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931988000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100004)>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/Enunciado concreto/Enunciação. BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005. Parei aqui

BRASIL. **Código de Menores** – Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm)>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRASIL. **Constituição federal**, 1988. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS n. 196, de 10 de outubro de 1996. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Disponível em: <<<http://www.bioetica.ufrgs.br/res19696.htm>>>. Acesso em 12 out. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Balanco da Gestão 2011-2014, 2014**. Disponível em:<<[http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3632/Balanco\\_Gestao\\_SNJ\\_2011-2014.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3632/Balanco_Gestao_SNJ_2011-2014.pdf)>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social**, 2005. Disponível em: <<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 33/2012**. 2012. Disponível em:<<[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=106330](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=106330)>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CARVALHO, Mônica Cabral de. **A agressividade como resposta de um indivíduo criado em uma família desestruturada**. 2010. 58 p. Especialização (Pós-Graduação em Terapia Familiar) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<[http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/T205717.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T205717.pdf)>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, jul. 2012. Disponível em: <<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200007)>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Programas Compensatórios: seduções capitalistas?** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2005. Disponível em: << [http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto27.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto27.pdf) >>. Acesso em: 11 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In: **CEDECA: publicação direitos humanos não tem idade**, 2009. Disponível em: << <http://www.saomartinho.org.br/wp-content/uploads/CEDECA-Saida-Miolo.pdf> >>. Acesso em: 04 jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Parecer sobre a PEC 33/2012**. Disponível em: <<[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Parecer-PEC-33\\_FINAL.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Parecer-PEC-33_FINAL.pdf)>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **10 Razões da Psicologia contra a Redução da Maioridade Penal**, 2014. Disponível em: <<[http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini\\_cd/fr\\_indice.aspx](http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/fr_indice.aspx)>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; PALLOTTI, Pedro Lucas de Moura. Relações intergovernamentais e descentralização: uma análise da implementação do SUAS em Minas Gerais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em: <<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000200015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200015&lng=pt&nrm=iso)>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; SCHIEFFERDECKER, Márcio André. Práticas Psicológicas e Políticas Públicas de Assistência Social: algumas interrogações. JORNADA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA: DESAFIOS ATUAIS NAS PRÁTICAS DA PSICOLOGIA, IV. **Anais...** UNISC - Santa Cruz do Sul, novembro 2011. Disponível em: <<[http://www.unisc.br/anais/jornada\\_pesquisa\\_psicologia/2011/arquivos/22.pdf](http://www.unisc.br/anais/jornada_pesquisa_psicologia/2011/arquivos/22.pdf)>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Destituição do poder familiar no espaço do conselho tutelar: abandono, maus-tratos e negligência de quem?** 2007, 230 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2007. Disponível em: << <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2007/Fabiana.pdf> >>. Acesso em 3 ago. 2014.

DIÁRIO ONLINE - DOL. **Belém já tem três “rolezinhos” confirmados**. Disponível em: <<<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-271418-.html>>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos; SÁ, Leonardo. Juventude e Segurança Pública: ressonâncias e dissonâncias. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAJARDO, Sinara Porto. Retórica e realidade dos direitos da criança no Brasil. In: NAHRA, C.M.L.; BRAGAGLIA, M. (Org). **Conselho Tutelar: gênese, dinâmica e tendências**. Canoas: ULBRA, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FEITOSA, Juliana Biazze. A institucionalização do adolescente autor de infração. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene Mental: ideias que atravessam o século XX**. Maringá: EDUEM, 2012.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Microfísica do Poder**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. (Org.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

\_\_\_\_\_; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Introdução: Juventude, para além dos mitos. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GERGEN, Kenneth. O movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. v. 6, n. 1, p. 299-325, jan./jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>>>. Acesso em 10 dez. 2013.

GONZALEZ, Alberto Brusa. Experiências socioeducativas bem sucedidas: subsídios para a discussão de políticas públicas nas unidades de internação socioeducativas (UISE). In: \_\_\_\_\_. **Justiça, Adolescente e Ato Infracional: sócioeducação e responsabilização**. São Paulo, ILANUD; ABMP; SEDH, 2006. Disponível em: << [www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justiça,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeducação%20e%20Responsabilização.pdf](http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/Justiça,%20Adolescente%20e%20Ato%20Infracional.%20Socioeducação%20e%20Responsabilização.pdf)>> Acesso em: 3 nov. 2014.

HISTÓRIA DE COTIJUBA. Disponível em: << <http://www.cotijuba.com/historia-de-cotijuba>>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro. **Estudos sobre o Impacto do Turismo em áreas Naturais em Processo de Urbanização: o caso da Ilha de Cotijuba, Belém-PA**, 2011. 193 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia-

UNAMA, Belém, 2011. Disponível em: <<  
<http://www.unama.br/novoportal/ensino/mestrado/Programas/desenvolvimento/attachments/artic/e/110/Disserta%C3%A7%C3%A3o%202011%20-%20Jo%C3%A3o%20Gabriel%20Pinheiro%20Huffner.pdf>>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

ILANUD. **Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**, 2007.

Disponível em:

<[http://www.viablog.org.br/conteudo/Mapeamento\\_Nacional\\_Meio%20Aberto\\_post%204.pdf](http://www.viablog.org.br/conteudo/Mapeamento_Nacional_Meio%20Aberto_post%204.pdf)>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

ÍÑIGUEZ, Lupicínio. Construcionismo Social e Psicologia Social. In: MARTINS, João B., HAMMOUTI, Nour-Din El, ÍÑIGUEZ, L. Temas em análise institucional e em construcionismo social. São Carlos: RIMA - Fundação Araucária, p. 127-156, 2002.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos - o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

LEMONS, Flávia Cristina Silveira. **Crianças e Adolescentes entre a Norma e a lei: uma análise foucaultiana**. 2007. 219 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP - Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2007. Disponível em: <<  
[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2007/lemos\\_fcs\\_dr\\_assis.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2007/lemos_fcs_dr_assis.pdf)>>. Acesso em 8 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. História do Espaço e Governamentalidade em Michel Foucault. **Barbarói**, n. 36, jan-jul 2012. Disponível em: <<  
<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1668/2155>>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

\_\_\_\_\_; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Analítica das práticas de violência contra crianças e adolescentes: uma história do presente das políticas para a infância no Brasil atual. **SER Social**, v. 14, n. 31, jul-dez. 2012. Disponível em: <  
[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/7222/6478](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/7222/6478)>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MARCHI, Rita de Cássia. A infância não reconhecida: as crianças “de rua” como atores sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, II. **Anais...** Florianópolis, abril/2007. Disponível em: <<  
[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rita\\_de\\_cassia\\_marchi.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rita_de_cassia_marchi.pdf)>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MELO, Odimar do Carmo. **O lugar e a comunidade na Ilha de Cotijuba**. 2010. 192 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará- PPGeo- IFCH-UFPA, Belém, 2011. Disponível em: <  
<http://www3.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2010/Odimar%20do%20Carmo%20Melo.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **Do estranhamento à familiaridade: estratégias e contradições na construção da noção de “Abuso sexual infantil intrafamiliar”**. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos da judicialização. **Psicologia e Sociedade**, n. 24, p. 39-44, 2012. Disponível em: << <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/>>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Fabiana Lopes da; VICENTE, Laila Maria Domith. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 14, 2007. Disponível em: <<

OLIVEIRA, Salete. A moral reformadora e a prisão de mentalidades: adolescente sob o discurso penalizador, 1996. **Núcleo de Sociabilidade Libertária- Nu-Sol**. Disponível em: <<

\_\_\_\_\_. Anarquia e dissonâncias abolicionistas. **Ponto e vírgula**, n. 1, 2007. Disponível em: <<

ORM NEWS: **Governo enxuga folha**. Disponível em: <<

\_\_\_\_\_. **“Rolezinho” em Belém tem 900 confirmações em shopping**. Disponível em: <<

PASSETTI, Edson. Os novos miseráveis. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 3, 1994. Disponível em: <<

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Caderno de Pesquisa**, v.40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <<

PIANI, Pedro Paulo Freire. Políticas de saúde da criança: da vulnerabilidade à ação ou quando a criança é um ator social. In: **Psicologia: políticas, formação, profissão e pesquisa**. Belém: Paka-Tatu, 2012.

PRO PAZ, 2014. Disponível em: << [www.propaz.gov.br](http://www.propaz.gov.br)>>. Acesso em 4 fev. 2014.

RANIERE, Édio; MARASCHIN, Cleci. Se um testemunho na escuridão dos arquivos. **Mnemosine**, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em:<<

REDUÇÃO da maioria penal é apoiada por 89% da população. *Carta Capital*, SP, 2012. Revista Eletrônica Semanal. ISSN 0104- 6438. Disponível em: <<

RIVA, Léia Comar; ROMANELLI, G. Cuidados familiares e negligência em famílias de baixa renda. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO CULTURAL-CAMINHOS DA DIVERSIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, II. 2005, Dourados-MS. **Cadernos de Programação e resumos**. II Sciencult, 2005. v. 1. p. 42-43. Disponível em: <[http://www.uems.br/eventos/sciencult/arquivos/32\\_2011-09-17\\_17-15-08.pdf](http://www.uems.br/eventos/sciencult/arquivos/32_2011-09-17_17-15-08.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2014.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil** – Revisitando a História (1822-2000). Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 40, n.141, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a03.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SALES, Mione Apolinario. Juventude extraviada de direitos: uma crônica das rebeliões na FEBEM-SP. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SANTAFÉ, Vladimir Lacerda. Do cinema às redes digitais, estética e ativismo no capitalismo contemporâneo. In: SIMPÓSIO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS E SOCIABILIDADE. PRÁTICAS INTERACIONAIS EM REDE, 2012. **Anais...** Salvador- Bahia. Disponível em: <[http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/n3\\_cinema\\_44757.pdf](http://gitsufba.net/anais/wp-content/uploads/2013/09/n3_cinema_44757.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SCHEINVAR, Estela; CORDEIRO, Denise. Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens. **INES Espaço**, n. 27, jan-jul 2007. Disponível em: <<[http://portalines.ines.gov.br/ines\\_portal\\_novo/wp-content/uploads/2014/04/rev\\_espaco\\_27.pdf](http://portalines.ines.gov.br/ines_portal_novo/wp-content/uploads/2014/04/rev_espaco_27.pdf)>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

SILVEIRA FALEIROS, Eva Teresinha. A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPINK, Mary Jane Paris. Pesquisando *no* cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Cortez 2010.

\_\_\_\_\_; LIMA, Helena. **Rigor e Visibilidade**. In: Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_; MEDRADO, Benedito. **Produção de Sentido no Cotidiano**. In: Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_; MENEGON, Vera Mincoff. **A pesquisa como prática discursiva**. In: Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Edição virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Peter Kevin. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **Práticas Discursivas e Produções de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004.

UNESCO. **Construção e Identidade**: as ideias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: << <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001274/127497por.pdf> >>. Acesso em: 12 nov. 2014.

UNESCO. **Cultura de Paz**: da reflexão à ação. Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. Disponível em: << <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189919por.pdf> >>. Acesso em: 12 nov. 2014.

VANZETTO, Antonia Alves. **O sistema único de assistência social e a centralidade na família**. In: SEMINÁRIO NACIONAL: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2. **Anais...** Cascavel, 2005. Disponível em: <<[http://cac-  
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/MSS25.pdf](http://cac-<br/>php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS25.pdf)>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política e atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**. Os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça, Governo Federal, 2011. Disponível em: < <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf> >>. Acesso em: 13 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2013**. Homicídio e Juventude no Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZANIANI, Ednéia José Martins. Criminalidade Infantil: a “endemia traiçoeira” do Brasil Republicano. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene Mental: ideias que atravessam o século XX.** Maringá: EDUEM, 2012.

# **ANEXOS**

## RESUMO DOS PROJETOS DO PRO PAZ

### PRO PAZ – Por uma Cultura de Paz.

O PRO PAZ, Programa do Governo do Estado do Pará estabelecido por meio do Decreto nr. 1.046, de 04 de junho de 2004 tem como base a difusão da Cultura de Paz<sup>8</sup>. Atualmente é regulamentado pela Lei nº 7.773, sancionada em 23 de dezembro de 2013, quando o Estado do Pará reconhece, consolida e institucionaliza a Cultura de Paz e Não-violência como ação de política pública que fortalece as relações humanas a partir do diálogo, da tolerância, do respeito à diversidade humana e cultural.

O Pro Paz nasce com o objetivo de cultivar uma cultura de Paz como forma de diminuir a desigualdade e a violência e gerar oportunidade de emprego e renda, além de ter acesso a serviços básicos ofertados pelos órgãos parceiros. Para isso o Programa executa projetos voltados para atender crianças e jovens em áreas de vulnerabilidade social.

Podemos entender o Pro Paz como um Programa que reflete a busca pela integração das Políticas Públicas, com o objetivo de diminuir a desigualdade e colocar em prática os direitos defendidos pela Constituição Federal a todos os cidadãos, através da execução de diversos serviços que são essenciais para a busca da inclusão social.

Integrar as Políticas Públicas é articular entre os diversos níveis de governo, entre as Secretarias de Estado e outros entes estatais, a execução de uma determinada política na qual esses setores oferecem os serviços a que estão incumbidos de realizar. Assim funciona o Pro Paz Integrado, o Pro Paz Juventude, o MOVER, o Pro Paz nos bairros, o Pro Paz Infra, a UIPP, enfim, os diversos projetos em execução no Programa. Para isso contamos com a parceria de diversos órgãos como a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), nas ações do Pro Paz Cidadania, com a oferta de consultas médicas, exames, etc.; a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER), na

---

<sup>8</sup> Sobre o conceito de cultura de Paz, fazemos referência ao discurso do Chefe da Delegação da Santa Sé na Assembleia Geral da ONU sobre o tema "CULTURA E PAZ", em 22/10/2001. Existem numerosas definições da palavra "cultura" que, segundo a minha Delegação, oferecem um bom ponto de partida para o nosso debate deste dia. A primeira fala da cultura como da "arte ou prática de cultivar"; outra define a cultura como "a medida total do comportamento humano e dos seus produtos, inseridos no pensamento, na linguagem, na ação e nos artefactos do homem, e dependente da capacidade humana de aprender e de transmitir a ciência às gerações vindouras através da utilização dos instrumentos, das linguagens e dos sistemas do pensamento abstracto". Juntas, ambas estas definições parecem oferecer um fundamento para uma melhor compreensão da cultura... e, inserida no contexto deste debate, "a cultura da paz" pode ser vista como "o padrão do comportamento humano que há-de ser cultivado e transmitido às gerações futuras". Ver em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/documents/rc\\_seg-st\\_doc\\_20011022\\_un-culture-peace\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_doc_20011022_un-culture-peace_po.html)

atuação do Pro Paz Juventude no que diz respeito á qualificação de jovens; a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), no que diz respeito à emissão de documentos e outros serviços, entre outras Secretarias.

## **PRO PAZ nos Bairros**

A Constituição Federal, no artigo 6º, traz como direitos sociais, dentre outros, a educação, o lazer e a segurança, cabendo ao Estado, de acordo com o artigo 215, garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de, no artigo 217, considerar como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Ainda neste artigo, no parágrafo 3º, institui que o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. No que diz respeito à criança e ao adolescente, a Lei Magna, no artigo 227 registra ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O projeto PRO PAZ nos Bairros, em consonância com a Constituição de 1988 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oportuniza o acesso de crianças e adolescentes a uma educação integral por meio da arte, esporte e lazer ao promover o reencontro de crianças, adolescentes e jovens com suas cidadanias, da participação direta e ativa, do diálogo continuado e horizontal, combinando ações de educação para a cidadania, tendo como eixo norteador o fortalecimento das famílias e da comunidade, bem como dar assistência e formação para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, que se encontra em situação de violação de direitos, na perspectiva da inclusão e promoção de direitos humanos.

A realização desta proposta proporciona às crianças, adolescentes e suas famílias a oportunidade de conhecer a diversidade cultural presente no mundo ao proporcionar momentos de construção do conhecimento como um instrumento de inserção social, integrando o conjunto de ações governamentais de proteção à criança e

ao adolescente ao garantir o acesso aos bens culturais e políticas públicas de educação não formal.

O Projeto PRO PAZ nos Bairros vem como forma de ampliar a participação, não somente na esfera pública e política, mas o sentido de ampliar estende-se ao seu público, à efetivação do papel de provedor do Estado e de reciprocidade e retribuição social. Dentro da proposta de articulação do Programa PRO PAZ, devem se integrar ao PRO PAZ nos bairros como parceiros, pela importante contribuição que podem dar à formação para cidadania de crianças e adolescentes nas práticas de rotina, sejam com monitoramento de indicadores, as seguintes organizações: IAP – Instituto de Artes do Pará, Curro Velho, UFPa – Universidade Federal do Pará, UFRA – Universidade Federal Rural, IESP – Instituto de Educação Superior do Estado do Pará, Comunidade Escolar, SEDUC/NEL, Fundação Cultural Tancredo Neves e SEEL. Considera-se que, além das organizações relacionadas, o projeto também contará com a parceria de seu próprio público envolvido. Uma participação ativa e significativa por parte de crianças, adolescentes e suas famílias.

Considerando que a proposta está atenta para a função e importância da família, visando o bom andamento do trabalho, a equipe realiza encontros com os pais, buscando parcerias, a fim de estimular o desenvolvimento de seus filhos. São repassadas algumas informações necessárias para que eles possam conhecer o trabalho desenvolvido pelo PRO PAZ. É estabelecido neste momento o compromisso mútuo, informando sobre responsabilidades, direitos e deveres de cada criança e adolescente matriculados no PRO PAZ.

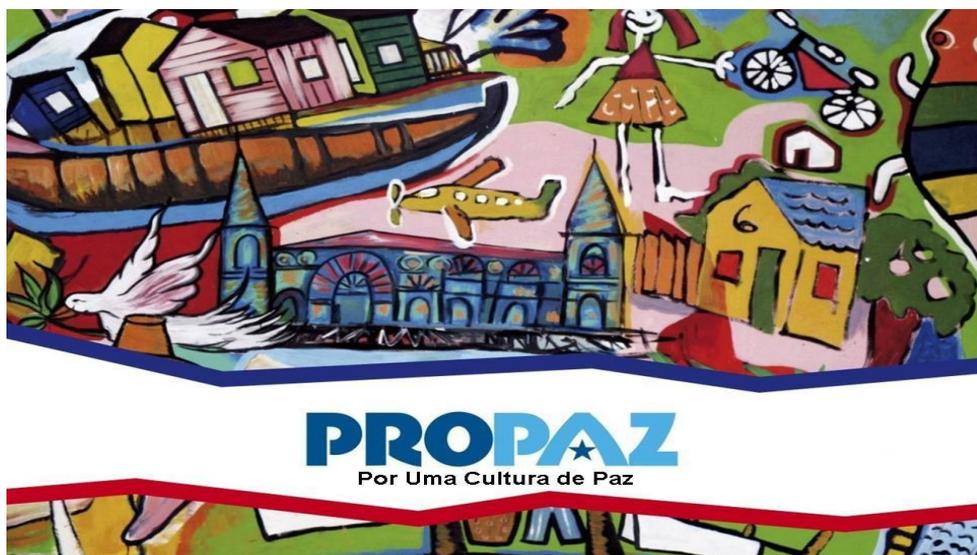
Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se, também, os encaminhamentos para o CRAS, Conselho Tutelar, Casa Mental da Criança e do Adolescente, CCDQ (Centro de Cuidados de Dependentes Químicos) e PRO PAZ Integrado. Além destes, realizam-se também os acompanhamentos individuais e em grupos, visitas domiciliares e institucionais, e anamneses com os responsáveis pelas crianças e adolescentes. Palestras socioeducativas, com temas que giram em torno de saúde alimentar, educação sexual, afetividade e orientações quanto ao acesso aos Programas sociais.

Para atender ao público específico nos Pólos, localizados por bairros, foi montada uma grade de oficinas e atividades que propiciam o contato dos alunos com as diversas formas de expressão, a fim de que eles possam ampliar o seu repertório cultural. Os Pólos funcionam em dois turnos, das 08h às 12h e das 14h as 18h, de

segunda a sexta. As crianças inscritas devem participar de todos os cursos oferecidos. Os professores de arte são contratados pelo Instituto de Artes do Pará, Fundação Curro Velho e Fundação Carlos Gomes, de acordo com as demandas apresentadas pelo Polo. As atividades consistem em: 1) Oficina de Arte: A Metodologia dos cursos segue os princípios da ludicidade, criatividade, fantasia e experimentação, despertando nas crianças, a curiosidade para descoberta de si mesma e do mundo que a cerca. Os professores realizam atividades interdisciplinares quando da realização de projetos culturais propostos pela equipe dos Polos ou ligados ao calendário cultural. Nestes casos, as crianças e adolescentes podem exercitar e por em prática o aprendizado de cada linguagem na construção coletiva de espetáculos, coreografias, cenários, concertos musicais e exposições de desenhos que estimulem o exercício de um rico processo de vivências que promovem a integração e o desenvolvimento da sua sensibilidade; 2) Visitas monitoradas / Passeios culturais / Participação em espetáculos internos e externos: Visitas e encontros com os grupos existentes na comunidade e fora possibilitando identificar os recursos existentes e fomentando entre as famílias a participação na comunidade e fora desta com autonomia, exercendo e exigindo direitos e deveres. Apresentações culturais com a participação ativa das meninas e meninos dos grupos de hip-hop, percussão e dança contemporânea; 3) Prática de Esporte: Este componente deve contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial, por meio da prática esportiva, elevando a autoconfiança e sociabilização, oferecendo referências de respeito para com os colegas e professores a fim de que o mesmo alcance a plena cidadania. O esporte deve ser um elemento agregador, proporcionando a inclusão social, valorizando cada aluno individualmente, independentemente de sua etnia, sexo, religião e classe social.

Atualmente contamos com os Polos da UFPA, UFRA, IESP Sacramento e Mangueirão.

## RELATÓRIO GERAL PROPAZ



**BELÉM/PA  
DEZEMBRO  
2014**

**RELATÓRIO GERAL**

## INTRODUÇÃO

Este documento de caráter avaliatório expõe uma breve retrospectiva das atividades desenvolvidas no **PRO PAZ**, durante o ano. Trata-se de um *feedback* sobre o que foi feito e também pelo que não foi possível realizar, sobre resultados positivos e negativos, tentativas, acertos e falhas.

Apresenta ainda algumas sugestões, mas também críticas, com o objetivo maior de contribuir para o enriquecimento e melhoria do que atualmente já é ofertado ao público.

## DESENVOLVIMENTO

### **Pedagogia**

De acordo com a proposta de trabalho do **Polo**, os profissionais envolvidos adequaram-se e realizaram com eficiência suas atividades com os alunos, tendo como base os eixos norteadores propostos no planejamento anual do projeto. Todos são conhecedores do objetivo principal, que é proporcionar às crianças melhores condições de vida no âmbito pessoal, profissional, familiar e social. Os **arte-educadores** trabalharam com muito profissionalismo, responsabilidade e comprometimento, ainda que na maioria das vezes não tenham recebido o apoio desejado, principalmente com relação ao material necessário para um melhor desempenho de suas atividades. Isso os forçou a adaptarem-se de maneira até precária aos recursos disponíveis no momento.

A despeito das inúmeras dificuldades, as atividades foram desenvolvidas de modo satisfatório, muitas vezes alcançando resultados inesperados positivamente. Como exemplo citamos a **Copa Pro Paz**, que poderia ter apresentado melhores resultados caso já à época se contasse com o apoio solicitado inúmeras vezes anteriormente. Contudo, faz-se necessário afirmar, de forma contundente, que essa falha com relação a **apoio e investimento** é um fator recorrente em todas as atividades, tanto esportivas e culturais, quanto administrativas.

Ainda com relação à **estrutura**, algo que muito retarda e prejudica a qualidade do trabalho é a dependência relacionada ao **IAP**, no que se refere a recursos materiais básicos, como é o caso de uma **impressora** e ao menos um **computador** de real

eficiência. Muitas vezes, por exemplo, vemo-nos obrigados a providenciar “de nosso próprio bolso” cópias xerográficas que, mesmo nem tão urgentes, seriam necessárias em tempo hábil. E essas necessidades, como já afirmado anteriormente, são generalizadas, aplicam-se a todas as ações profissionais desenvolvidas no polo, porquanto esse estado precário vai contra a agilidade que seria a ideal ao projeto.

No que se refere às **atividades esportivas**, o polo funcionou com 11 educadores físicos, que realizaram com responsabilidade e compromisso suas atividades junto às crianças, igualmente de acordo com os eixos norteadores relacionados à área.

As atividades foram divididas por modalidade esportiva, o que foi determinante para despertar o interesse das crianças em realizá-las. Aconteceu que muitas delas identificaram-se com alguma dessas modalidades e, mediante esse fato, foi possível realizar um **pequeno torneio interno de handebol e futsal**.

Todos os professores demonstraram bom relacionamento com os alunos e também entre si, trabalhando coletivamente para que o objetivo do projeto fosse alcançado, visando favorecer o bem estar das crianças e adolescentes.

Finalizamos as atividades com excelente participação dos alunos, tanto dentro como fora do polo, que demonstraram interesse em realizar as tarefas propostas pelos professores, fato este constatado nos relatos dos mesmos que, entusiasmados, faziam seus comentários sobre como haviam sido determinadas aulas.

## Psicossocial

As atividades do setor psicossocial principiaram no mês de fevereiro, com a **Capacitação Interpolos**, cujo objetivo foi o de melhorar as relações interpessoais nas equipes.

No mês de março, deu-se início a Programação do primeiro semestre, com **levantamento** e **visita** às escolas para divulgação do projeto e matrículas, **busca ativa** dos antigos alunos não rematriculados, bem como **entrevista** para a Rádio FM Comunidade sobre o Programa PRO PAZ. Ao final do mês, foi realizada a primeira **reunião com os responsáveis**.

Ainda em março também foram feitas parcerias como o **CRAS** e **Conselho Tutelar**, que resultaram, nos meses seguintes, em reuniões como: divulgação do Programa na **Semana da Mulher** no CRAS; articulação com as redes; visita à Ilha do Cumbu, para divulgação do Programa, e **Caminhada pela Leitura**, promovida pelo **Polo de Leitura**, e escolas.

Com o objetivo de garantir os **direitos como cidadão**, também foi realizado o levantamento dos alunos que não possuíam algum tipo de documentação, devido à ação social que ocorreria no mês posterior (abril).

No mês de maio selou-se uma parceria com o **Projeto Rede Escola Cidadã**, com o objetivo de estreitar os vínculos entre as escolas do bairro e estimular a diminuição dos índices de violência, além de promover capacitação para profissionais e palestras para os alunos sobre diversos temas.

Durante todo o semestre, o psicossocial realizou **palestras, dinâmicas** e **sessões de filmes**, com as seguintes temáticas: sexualidade, violência e drogas. Estas atividades foram desenvolvidas pela equipe técnica do polo e profissionais da área (DATA), com o objetivo de resgatar valores, esclarecer dúvidas e levar a refletir sobre comportamentos passíveis de levar ao adoecimento social, emocional e físico.

De acordo com as necessidades psicossociais observadas no comportamento dos alunos, foram realizadas **reuniões quinzenais** com professores e arte educadores, com a finalidade de auxiliar a relação **professor X aluno** e fazer acompanhamento dos casos apresentados. A despeito do pouco tempo em que pode ser desenvolvida (devido ao calendário 'truncado'), na medida do possível a atividade apresentou um retorno satisfatório.

Também devido aos acontecimentos nacionais referentes à Copa do Mundo, antecipamos a reunião com os responsáveis para o dia 31 de maio, para coleta de informações e avaliação sobre o semestre.

No início do **2º semestre** de 2014, aconteceu uma nova reunião com os responsáveis dos alunos, buscando fortalecer vínculos e oferecer orientações gerais. Também se firmaram parcerias com: **Saúde da Família** - Unidade do bairro próximo ao projeto, com o objetivo de encaminhar possíveis demandas; **uma faculdade particular**, com a finalidade de oferecer espaço para a realização de estágio obrigatório/voluntário aos graduandos do curso de **Psicologia** da faculdade - sendo que a mesma, em contrapartida, possibilitou- nos encaminhar à clínica psicológica da instituição determinadas questões do Polo; e o **Centro Comunitário do bairro**, para divulgação sobre o projeto e construção de vínculo com a comunidade.

Destaque-se que também contamos com os estudantes de Psicologia de uma **Universidade**, que realizaram uma intervenção com as turmas de adolescentes, com o intuito de trabalhar a Violência, como atividade acadêmica.

Em parceria com outra instituição, foram oferecidos também os  **cursos profissionalizantes de manicure com design, mecânica de moto e montagem, e manutenção de micro**. Com isto, buscou-se proporcionar melhor capacitação à comunidade para inserção no mercado de trabalho.

Ainda durante o semestre aconteceram momentos de intervenção em todas as turmas, junto com os estagiários, trabalhando temas como: violência, sexualidade, respeito, *bullying*, regimento interno, família, drogas e cidadania, para fomentar o bom desenvolvimento psicossocial dos alunos.

Durante a semana, a equipe psicossocial do turno da tarde passou a participar como apoio de outro polo do **Propaz**. O objetivo seria atender as demandas do espaço e promover intervenções com as turmas da manhã e da tarde, trabalho estendido à família e à equipe de profissionais. Isto, contudo, comprometeu o trabalho que, por sua vez, já vinha sendo desenvolvido em equipe com os alunos e as turmas mais problemáticas do turno da tarde do Polo. Com a mudança na rotina, a equipe completa passou a encontrar-se apenas um único dia da semana, o que acabou refletindo negativamente também sobre os atendimentos psicossociais às famílias.

Observe-se, nos **quadros de atividades** do 1º e 2º semestre (anexos), que o psicossocial trabalhou, principalmente, com orientações aos alunos, de forma individual e grupal. O número reduzido de **visitas domiciliares** deveu-se a **falta de transporte disponível**; este foi solicitado com frequência, mas na maioria das vezes não se obteve sucesso. Diante disso, fez-se necessário usar de **estratégias** como telefonemas, aviso por escrito, entre outros, para trazer as famílias ao polo para realizar o atendimento familiar. Este ponto prejudica sobremaneira o trabalho psicossocial, haja vista que nos impede de ter um exato conhecimento do meio social que envolve o aluno.

Uma estratégia para melhorar o relacionamento professor X aluno foi a realização de **encontros semanais** com os professores. O objetivo dessas conversas informais foi esclarecer dúvidas e orientar sobre como lidar com as diversas situações do dia-a-dia, tais como agressividade, desvios de comportamento e sexualidade.

A partir de dados coletados nas fichas cadastrais das crianças e adolescentes matriculados no ano de 2014 no Polo foi possível traçar um **perfil social** (anexos) dos mesmos. A análise é quantitativa e para coleta de dados, foi utilizada uma amostra de dez fichas por turma entre os turnos manhã e tarde, num total de vinte turmas. Onde observamos em relação ao **perfil social** de 2013 que a percentagem entre as variáveis não teve grandes mudanças, com exceção da variável **quantidade de pessoas que moram na casa** que a maioria passou de 5 a 7 pessoas para 2 a 4, e a inclusão de, **possui dificuldade de aprendizagem**, onde percebemos que da amostra coletada a maioria não possui essa dificuldade.

Ao encerrarmos as atividades, sob uma avaliação geral observamos dificuldades, infelizmente, recorrentes: falta de **transporte** para visita domiciliar e institucional; interrupção das atividades físicas com a comunidade devido a **falta de material** e **precária manutenção da piscina** – o que sempre provoca **quebra de vínculo** e a **desmotivação** dos alunos; **falta de manutenção dos computadores**,

dificultando a praticidade na elaboração de relatórios, palestras e dinâmicas; **falta de manutenção dos aparelhos de ar condicionado**, o que acarreta situações de **desconforto** no aprendizado e na realização com êxito das mais diversas atividades, em todas as áreas.

## **Atividades Extras**

No primeiro semestre de 2014, o Polo, devido a grande procura, iniciou atividades físicas com a comunidade: **Ginástica, Hidroginástica e Caminhada/Alongamento**.

As atividades foram ofertadas para homens e mulheres a partir dos 18 anos, que só puderam delas participar mediante a apresentação de Laudo Médico, atestando que estariam aptos a realizar as mesmas. No turno da **manhã**, as atividades ocorreram três vezes por semana (terças, quartas e quintas-feiras), das 7 às 8h, com revezamento de atividades. Já no turno da **tarde**, foram realizadas às terças e quintas-feiras, após o término do período com o público normal, das 17 às 18h. As aulas foram conduzidas por professores que atuam no polo.

Foi grande a demanda, com mais de 60 inscrições em cada turno, além do cadastro reserva. Todos os inscritos se mostraram satisfeitos e foram bastante participativos. Contudo, **não foi possível atender a todos a contento**, devido a **falta de material suficiente**, tendo-se que improvisar com tatames utilizados nas atividades de Circo com as crianças e adolescentes do projeto, e cabos de vassoura.

No turno da manhã, as atividades iniciaram-se no dia 18 de março, apenas com Ginástica e Caminhada/Alongamento, haja vista que a **piscina** encontrava-se **inutilizável** (suja). Isto, por sinal, fez com que parte dos alunos deixasse de frequentar, pois os mesmos tinham recomendação médica somente para a hidroginástica. Também por este motivo, as atividades no turno da tarde iniciaram-se em 03 de abril, já que a demanda era apenas para Hidroginástica.

Após um período de aulas, a piscina voltou a apresentar problemas. Foi, então, proposto para a turma da tarde atividade de ginástica, o que foi aceito por parte dos

alunos; a outra parte optou por esperar o retorno da hidroginástica, o que não foi mais possível até o fechamento do primeiro semestre.

No dia 13 de maio, uma nutricionista de outro polo do Pro Paz nos Bairros, esteve no polo, no turno da manhã, realizando **avaliação nutricional** das alunas. A iniciativa foi de extrema importância, para que se tirassem dúvidas sobre alimentação, além

do acompanhamento e avaliação física. Mas, como sua disponibilidade resumia-se apenas ao turno da manhã, para a turma da tarde foi solicitada a orientação da professora e nutricionista de uma universidade, pois a mesma já havia desenvolvido um trabalho semelhante com as crianças atendidas pelo projeto. Entretanto, isto não foi possível para o primeiro semestre, também devido a falta de disponibilidade da profissional, adiando-se para o segundo semestre.

Ainda que as novas atividades tenham recebido uma avaliação positiva por parte da comunidade, pontuem-se algumas reclamações quanto a material e manutenção da piscina, fato igualmente recorrente no segundo semestre. Isto, além de constrangedor, **compromete a satisfação, a motivação e a credibilidade** das pessoas atendidas.

## Considerações Finais

Tornou-se inegável a relevância do **Pro Paz** dentro de nossa sociedade, a despeito de suspeitas e dificuldades. O projeto já ultrapassou o caráter do que se poderia chamar de ‘experimentação social’ e conquistou seu papel. Seu maior argumento são as pequenas vitórias conseguidas em se tratando de vidas pertencentes, faz-se necessário dizer, a ambientes nada favoráveis a um crescimento pessoal e profissional. Vidas que já nascem com um **estigma de marginalidade**; um destino senão selado, anunciado, com sabor de **tragédia social**. Vidas que são olhadas com desconfiança, preconceito, cautela, à distância. Até por elas mesmas, e seus pares.

São essas vidas que compõem o público abraçado pelo Pro Paz, em sua maioria. É a elas que o projeto busca envolver em atividades de esporte, lazer, cultura e aprendizagens profissionais, e assim levá-las a descobrirem-se como **pessoas dignas de respeito e capazes de construir o seu próprio destino**. Não é uma tarefa fácil; é o que se chama um *trabalho de formiguinha*. Com muitas pedras no caminho: a **baixa autoestima** tão presente em uns, a febre da **revolta** enraizando-se ou já enraizada em outros, o **assédio das facilidades ilícitas** – e a rendição a essas facilidades; **o abuso e a violência** dentro e fora do que se chamaria lar; uma **educação frágil**; o desconhecimento de outras possibilidades e perspectiva.

Por tudo isso, por todo o resultado que já foi comprovado, é justo que se espere, nesse novo período, mais **investimento e apoio** por parte dos órgãos competentes. **Não é um favor; o projeto merece dispor de mais materiais e melhor estrutura de trabalho**– solicitações atendidas em tempo hábil, tanto no que diz respeito a material de expediente quanto ao necessário para um bom

desenvolvimento das atividades arte-educacionais e esportivas; manutenção periódica dos aparelhos de ar condicionado e da piscina; maior atenção ao conteúdo alimentar do lanche – que, por sinal, melhorou um pouco com a substituição dos famigerados “refris” por iogurte e/ou achocolatados. Bem como merecem avaliação mais atenciosa as sugestões de melhorias e até de outros **miniprojetos** dentro do seu **planejamento geral**. Porque não há como negar, por exemplo, a visibilidade e ótima repercussão que o projeto **Caminhos**, do arte-educador do polo, proporcionou ao Pro Paz. Mesmo contando com praticamente nada em termos de apoio e investimento, a não ser dele mesmo e também da coordenadora do polo, que sempre acreditou na ideia e a incentivou.

Os profissionais que do Polo fazem parte, e se dedicam a ele, **apesar dos percalços e até de certo abandono**, merecem vivenciar uma fase mais digna e respeitosa, onde possam **desenvolver as atividades de sua área de forma mais tranquila e produtiva, à altura de seu comprometimento**. Merecem poder contar com uma **estrutura concretamente funcional**, que considere as prioridades e expectativas do público alvo. Por ter conseguido conquistar a **confiança** das crianças e suas famílias, apesar das falhas e insuficiências – algumas gritantes faz-se obrigatório enfim **recompensar** essa confiança, sobretudo não decepcionando suas expectativas.

O **Pro Paz** quer persistir em jogar **sementes** na terra aparentemente árida. Porque os real e profundamente envolvidos no projeto acreditam no quão forte, bela e produtiva pode ser a Vida, procurando transmitir que no caminho de cada um, não obstante as vicissitudes, **há mais improbabilidades do que impossibilidades**. E que é possível não se deixar vergar por situações dolorosamente adversas que aparentem ter o poder de traçar destinos de forma implacável; e que é possível resistir, é possível vencer. Crescer e aparecer, deixar de ser invisível, ignorado ou excluído por grande parte da sociedade. Na natureza, há uma imagem feérica: uma flor brotando por entre pedras, absurdamente vencendo a rigidez que a cerca. Pois o ser humano também não faz parte da natureza?

Mas não queremos insistir em ser regidos por uma **esperança inócua**, que se revele equivocada. Queremos dispor de **meios concretos** para possibilitar a **construção de dias melhores e de pessoas melhores**. Pessoas de bem – consigo mesmas e com a Vida. As crianças precisam **aprender e acreditar** que isso é possível. O mundo precisa cada vez mais disso.

*Equipe Técnica*

**ANEXOS**

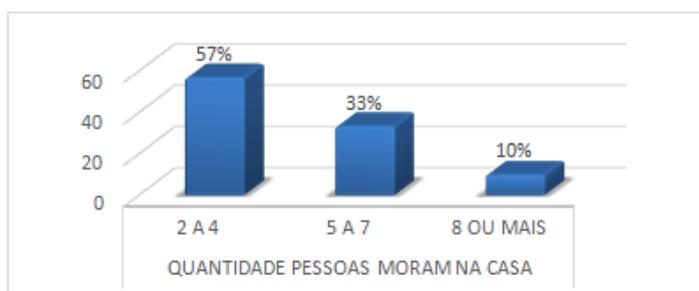
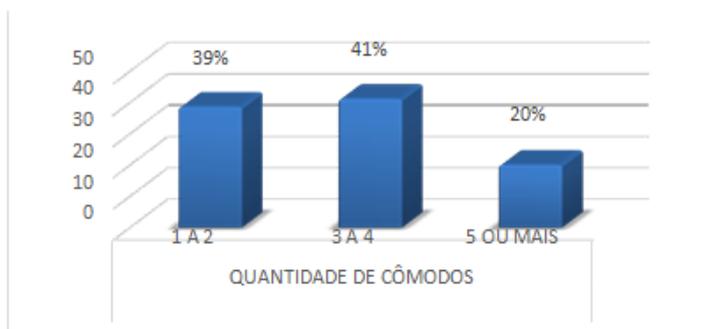
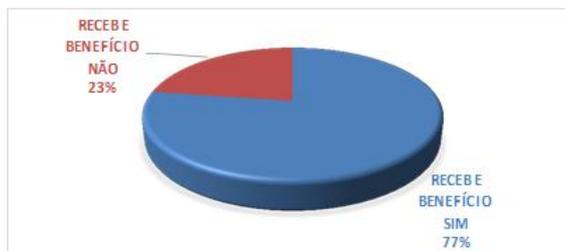
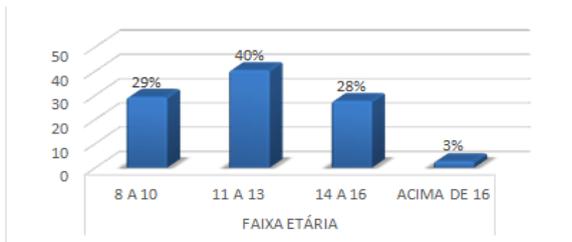
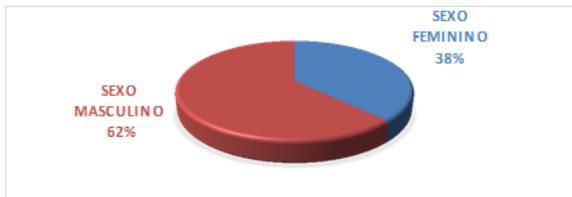
**QUADROS DE ATIVIDADES PSICOSSOCIAL**

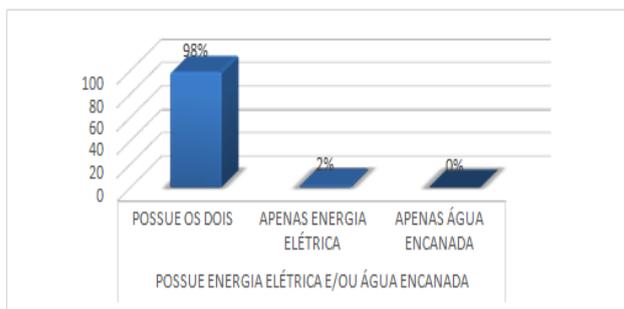
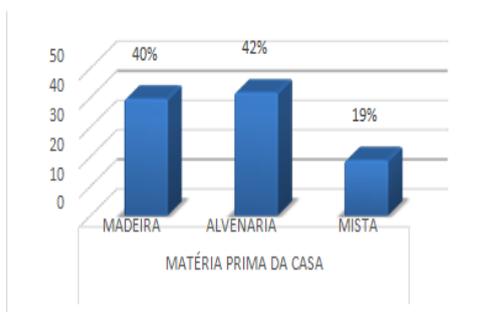
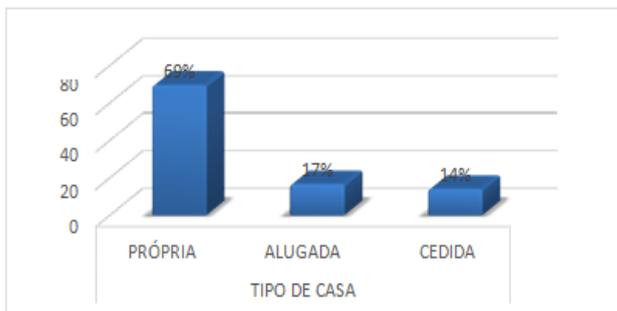
<b>QUADRO DE ATIVIDADES / 2014</b>				
<b>MESES</b>				
<b>MARÇO</b>	<b>ABRIL</b>	<b>MAIO</b>	<b>JUNHO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
8	1	0	0	ANAMNESES
55	24	29	18	ADVERTÊNCIAS
55	11	101	52	ORIENTAÇÕES
10	14	14	2	SUSPENSÕES
2	2	2	14	ACOMPANHAMENTOS
0	1	1	1	VISITAS DOMICILIARES
1	1	1	1	REUNIÕES DE FAMILIARES
4	1	0	2	VISITAS INSTITUCIONAIS
10	8	12	4	ATENDIMENTO A FAMÍLIA
4	5	5	4	REUNIÕES COM PROFESSORES
0	0	1	1	DESLIGADOS (ALUNOS)

**QUADRO DE ATIVIDADES / 2014**

<b>MESES</b>				
<b>AGOSTO</b>	<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>ATIVIDADES</b>
1	3	0	0	ANAMNESES
14	69	35	57	ADVERTÊNCIAS
22	82	20	22	ORIENTAÇÕES
17	16	9	15	SUSPENSOES
1	1	16	2	ACOMPANHAMENTOS
0	3	0	0	VISITAS DOMICILIARES
0	2	1	0	REUNIÕES DE FAMILIARES
0	0	1	0	VISITAS INSTITUCIONAIS
9	29	18	10	ATENDIMENTO A FAMÍLIA
1	4	4	4	REUNIÃO COM
1	0	1	1	DESLIGADOS (ALUNOS)

## PERFIL SOCIAL





## **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO POLO**

### **ATIVIDADES COM A COMUNIDADE E CONFRATERNIZAÇÃO**

**CURSOS PROFISSIONALIZANTES**

**APRESENTAÇÕES ESPETACULO CAMINHOS**

**INSTITUTO DE ARTES DO PARÁ**

**SEMANA DO BEBÊ, HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES**

**BELÉM CIDADE LUZ, PRAÇA BATISTA CAMPOS**

**CORAL DO CÍRIO**

## RELATÓRIO PSICOSSOCIAL

**PROPAZ**

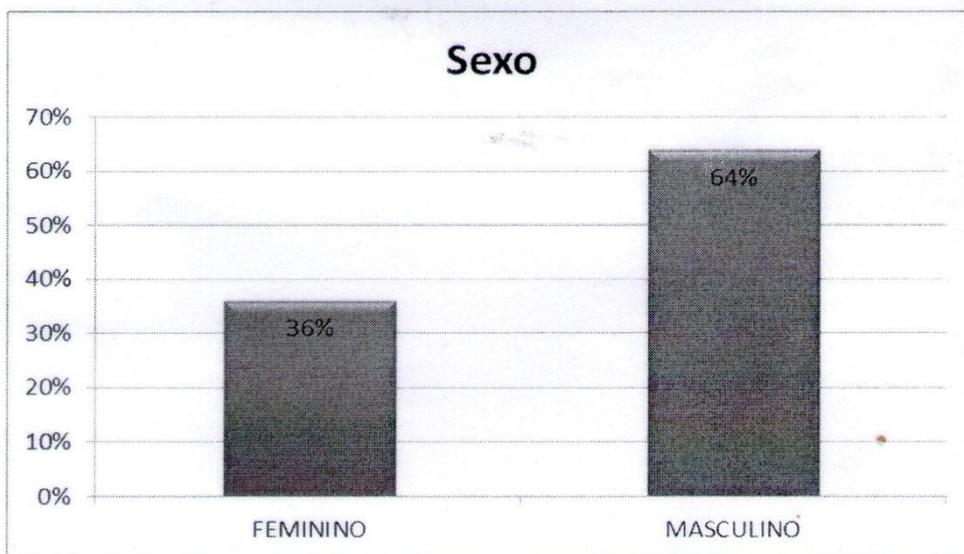


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO  
PROGRAMA PRÓ-PAZ

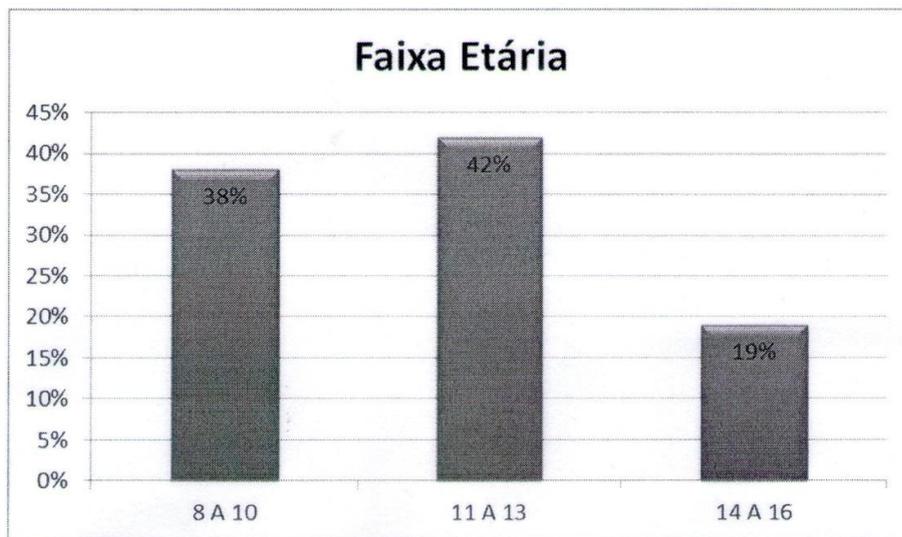
### RELATÓRIO PSICOSSOCIAL

O planejamento do setor psicossocial deste ano vem sendo realizado, destacando atendimentos familiares e dos alunos, demandas espontâneas, encaminhamentos, além dos casos que percebemos a necessidade de atendimento conforme observação, anamneses e acompanhamento.

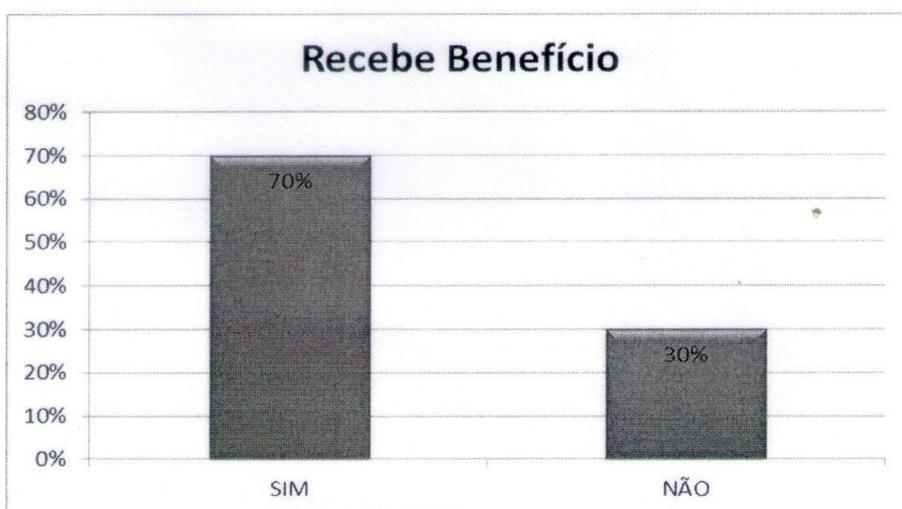
A partir de dados obtidos nas fichas cadastrais das crianças e adolescentes matriculadas no ano de 2013 no PROPAZ – Pólo pôde ser traçado um perfil social dos mesmos. A análise é quantitativa e para coleta de dados, foi utilizada uma amostra de cinco fichas por turma entre manhã e tarde, num total de vinte turmas.



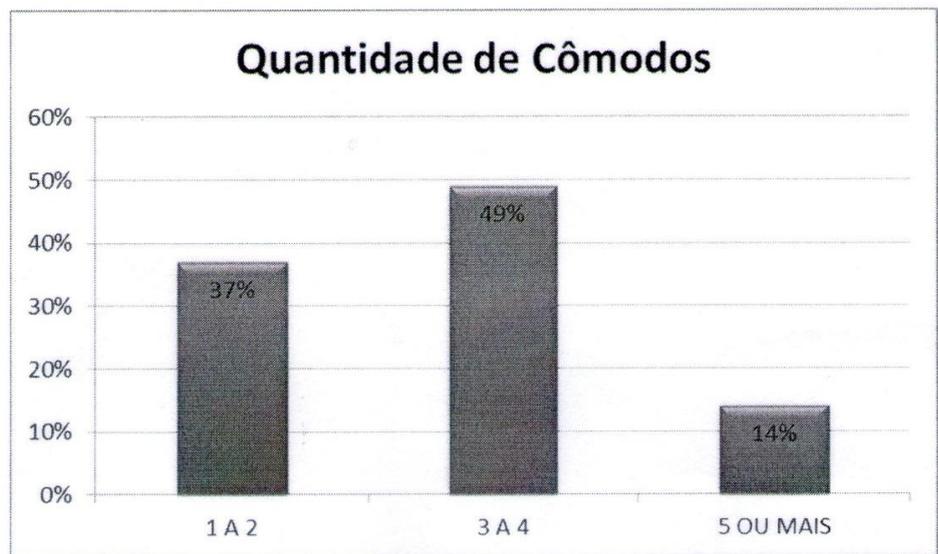
Podemos analisar aqui que a maioria da clientela do PROPAZ – Pólo é formada por homens, com faixa etária entre 11 e 13 anos como mostra o gráfico abaixo.



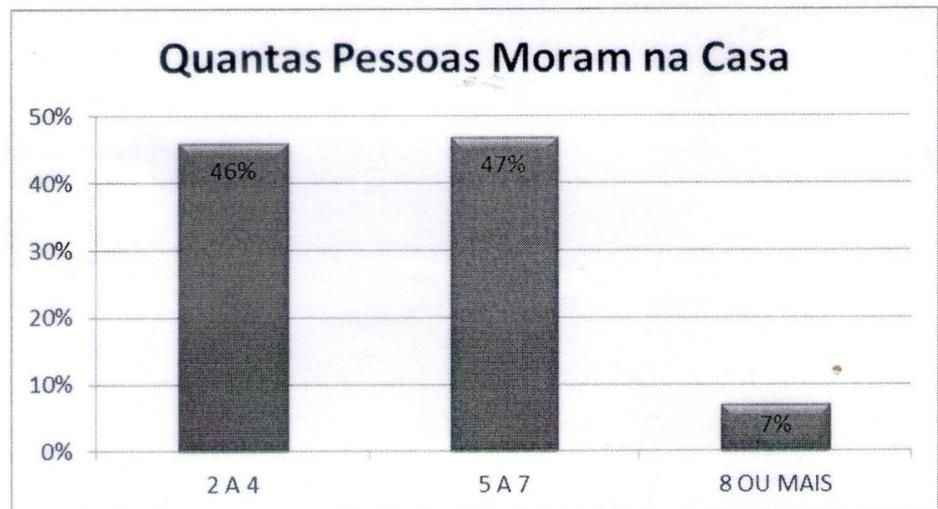
No gráfico abaixo, pode ser observado que a grande maioria recebe algum tipo de benefício, nesse caso, vale destacar o Bolsa Família, no entanto, 30% ainda não recebem nenhum tipo de benefício, assim, para o segundo semestre, será feita uma parceria com os CRAS's , para fins de atender essa clientela que ainda não é beneficiada.



No gráfico seguinte, é visto que a maioria das crianças e adolescentes moram em casas que possui entre 3 e 4 cômodos.



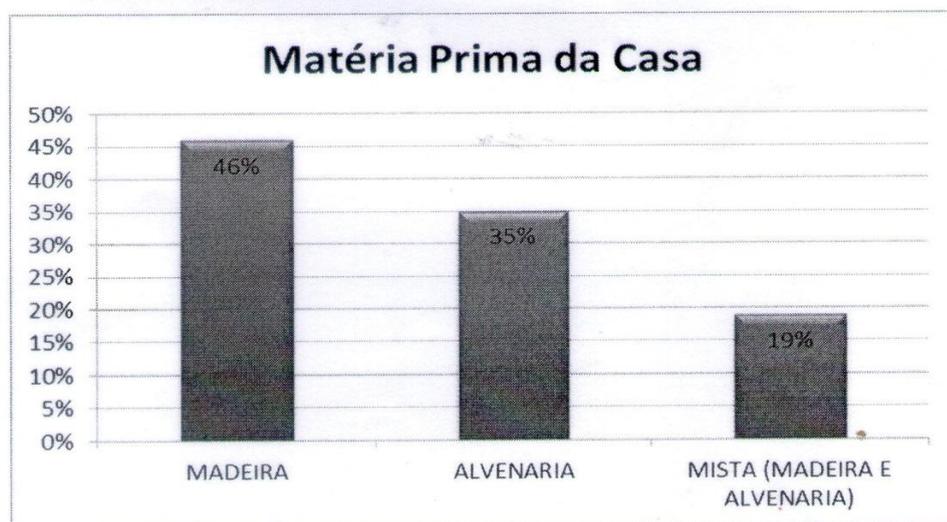
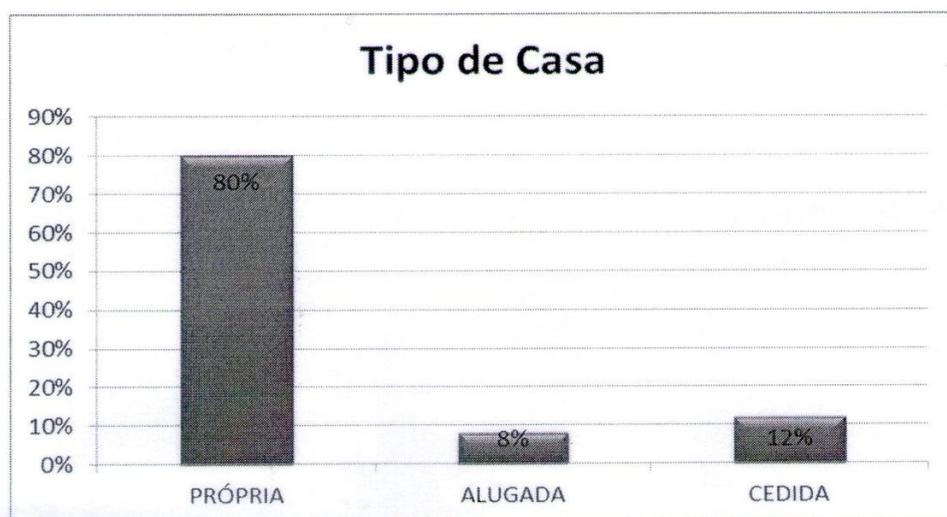
Nessas casas, moram entre 5 e 7 pessoas, como é visto no gráfico abaixo.

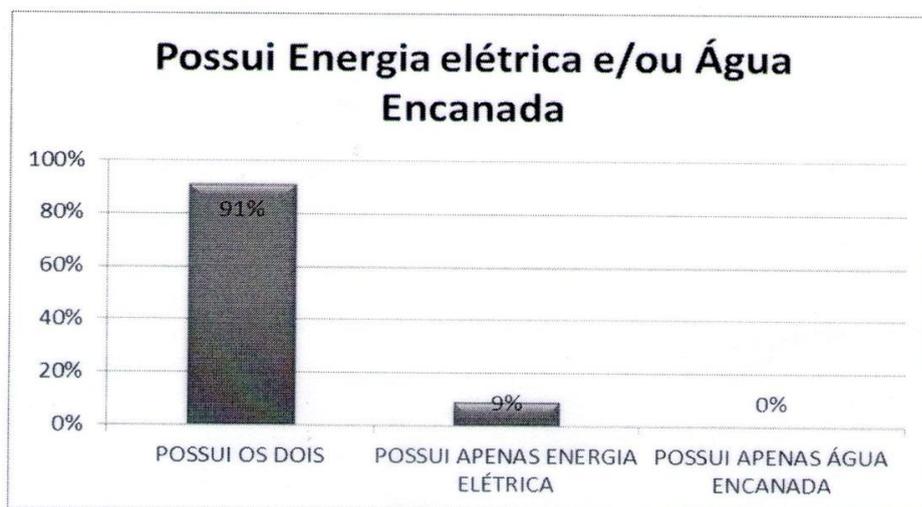


Nos últimos três gráficos é observado que a grande maioria das famílias mora em casa própria, vale ressaltar que muitas dessas casas são provenientes de invasão, a maioria é feita de madeira e possui energia elétrica e água encanada na sua maioria, nesse caso, vale destacar, também, essa



energia elétrica, muitas vezes se dá por conta de ligações clandestinas, o famoso “gato”.





De uma forma geral, a clientela do PROPAZ - Pólo é de baixa renda, mora em área de risco e de grande vulnerabilidade social. Nesse ponto, o PROPAZ é de grande importância para formação dessas crianças e adolescentes, haja vista que enquanto eles frequentam o projeto, os mesmos não se deixam influenciar pelo meio social em que vivem.

No decorrer do ano observou-se alguns alunos que possuem dificuldades de aprendizagem. Alguns problemas já diagnosticados como: autismo, síndrome de down, hiperatividade, retardo mental leve e problemas neurológicos. No entanto, ressalta-se aqui, que muitos apresentam dificuldades e foram encaminhados pela psicóloga, no entanto não houve nenhum diagnóstico, pois os responsáveis nem sempre levam seus filhos para um acompanhamento especializado. Nesse sentido, faz-se necessário a presença de um profissional da área da educação especial para melhor atender essa parcela da clientela dos alunos do pólo PROPAZ-UFPA.

Segue abaixo os quadros de atendimentos do 1º e 2º semestre de 2013.



<b>QUADRO DE ATENDIMENTOS – 1º SEMESTRE/2013</b>			
<b>MESES</b>			<b>ATENDIMENTOS</b>
<b>ABRIL</b>	<b>MAIO</b>	<b>JUNHO</b>	
09	00	01	Anamneses
18	10	32	Advertências
35	20	26	Orientações
03	08	02	Suspensões
02	05	05	Acompanhamentos
00	02	01	Visitas domiciliares
01	00	01	Reunião de familiares

<b>QUADRO DE ATENDIMENTOS – 2º SEMESTRE/2013</b>				
<b>MESES</b>				<b>ATENDIMENTOS</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	
30	64	20	33	Advertência
7	20	14	43	Suspensão
46	72	42	60	Orientação
2	2	3	3	Anamnese
6	12	13	14	Acompanhamento
2	0	0	1	Visita Domiciliar
2	0	3	0	Visita Institucional
2	0	0	2	Reunião de Familiares

No final de 2013, observou-se, durante a busca ativa feita pelo psicossocial, uma significativa evasão no número de alunos frequentando o projeto. Isso se deu ao fato de muitos alunos estarem frequentando o Mais Educação e Reforço Escolar.

No mês de agosto teve a primeira palestra do semestre com os alunos sobre: “ Educação, valores, boas maneiras, comportamento, respeito.” Filme:

**PROPAZ**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO  
PROGRAMA PRÓ-PAZ

A Fantástica Fábrica de Chocolate, sendo que no período manhã participaram 52 alunos e no período da tarde participaram 64 alunos. Ocorreu, também, a 1ª Reunião Semestral com os responsáveis tendo como tema: “Bullying” com a participação de 25 responsáveis.

Em setembro, foi trabalhado com os alunos o tema “Bullying” com todos os alunos do polo, através do filme “O Corcunda de Notre Dame”, sendo dividido por turmas.

Nos meses de outubro e novembro, a escola realizou o projeto de Educação Patrimonial através de palestras semanais no período da manhã e da tarde, com participação de 30 alunos por turno, tendo como atividade final a visitas aos pontos turísticos: Complexo Feliz Lusitânea, Teatro da Paz e Palacete Bolonha.

No mês de Novembro ocorreu a Palestra sobre a Semana do Bebê, tendo como temática: “Afetividade”, tendo a participação de 15 famílias no período da manhã e 30 famílias no período da tarde.

Neste ano, apesar do acompanhamento do psicossocial com os alunos e familiares, dois alunos foram desligados por má conduta e falta de comprometimento com o projeto.

Diante do exposto, apesar das dificuldades no decorrer do ano o psicossocial conseguiu realizar o trabalho de acordo com o planejamento. Destaca-se aqui, como principal dificuldade encontrada, a visita técnica que ficou comprometida devido a falta de disponibilidade de transporte solicitado.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO  
ESTADO  
PROGRAMA PRÓ-PAZ**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**PÓLO PROPАЗ**

**AV:**

**COORDENADOR (a):**

**EQUIPE TÉCNICA GERAL:**

<b>NOME</b>	<b>LINGUAGEM</b>
	PEDAGOGA
	PEDAGOGA
	PSICOLOGA
	PSICOLOGA
	ASSISTENTE SOCIAL
	ASSISTENTE SOCIAL

**1 – OFICINAS REALIZADAS: (MANHÃ)**

<b>LINGUAGEM</b>	<b>QUANT</b>	<b>MATRICULADOS</b>	<b>CONCLUINTES</b>	<b>TURMA/FAIXA ETÁRIA</b>
Letramento / Leitura	64	64	64	M1 – M4 / 8 Á 10 ANOS
Balé	64	64	64	M1 – M4 / 8 Á 10 ANOS
Circo	178	178	178	M1 – M10 / 8 Á 17 ANOS

Percussão	86	86	86	M7 – M10 / 13 Á 17 ANOS
Hip - Hop	114	114	114	M5 – M10 / 13 Á 17 ANOS
Orient. Educacional	178	178	178	M1 – M10 / 8 Á 17 ANOS
Desenho	114	114	114	M5 – M10 / 13 Á 17 ANOS
Música	178	178	178	M1 – M10 / 8 Á 17 ANOS

### 1.1 – OFICINAS REALIZADAS: (TARDE)

LINGUAGEM	QUANT	MATRICULADOS	CONCLUINTES	TURMA/FAIXA ETÁRIA
Letramento	29	29	29	T1 – T6 / 8 Á 13 ANOS
Leitura	163	163	163	T5 – T10 / 13 Á 17 ANOS
Serigrafia	163	163	163	T5 – T10 / 13 Á 17 ANOS
Circo	222	222	222	T1 – T10 / 8 Á 17 ANOS
Percussão	163	163	163	T5 – T 10 / 13 Á 17 ANOS
Hip - Hop	163	163	163	T5 – T10 / 13 Á 17 ANOS
Dança	84	84	84	T1 – T5 / 8 Á 13 ANOS
Orient. Educacional	84	84	84	T1 – T5 / 8 Á 13 ANOS
Música	84	84	84	T1 – T5 / 8 Á 13 ANOS

### 2 – ATIVIDADES ESPORTIVAS OFERECIDAS: (MANHÃ)

LINGUAGEM	QUANT	MATRICULADOS	CONCLUINTES	TURMA/FAIXA ETÁRIA
NATAÇÃO	178	178	178	T1 Á T10/ 8 Á 17 ANOS
ED. FÍSICA	178	178	178	T1 Á T10/ 8 Á 17 ANOS

### 2.1 - ATIVIDADES ESPORTIVAS OFERECIDAS: (TARDE)

LINGUAGEM	QUANT	MATRICULADOS	CONCLUINTES	TURMA/FAIXA ETÁRIA
NATAÇÃO	222	222	222	T1 Á T10/ 8 Á 17 ANOS
ED. FÍSICA	222	222	222	T1 Á T10/ 8 Á 17 ANOS

### 3 – PALESTRAS REALIZADAS PARA ALUNOS E FAMÍLIAS:

5/08 – Palestra com os alunos sobre: “Educação, valores, boas maneiras, comportamento, respeito.” Filme: A Fantástica Fábrica de Chocolate, sendo que no período manhã participaram 52 alunos e no período da tarde participaram 64 alunos.

31/08 – Reunião com os responsáveis tendo como tema: “Bullying” com a participação de 25 responsáveis.

02 a 13/09 – Palestra sobre Bullying com todos os alunos do polo, através do filme “O Corcunda de Notre Dame”, sendo dividido por turmas.

20 e 21/11 – Palestra sobre a Semana do Bebê, tendo como temática: “Afetividade”, tendo a participação de 15 famílias no período da manhã e 30 famílias no período da tarde.

Quantitativo – 2º Semestre					
ATENDIMENTOS	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	PROFISSIONAL
Advertência	30	64	20	33	Psicossocial
Suspensão	7	20	14	43	Psicossocial
Orientação	46	72	42	60	Psicossocial
Anamnese	2	2	3	3	Psicologia
Acompanhamento	6	12	13	14	Psicologia
Visita Domiciliar	2	0	0	1	Serviço Social
Visita Institucional	2	0	3	0	Psicossocial
Reunião de familiares	2	0	0	2	Equipe Técnica

- 1- CRAS
- 2- Centros Comunitários
- 3- Escolas

4.1 – Projeto de Educação Patrimonial

4.2 – Projeto de Nutrição (Avaliação Nutricional)

Durante o segundo semestre, novamente as visitas técnicas ficaram prejudicadas pela falta de disponibilidade de transportes. Sendo todas as visitas (domiciliar e institucional) realizadas com transporte dos técnicos.

### 4 – VISITAS E PASSEIOS MONITORADOS COM CRIANÇAS:

#### Mês Agosto:

**Dia 12/08** - Reunião com líderes comunitários para fazer parcerias.

**Dia 17/08**- Primeira competição Estrela do atletismo em um bairro de Belém

**Dia 21/08** – Visita do Corpo de Bombeiros para Palestra sobre Ordem unida.

**Mês Setembro:**

**Dia 06/09** – Oito alunos Foram ao IAP para assistir a palestra sobre reciclagem e meio ambiente.

**Dia 11/09** – Programação com a apresentação do Teatro Canção.

**Dia 19/09** – Audições de uma Cia. de Dança no Pólo ( presença do presidente do IAP).

**Dia 21/09**- Segunda competição Estrela do atletismo em um bairro de Belém

**Dia 30/09** – Visita de uma psicóloga para conhecer o pólo.

**Mês Outubro:**

**Dia 06/10**- Terceira competição Corridinha do Círio em um bairro de Belém.

**Dia 07/10** – Abertura da II Gincana PROPAZ.

**Dia 08/10** – Início da Hidroginástica com termino 12/12/2013.

**Dia 30/10** – Apresentação dos alunos no teatro da paz com o espetáculo “Sonho de Alice” Programação teatro 12 horas.

**Mês Novembro:**

**Dia 07/11** – Os Alunos foram se apresentar na abertura dos jogos da juventude em um instituição de educação física em Belém

**Dia 08/11** – Os Dezenove Alunos Que participam do grupo de percussão foram para o curro velho assistirem aulas shows do projeto TUNDUNDUN.

**Dia 09/11** - Os Dezenove Alunos Que participam do grupo de percussão se apresentaram na praça Batista Campos. Programação Curro velho projeto TUNDUNDUN.

**Dia 11/11** – Os Oitenta e Oito alunos do Pólo foram para o Parque ITA.

**Dia 19/11** – Projeto Educação Patrimonial – de uma Universidade em Belém, levaram cinquenta de sete alunos do PROPAZ para visitar o Teatro da Paz e o Palacete Bolonha.

**Dia 21/11** – Dia do Afeto, Em comemoração a semana do bebê.

**Dia 24/11**- Quarta competição Meia Maratona Infantil

**Mês Dezembro:**

**Dia 08/12**- Festa de encerramento dos Pólos

**Dia 12/12** – Premiação Cobra Criada para os seis alunos vencedores de percussão.

**Dia 14/12-** Grande final do Estrela do atletismo no Mangueirão

## **5 – AVALIAR:**

### **5.1 PROJETOS ESPECIAIS**

#### **12 Horas de Teatro**

**Ponto Positivo** – Experiência e sonho de se apresentarem num teatro histórico do nosso estado e a vivência de atuarem no palco, assim trazendo grande realização para as crianças do projeto.

**Ponto Negativo** - Toda logística de horários como: transporte, alimentação, entrada no teatro e inícios das apresentações.

#### **Cia. de Dança**

**Ponto Positivo** – A parceria com a companhia de dança, onde pode trazer experiência e realizações de fazer parte de um grande espetáculo de uma grande companhia de dança, assim dando oportunidade de atuarem em um espetáculo de grande porte.

**Ponto Negativo** – Falta de planejamento dos ensaios, horários não definidos e dias corridos, assim não tendo melhores rendimentos para os alunos que foram excluídos dos ensaios.

### **5.2 – AVALIAR A EQUIPE DE ATENDIMENTO.**

As coordenadoras de articulação são pessoas colaborativas e proativas atendem nossas necessidades do pólo sempre que solicitadas.

No que se refere ao relacionamento com o grupo nos ajudam dando opiniões, sugerindo a melhor forma de agirmos com os professores alunos e comunidade.

Nas reuniões que somos convocadas a participar, cumpre os horários, escuta a todos e nos tratam de forma igualitária.

Nossas solicitações são atendidas de acordo com a organização do setor.

Mais gostaríamos que dentro de suas possibilidades as entregas dos pedidos fosse atendidas no tempo hábil.

### **6 – Necessidades.**

- 2 (duas) impressoras;

- 1 (uma) caixa amplificadora;

- 3 (três) computadores;
- 4 (quatro) estabilizadores;
- 1 (um) aparelho de DVD com entrada para Cabo USB;
- 1 (um) microfone;



## **Relatório Anual 2012 Equipe Psicossocial - Pólo**

As atividades de 2012 do Pólo Pro Paz começaram dia 06/01/2012. O Setor Psicossocial era composto por duas psicólogas, atuando uma em cada turno, duas estagiárias de Psicologia e uma de Serviço Social. A entrada da Assistente Social só ocorreu efetivamente no dia 13/08/2012.

Durante os meses de janeiro e fevereiro, as estagiárias do setor psicossocial, foram responsáveis pela matrícula e rematrícula, além de elaborarem a montagem das turmas, cada turma composta por trinta crianças ou adolescentes.

A escolha de a matrícula ficar a princípio ao encargo do Setor Psicossocial foi devido às perguntas da ficha de inscrição, serem importantes para o diagnóstico inicial de quem é a nossa clientela, dados importantes para perceber demandas específicas de cada Setor, como problemas de aprendizagem, déficit cognitivo, psicológico. Com base nas observações da ficha de inscrição, já iniciamos o encaminhamento à Psicologia para um atendimento mais específico com a família e a criança ou adolescente.

No período de 06 a 19 de janeiro participamos, enquanto Setor Psicossocial do planejamento com os professores, onde elaboramos as ações do Setor para o ano de 2012. No dia 16 de janeiro realizamos a Dinâmica “Colocar-se no lugar do Outro” com os professores. Em colaboração com a Pedagogia, foi apresentado o texto “Vinte Dicas para quem pretende trabalhar com Educação”, foram feitas reflexões sobre o texto, exemplificadas as Diretrizes e Estruturação para o ano corrente.

Ainda no mês de Janeiro, elaboramos a Ficha de Acompanhamento das crianças e adolescentes atendidos no Setor, o formulário de Anamnese utilizado com as mães sobre o desenvolvimento das crianças.

Estipulamos que a cada quinze dias, realizaríamos visitas domiciliares conforme as demandas espontâneas da família, a ausência da criança ou adolescente no espaço, para verificar a dinâmica familiar *in loco*, nos casos de advertência, suspensão em que o setor

solicita a vinda da família e no caso de não comparecimento dos mesmos, realizaríamos tais visitas. Porém, encontraram-se dificuldades em relação às visitas, devido a ausência de transporte que eram agendadas, porém não eram cumpridas.

Elaboramos o Projeto da Brinquedoteca e discutimos com a coordenação a efetivação da mesma. A princípio pensamos em realizar a aplicação de testes, jogos, e desenhos como forma de diagnose das crianças e adolescentes acompanhados no Setor.

No dia 19 de janeiro, participamos de um evento no Hangar com a presença da Coordenadora Geral do Pro Paz sobre os resultados e planos para 2012.

O retorno das atividades com as crianças e adolescentes foi no dia 23 de janeiro, nesta data, a equipe pedagógica e técnica foi apresentada aos alunos, assim como todas as nossas normas de funcionamento, através do Regimento Interno.

No mês de Março de 2012 elaboramos com toda a equipe o projeto da Semana de Higiene – “Cuidar de Si para poder cuidar do Outro”, projeto este que tem como proposta várias ações de todos os setores do Pólo, abrangendo as atividades de artes, esporte, educação e Psicologia, e tem como objetivo geral Experienciar com as crianças/adolescentes situações que promovam o hábito da higiene em seus desdobramentos diversos (corporal, mental, bucal entre outros), bem como a reflexão sobre a importância do cuidado de si e do ambiente em que vivem.

No dia 19 de Abril os estagiários que estavam nos auxiliando no Pólo há um ano, foram substituídos por novos estagiários devido o término de contrato.

No mês de Maio elaboramos uma listagem de alunos atendidos pela Psicologia que precisavam de encaminhamentos e atendimentos para tratamento fora da nossa competência, como cirurgia oftalmológica, avaliação neurológica e outros tratamentos, pois nossa demanda também é composta por algumas crianças com necessidades especiais. Por este motivo faz-se necessário o apoio de uma educadora da educação especial.

No mês de junho, foi realizada a reunião no dia 06/06/2012, com a presença de 37 responsáveis, onde foram discutidos os seguintes assuntos: o que é o Programa Propaz, regimento interno, frequência/assiduidade, importância da parceria Propaz e

pais/responsáveis, festa junina, assaltos frequente, projeto de vida trabalhado com os adolescentes e evasão.

A reunião contou com a grande participação dos responsáveis. Foram sugeridas pelos pais para o Propaz cursos profissionalizantes, “meu primeiro emprego” e alfabetização dos alunos com dificuldades na escola. A sra. Elaine Oliveira (pedagoga do IAP) também falou na reunião sobre a importância da arte para o desenvolvimento psicossocial para as crianças e os adolescentes. Após o término da reunião, ela se disponibilizou a ajudar e participar do Projeto de Vida.

No dia 23/06/2012, foi realizada a Festa Junina no espaço do PROPAZ. No dia 26/06/2012 foi elaborado o documento sobre o projeto “Plano de Vida”.

Durante o mês de julho, as psicólogas participaram como colaboradoras da seleção de novos estagiários do IAP (dias 18 e 19/07/2012).

No mês de agosto, foram realizadas visitas nas escolas, com o objetivo de divulgar o projeto PROPAZ. Neste mês também foi iniciado o acolhimento com os alunos, com a divisão da turma em faixas etárias e o canto do hino, todo o dia antes das atividades. No dia 16/08/2012, foi realizado um trabalho com crianças entre 8 a 10 anos, sobre o tema “Família”. Entre os dias 10 e 14/08/2012, ocorreu a Gincana com todas as crianças do pólo.

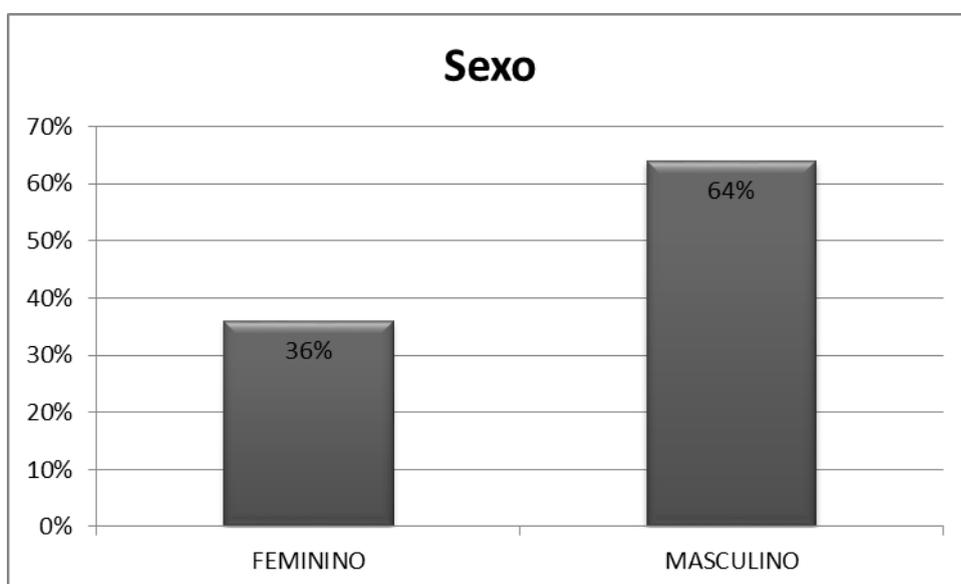
**No mês de setembro, o PROPAZ passou a oferecer cursos para a comunidade. Os cursos ofertados foram assistente administrativo, manicure e pedicure – unhas decoradas.** O “Projeto de Vida” foi iniciado no dia 27/09/2012 pelo turno da tarde. Neste mês também foi realizado passeio ao Parque Utinga.

Durante o mês de outubro, o “Projeto de Vida” foi iniciado pelo turno da manhã no dia 22/10/2012. Foram realizadas neste mês duas visitas domiciliares. Houve reunião junto com os familiares no dia 20/10/2012. Os tópicos abordados foram: objetivo do projeto, normas e rotinas, importância da participação dos responsáveis no projeto, uniforme, horário, comportamento inadequado, lixo, desaparecimento de objetos no projeto e os cursos ofertados para a comunidade.

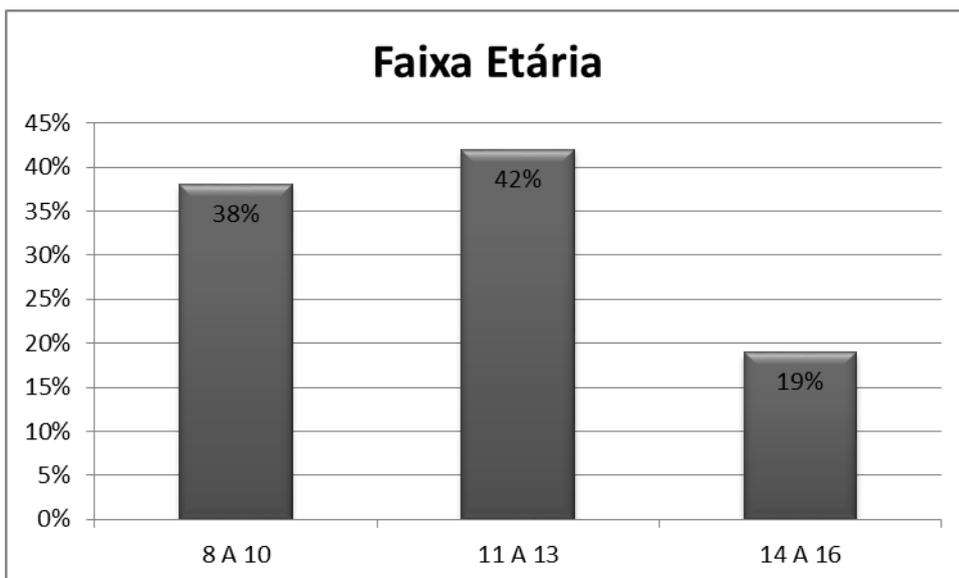
**No mês de novembro, iniciaram-se inscrições para novos cursos: eletricista de autos, recepcionista (pelo turno da manhã), mecânica de motos e manutenção de computadores (pelo turno da tarde).** O “Projeto de Vida” foi concluído no dia 20/11/2012 (ver relatório “Projeto de Vida”).

## PERFIL SOCIAL

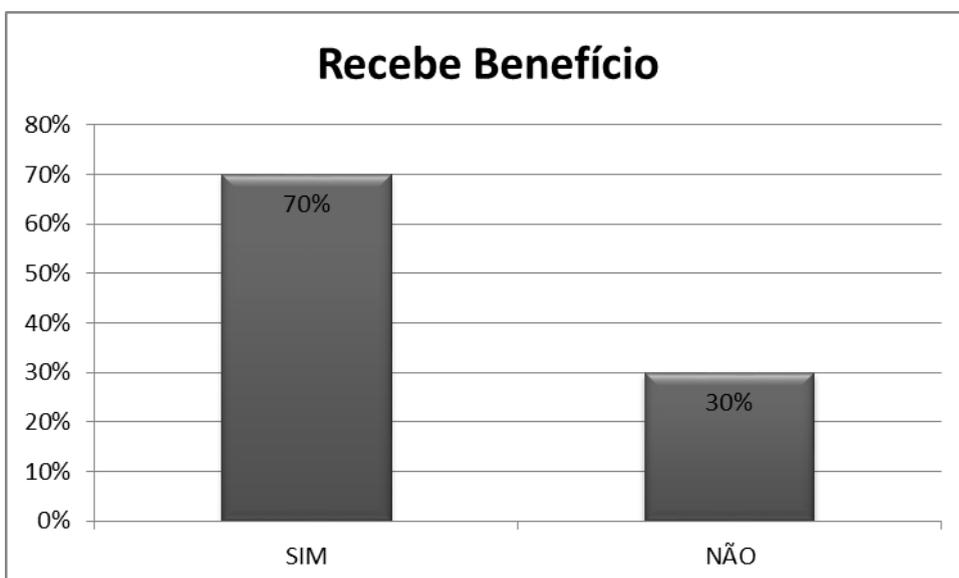
A partir de dados obtidos nas fichas cadastrais das crianças e adolescentes matriculadas no ano de 2012 no PROPAZ – Pólo, pôde ser traçado um perfil social dos mesmos. A análise é quantitativa e para coleta de dados, foi utilizada uma amostra de cinco fichas por turma entre manhã e tarde, num total de vinte turmas.



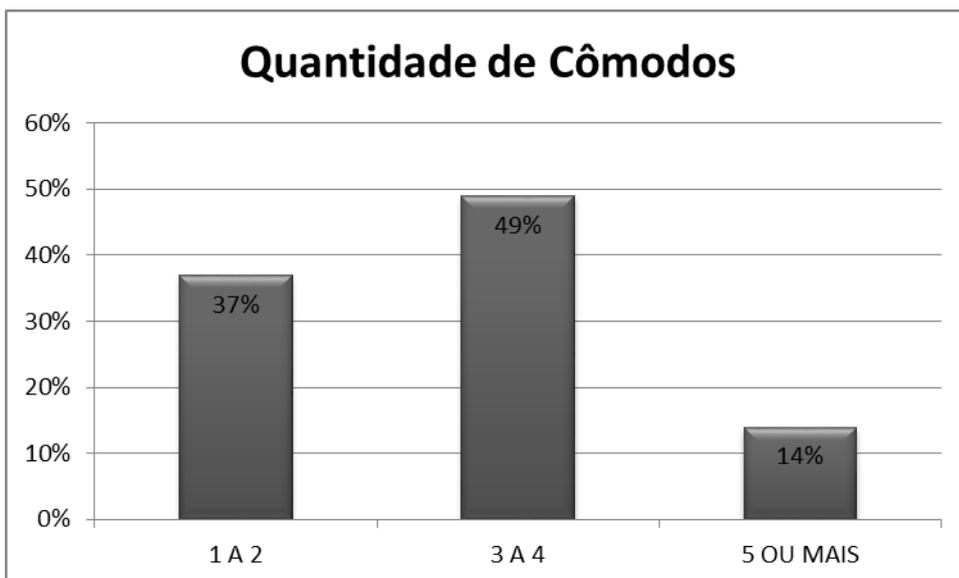
Podemos analisar aqui que a maioria da clientela do PROPAZ – Pólo é formada por homens, com faixa etária entre 11 e 13 anos como mostra o gráfico abaixo.



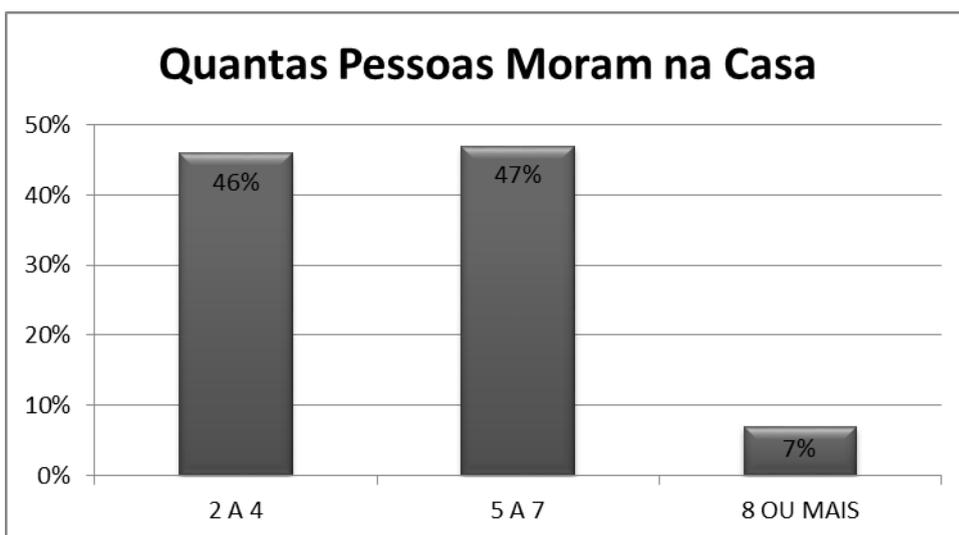
No gráfico abaixo, pode ser observado que a grande maioria recebe algum tipo de benefício, nesse caso, vale destacar o Bolsa Família.



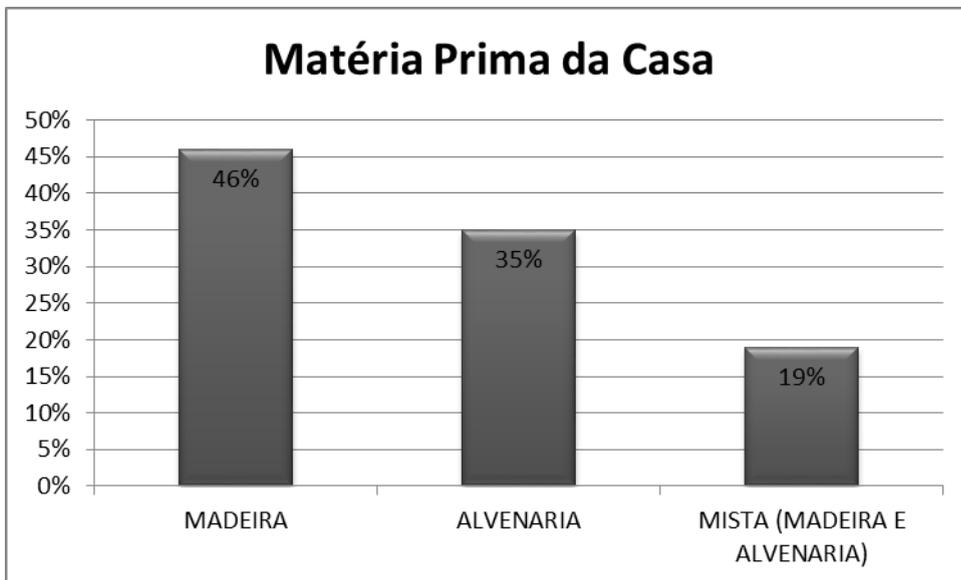
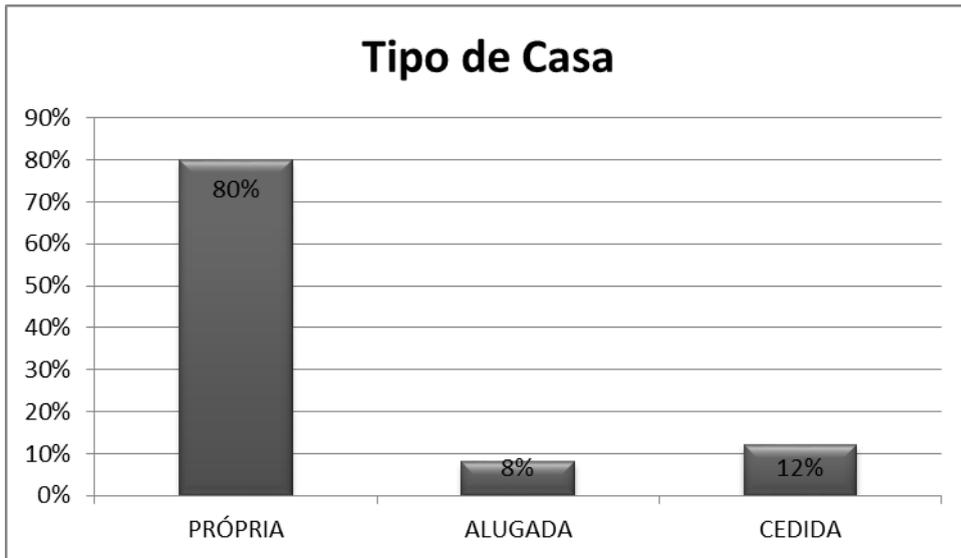
No gráfico seguinte, é visto que a maioria das crianças e adolescentes mora em casas que possui entre 3 e 4 cômodos.

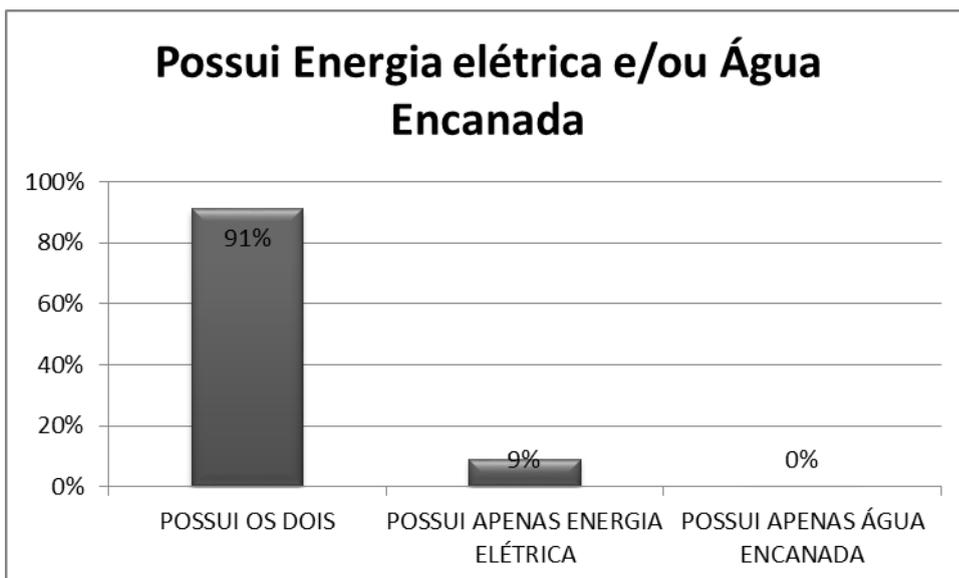


Nessas casas, moram entre 5 e 7 pessoas, como é visto no gráfico abaixo.



Nos últimos três gráficos é observado que a grande maioria das famílias mora em casa própria, vale ressaltar que muitas dessas casas são provenientes de invasão, a maioria é feita de madeira e possui energia elétrica e água encanada na sua maioria, nesse caso, vale destacar, também, essa energia elétrica, muitas vezes se dá por conta de ligações clandestinas, o famoso “gato”.





De uma forma geral, a clientela do PROPAZ - Pólo é de baixa renda, mora em área de risco e de grande vulnerabilidade social. Nesse ponto, o PROPAZ é de grande ajuda para formação dessas crianças e adolescentes, para que os mesmos não se deixem influenciados pelo meio social em que vive.

O trabalho do Serviço Social só foi efetivamente concretizado com a chegada da assistente social no dia 13/08/2012, dando um valor real aos atendimentos.

Dentre os vários atendimentos realizados, alguns se destacaram, como a situação de um adolescente da turma M10 que não estava estudando. Neste caso, foi solicitada a presença de seus responsáveis, e os mesmos nos relataram que seu filho não estava estudando porque os colégios não tinham vaga pois já estava no meio do ano letivo, nesse caso, a responsável pelo aluno foi encaminhada ao Conselho Tutelar para efetivar seus direitos legais, haja vista que com o encaminhamento Conselho, a escola é obrigada a aceitar o aluno. Outros dois encaminhamentos foram dados para o CRAS para solicitação de bolsa família e um para CCDQ para um ex-participante do projeto, no qual sua mãe veio pedir ajuda, pois seu filho é usuário de droga, está ameaçado de morte e a melhor solução seria a internação em uma clínica de reabilitação.

Nesse período foram feitas **três** visitas domiciliares para averiguar casos de negligências de alguns pais com seus filhos.

No entanto, encontramos dificuldades para realização dessas visitas devido a não disponibilidade de carro no pólo do PROPAZ, tendo que ser feita uma solicitação para a coordenação que fazia o pedido para o IAP que nos enviava o transporte, porém, os motoristas disponibilizados não conheciam o bairro e nem tinham paciência e nem tempo para encontrar o endereço, dificultando o trabalho.

## PERFIL PSICOLÓGICO

### - Crianças

Foi observado, durante anamneses, atendimentos, orientações e conversas com as crianças que participam do PROPAZ, diversos comportamentos adequados e inadequados dentro do polo.

A partir da carência emocional destas crianças, é mais facilmente possível a criação de um laço afetivo ou empatia, ou até relações de confiança entre funcionários e as crianças que frequentam o pólo. Além disso, através de orientações e conversas, a maioria das crianças consegue repensar em seus comportamentos inadequados e passam a reincidir menos na sala do psicossocial.

Porém, alguns comportamentos inadequados são corriqueiros e dificultam a realização plena das diversas atividades realizadas pelo pólo: a constante agressão entre os próprios alunos, o desrespeito entre alunos e entre aluno e funcionário no espaço, a falta de limite por parte da criança e intolerância com os colegas em diversas situações.

Tais situações podem ser visualizadas no acréscimo, no decorrer do ano de 2012, da quantidade de advertências verbais e suspensões de alunos (principalmente pela questão da agressividade e intolerância com os colegas em diversas situações), que chegaram aos números de 74 e 40, respectivamente.

No ano de 2013, o psicossocial realizará mais projetos junto principalmente às crianças, para uma maior aproximação e acolhimento entre elas, com o objetivo de conversar a respeito de temas pré-determinados e assuntos que a turma trazer para discussão.

### - Adolescentes

Para a população adolescente, a carência emocional, muitas das vezes, é encobrida e, portanto, a aproximação afetiva e de confiança com o adolescente passa a ser mais difícil. A agressividade e a falta de limites e disciplina passam a ficar mais evidente e passa a se agravar entre os adolescentes do polo, já que diversas condutas já estão instaladas no repertório destes adolescentes.

A agressão física e verbal entre os adolescentes é constante, além do desrespeito destes com os funcionários e outros colegas do polo. Situações que envolvem intolerância, indisciplina e evasão também são mais recorrentes entre os adolescentes.

Porém foi notado, através do “Projeto de Vida” (M9 e M10), que uma aproximação é possível e teria a possibilidade de trazer inúmeros benefícios na aproximação e acolhimento com estes adolescentes, que enfrentam diversas situações extra-escolares que dificultam o relacionamento interpessoal e a aprendizagem.

Durante o projeto, notou-se que a cada encontro os adolescentes passavam a se concentrar mais nas atividades, a respeitar o próximo e conseguiam dialogar com a equipe do psicossocial. Seria proveitosa a continuação da realização deste ou de novos projetos, para conseguir estreitar as relações entre o público adolescente do PROPAZ.

Três encontros semanais foram realizados com a M7, com o objetivo de conversar e orientar os alunos em relação ao roubo de sandálias, agressão, impulsividade e falta de respeito, entre os colegas e principalmente com os professores. Durante os encontros, notou-se que os adolescentes criaram um vínculo afetivo maior com a equipe e discutiram tais questões entre a própria turma.

#### **- Responsáveis**

Através dos atendimentos, anamneses, aconselhamentos e orientações com os responsáveis, primeiramente pode-se perceber que a grande maioria era formada por mães e avós, cuidando de uma considerável quantidade de filhos, normalmente solteiras.

Percebeu-se também que os recursos que os responsáveis usavam para determinados comportamentos inadequados realizados pelas crianças e adolescentes, eram condutas como punição, castigo, retirada de algo prazeroso pela criança/adolescente, violência verbal ou física. Isto apenas confirmava a replicação destes comportamentos pelas próprias crianças nas suas outras esferas de vida (em casa, escola, no PROPAZ).

Situações que foram observadas durante os atendimentos com os pais foram a negligência e alienação parental (quando há uma disputa em relação ao filho, entre os dois genitores, denegrindo a imagem um do outro).

Os pais, em grau de estresse elevado devido a condições econômicas e sociais, lançam mão de estratégias que são apropriadas pelas crianças e adolescentes dentro do pólo. As agressões como forma de punição a algo que não foi aceito pela criança, a intolerância e alto estresse dos adolescentes a situações corriqueiras, por exemplo, são apenas reflexos do que os adolescentes vivenciam em suas próprias casas.

Seria necessária a efetivação de um acompanhamento psicológico com os responsáveis e os respectivos alunos, porém poucos realmente frequentam tais serviços.

### **Relatório dos encontros do “PROJETO DE VIDA”**

O “Projeto de Vida” surgiu a partir da observação do descompromisso dos adolescentes com os estudos e um possível futuro profissional. A partir dessas observações, foi proposto um projeto que tivesse o objetivo de despertar nestes adolescentes a necessidade de se pensar no seu futuro (seja profissional, familiar ou afetivo).

Foi Programada então, a realização de atividades dinâmicas (apresentações de vídeos, preenchimento de cartilhas, dinâmicas de grupo e rodas de conversa) com as turmas M9 e M10, para em média, em oito encontros, realizar um processo de conscientização destes adolescentes.

No primeiro encontro, participaram do encontro 16 adolescentes. Primeiramente realizamos um acolhimento, com as duas turmas juntas. Conversamos sobre assuntos que os próprios adolescentes trouxeram (a questão do desaparecimento de algumas sandálias, a violência, agressões e apelidos). Foram orientados a não vir mais com as sandálias kenner e celulares, pois o projeto PROPAZ não se responsabiliza por eles.

Foi mostrado um vídeo sobre a história de vida de um homem, morador de rua, que passava os dias na biblioteca na cidade, estudando, com o objetivo de passar no concurso público. Através de muito esforço e dedicação, ele realizou o seu sonho. O vídeo foi mostrado com o objetivo de primeiramente sensibilizá-los ao tema e mostrar que qualquer sonho é possível de ser realizado, desde que seja feito um planejamento, com metas e objetivos a serem alcançados, buscando estratégias, parcerias, a curto, médio e longo prazo. Por fim, foi mostrada a cartilha de trabalho “Meu projeto de Vida” (ANEXO 1).

No segundo encontro, participaram 22 adolescentes. Primeiramente explicamos sobre o folheto “Meu projeto de vida” e de como ele deveria ser preenchido. A sala foi dividida em 5 grupos (constituídos de 3, 4, 4, 5 e 6 adolescentes respectivamente). Neste encontro, cada um preencheu a primeira e segunda folha do folheto, referente ao tópico “A minha história”, o qual abordou “Um breve relato da minha família” e “Fatos que marcaram a minha infância”.

Após o preenchimento do folheto, mostrou-se um vídeo sobre a continuação da história do morador de rua que passou no concurso do Banco do Brasil. Após o vídeo, foi conversado sobre a importância de sonhar e de ter perseverança para alcançar os seus objetivos, além dos benefícios que isso acarreta. Também foi dito aos adolescentes sobre uma possível premiação do fim dos encontros: os 3 adolescentes que mais cooperarem receberão prêmios no último encontro.

Analisando o encontro, notou-se que a turma respondeu positivamente à dinâmica, todos cooperaram. Percebeu-se também que no tópico “Fatos que marcaram a minha infância”, os adolescentes tiveram uma maior facilidade de preencher sobre situações tristes na infância do que fatos felizes. Era necessário questioná-los sobre aspectos felizes da sua infância para eles escreverem, como em exemplos a seguir: Adolescente 1: “[...]Quando eu via o meu pai sair correndo mesmo assim eu apanhava e isso era a coisa mais triste da minha infância. [...]”; Adolescente 2: “[...]minha tia morreu de facada meu primo de tiro[...]”

Alguns apresentaram dificuldade na elaboração escrita da cartilha, com problemas no momento de escrever e com grande dificuldade em colocar no papel as suas idéias. Concluiu-se que estes adolescentes precisam de apoio pedagógico.

No terceiro encontro, participaram 23 adolescentes. Foi passado o filme “O céu de Outubro”, que conta a história de quatro jovens que sonhavam em tornarem-se astronautas, divergindo da cultura vigente, no qual o futuro era trabalhar numa mina de carvão.

O filme foi passado com o objetivo de mostrar a importância de alcançar os seus objetivos, independente das dificuldades e divergências. Para se alcançar os objetivos, exige-se paciência e parcerias (como no exemplo do filme, as parcerias com as professoras e um trabalhador da mina). Após o filme, houve uma discussão junto com os adolescentes, sobre os objetivos do filme, o que também foi citado pelos próprios alunos.

No quarto encontro, participaram 21 adolescentes. Neste encontro, a atividade foi a de terminar de preencher o folheto. Todos participaram, apesar da dificuldade da escrita de alguns e outros faltosos (que ainda não tinham comparecido aos encontros e, portanto tiveram que escrever todo o folheto em apenas um dia).

O tempo imposto (o de apenas cinco encontros) foi limitado para as propostas do “Projeto de Vida”. Por conta disto, os objetivos não foram alcançados em sua totalidade. Alguns adolescentes não conseguiram preencher todo o folheto e alguns tiveram que preencher rápido, o que dificultou uma melhor execução dos folhetos.

No quinto encontro, os folhetos foram lidos e avaliados, de acordo com os pontos abaixo.

1. Assiduidade
2. Coerência nos textos
3. Concentração na hora da atividade
4. Participação nas discussões

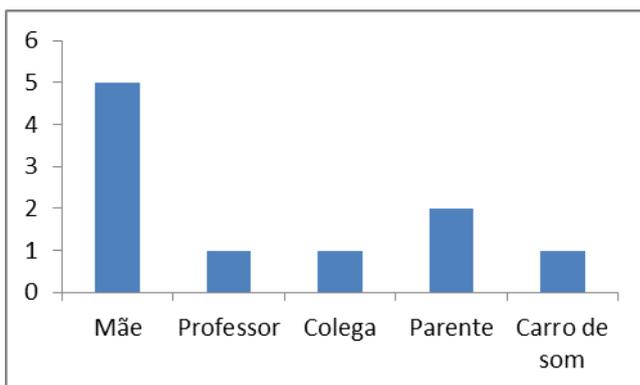
Seis adolescentes alcançaram tais pontos, e portanto foram anunciados como os que se mais destacaram entre a turma, e no dia 30 de novembro, ganharão uma premiação de acordo com a profissão escolhida.

Durante os cinco encontros do “Projeto de Vida”, foi observado uma maior atenção e concentração dos adolescentes a cada encontro. A dinamização das tarefas (alternar entre exposição de vídeos e preenchimento da cartilha) teve efeito positivo na produção dos adolescentes. Foi notado que enquanto alguns adolescentes preenchiam a cartilha, sentiam a necessidade de conversar e desabafar sobre a sua infância e sua dificuldade familiar.

O psicossocial, apesar das dificuldades (limitação de tempo e equipamentos) pode observar a gradual melhora do comportamento dos adolescentes e maiores possibilidades de perspectivas de vida, a partir de conversas, acolhimento e momentos de reflexão.

## QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROPAZ – PÓLO PELOS ALUNOS

### 1. Como você teve conhecimento do Projeto?



### 2. Você gosta de vir ao PROPAZ?

10 Sim (x) Não ( )

#### Por quê?

Quando perguntados sobre o “por quê” eles gostam de frequentar o PROPAZ, as respostas foram variadas, incluindo as atividades realizadas no pólo, a educação, os professores, a aprendizagem ou porque não tinham “nada para fazer” em casa. Sete (7) alunos citaram a questão das atividades, como é explicitado nesta fala “Porque eu jogo bola, danço, vou para a piscina, informática e pro tapiri” (M3).

Um (1) aluno citou a relação com aos professores, como pode ser visto na seguinte fala “Eu adoro, por causa das atividades e pelos professores. Gosto de me divertir, brincar com os meus amigos” (M6). Um (1) aluno também citou que vinha porque não tinha “nada para fazer” em casa, como pode ser exemplificado na fala “Porque eu não tenho nada pra fazer em casa, aí eu venho pra cá.” (M5).

### 3. O que você não gosta do PROPAZ? Por quê?

Quando perguntados sobre o que eles não gostavam no PROPAZ e por quê eles não gostavam, tivemos variadas respostas. Dois (2) alunos citaram a atividade de

arte, como pode ser visto na frase “Não gosto muito de artes. Porque não gosto de desenhar.” (M1). Dois (2) alunos citaram a atividade do tapiri “As aulas no tapiri. Porque tem vezes que a professora fica muito nervosa com a bagunça.” (M2).

Outros dois (2) alunos falaram sobre a dança, “Não gosta da dança, porque é enjoado. Dá um cansaço no braço, ai eu preciso de um tempo pra descansar.” (M4). Outro aluno falou sobre o lanche, pois achava que poderia ser melhor, outro falou sobre barracão, afirmando que deveria mudar e outro falou que “nada” era ruim no PROPAZ.

#### **4. Qual é a atividade que você mais gosta no PROPAZ?**

A atividade de informática foi citada 6 vezes entre as respostas dos alunos. Como exemplo, na frase “Porque a gente fica brincando, jogando online.” (M3). A atividade de natação foi citada em 4 respostas, como pode ser visto na resposta “Porque antes eu não sabia nadar, e agora eu sei.” (M2). A atividade de educação física foi citada em 5 respostas, como pode ser visto no exemplo “Eu gosto de ir pra quadra, porque lá a gente pratica o nosso corpo.” (M7). A atividade de Artes foi citada por 1 aluno, como pode ser exemplificado na citação “Eu gosto de artes porque dá pra fazer desenho, essas coisas.”.

#### **5. Qual é a atividade que você menos gosta no PROPAZ?**

Em relação à atividade que “menos gosta no PROPAZ”, as respostas foram variadas. Foram citadas as atividades de arte (2), educação física (2), dança (2), como no exemplo “Porque eu tenho vergonha.”, orientação educacional (2), música (1), como no exemplo “Porque a gente esquece rápido das coisas, e tem que juntar várias partes da musica.”.

#### **6. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de educação física?**

Apenas um aluno não gosta da atividade de educação física. A atividade de futebol foi citada em 10 respostas dos alunos, como no exemplo “A gente joga futebol, às vezes a gente faz treinamento. E a gente aprende sobre o futebol.” (M5). A atividade de queimada foi citada 7 vezes pelos alunos, como pode ser visto na frase “Quando a gente brinca de futebol, todo mundo joga, e depois brincamos de queimada.” (M6).

A atividade de basquete foi citada em 6 respostas dos alunos, como o aluno da M6, “Primeiro, a gente treina como é o basquete e depois a gente joga o jogo mesmo.”. O treinamento físico foi citado em 3 respostas, como na afirmação “A gente joga futsal e faz o treinamento físico também” (M10).

### **7. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de dança?**

Entre os 10 alunos entrevistados, 3 responderam que a turma está sem aula de dança, outros dois afirmaram que dançam hip hop e outros 3 afirmaram que não gostavam da atividade porque “A gente fica se esticando todinho e dançando. Tem horas que eu nem aguento de cansaço.”. Outros 2 alunos afirmaram gostar da aula, como no exemplo “A gente aprende ballet e um bocado de coisa.”.

### **8. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de desenho?**

Em relação à atividade de desenho, 1 aluno relatou não gostar da atividade, enquanto os outros 9 relataram gostar. As atividades realizadas durante a aula foram o desenho, recorte, colagem e pintura. A atividade de desenho foi citada em 7 respostas, como no exemplo “A gente desenha, sobre algum tema passado pelo professor.”. A atividade de recorte foi citada 5 vezes, a de colagem 5 vezes também e 2 citaram a pintura, como no exemplo “A gente pinta com o pincel e cria alguns desenhos”.

### **9. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de teatro?**

Apenas os alunos da turma M5 e M10 responderam à esta questão do questionário, por realizarem a atividade teatro. Apenas 1 aluno afirmou não gostar da atividade. Relataram que durante a atividade decoram falas (4 citações), como citado no exemplo “A gente tem que decorar um texto que a professora passa.”, atuam (3 citações), fazem trabalhos corporais (3 citações), como no exemplo “A gente aprende a valorizar o nosso corpo” (M6).

### **10. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de Percussão?**

Apenas dois alunos afirmaram ter aula de percussão. Um aluno falou sobre a coordenação motora, como na citação “A gente aprende a ter coordenação motora, o

professor ensina as notas, como é a musica.”, outro falou sobre os diferentes instrumentos tocados, como no exemplo “A gente aprende a tocar tambor, surdo, caixa.”.

### **11. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de Informática?**

Todos os alunos entrevistados afirmaram gostar da atividade. Houve 4 citações sobre os jogos online, como no exemplo “A gente fica jogando na internet. O professor só ensinou a botar no jogo.”, 4 citações sobre o acesso à internet, 1 citação sobre acessar o Orkut e outras 2 sobre aprender a mexer no computador, como no exemplo “A gente aprende primeiro a “apagar” a folha, a apertar o “X”, quando quiser voltar, apertar no botão de voltar, quando a gente quer estudar.”.

### **12. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de Música?**

Todos os alunos entrevistados afirmaram gostar da atividade. Houve 3 citações sobre a concentração na atividade, 2 citações sobre a repetição dos movimentos, como no exemplo “A pessoa tem que repetir muito e as vezes eu não entendo.”, 2 citações sobre aprender notas, como no exemplo “A gente aprende as notas de música, para depois poder tocar. A gente tem que decorar as notas para gente fazer.” E 2 citações sobre aprender músicas, “A gente toca um bocado de música, sobre o natal, Titanic.”.

### **13. Como você poderia em poucas palavras caracterizar a atividade de Orientação educacional?**

Entre os alunos entrevistados, 3 relataram que participavam de ditados, como no exemplo “Eu gosto muito. Ela passa ditado de palavras”, houve 1 citação de jogar dama, uma citação sobre assuntos folclóricos, no exemplo “Porque eu não entendo muito de alguns assuntos folclóricos”. Um aluno citou a atividade de desenhar, como no exemplo “A professora escreve no quadro, às vezes ela pede pra gente desenhar a nossa família, o trajeto de casa para o PROPAZ”. Os entrevistados falaram 7 vezes que escrevem bastante, como no exemplo “Ela passa ditado de palavras, a gente escreve bastante.”.

#### **14. Quais as modificações que você percebeu no Projeto no decorrer do ano de 2012?**

Cinco alunos citaram a mudança da piscina, como no exemplo “Agora a piscina tá funcionando, ficou mais bacana, todo mundo tá participando da atividade da piscina, aí não tem porque ter rebelião.”. 4 alunos citaram a questão dos professores, como pode ser visto na fala “Os professores mudaram que só”. 2 alunos citaram a atividade de informática “Os computadores da informática, alguns não prestavam”. 3 citaram a merenda “A merenda ficou melhor.”

Dois alunos citaram a construção do barracão e 1 citou o hino antes de começarem as atividades “A gente não cantava o hino, eu gosto de cantar”. Outro aluno citou uma maior agitação no pólo, como no exemplo “A rotina mudou também, está mais agitada do que era antes. Cada um era na sua sala e ninguém saia (o professor ia buscar e trazer na sala em cada atividade).”.

#### **15. Quais as mudanças que você percebeu na sua vida depois que começou a participar do Projeto?**

Cinco alunos citaram a educação, como no exemplo “Eu aprendi a pedir licença, essas coisas, melhorei a minha educação. Aprendi a ser mais carinhoso com as pessoas.”. Quatro alunos citaram que aprenderam a nadar, como pode ser observado na fala “Melhorou, eu estou aprendendo a nadar.”. Um aluno citou aprender a tocar percussão. 3 alunos citaram a aprendizagem ao acessar a internet, como exemplo “Aprendi a acessar a internet fora do PROPAZ.”.

Dois alunos citaram não ficar mais na rua, como na fala “Em casa, eu ficava sem fazer nada e agora eu fico no projeto”. Um aluno citou conhecer jogadores de futebol, “Eu não era ninguém, ai eu entrei com o Ronaldinho Gaúcho no campo, tive a oportunidade de conhecer o Lucas também”. E outro citou que aprendeu mais sobre histórias folclóricas “valorizei mais o português, quando a gente tem que contar lendas urbanas, folclores, historias que acontecem.”.

ATIVIDADES REALIZADAS PELO PROPAZ NO ANO DE 2012

FIM DO RELATÓRIO